

SOCIOLOGIA

VOL. XLII | JULHO-DEZEMBRO 2021

Ana Cíntia Moreira Sales

Helena Vilaça

Luís Nuno Sousa

Maria João Oliveira

Paulo Castro Seixas

Paula Calainho Teixeira

Rúben Elias

Hermes Augusto Costa

Ricardo Cunha Dias



SOCIOLOGIA

REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS DA

UNIVERSIDADE DO PORTO

VOL. XLII | JULHO-DEZEMBRO

2021

DIRETOR:

Carlos Manuel Gonçalves, Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.

CONSELHO DE REDAÇÃO:

António Firmino da Costa, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Cristina Parente, FLUP/IS-UP; Fernando Luís Machado, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Isabel Dias, FLUP/IS-UP; João Teixeira Lopes, FLUP/IS-UP; Luís Vicente Baptista, FCSH-UNL/CESNOVA.

CONSELHO EDITORIAL:

Alice Duarte, FLUP/IS-UP; Álvaro Domingues, FAUP/CEAU; Ana Maria Brandão, ICS-UM; Ana Nunes de Almeida, ICS-UL; Ana Paula Marques, ICS-UM; Anália Torres, ISCSP-UTL/CIES-IUL; Antonio Álvarez Sousa, Universidade da Coruña, Espanha; António Firmino da Costa, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Augusto Santos Silva, FEP/IS-UP; Benjamin Tejerina, Universidad del País Vasco (UPV)/Centro de Estudios sobre la Identidad Colectiva (CEIC), Espanha; Bernard Lahire, École Normale Supérieure de Lyon (ENSL)/“Dispositions, pouvoirs, cultures, socialisations” (Centre Max Weber), França; Chiara Saraceno, Università degli Studi di Torino, Itália/Social Science Research Center Berlin, Alemanha; Claudino Ferreira, FEUC/CES-UC; Cristina Parente, FLUP/IS-UP; Elena Zdravomyslova, European University at St Petersburg (EUSP)/Center for Independent Social Research (CISR), Rússia; Elisa Reis, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil; Fernando Luís Machado, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Frank Welz, Universität Innsbruck, Áustria; Hans-Peter Blossfeld, Otto-Friedrich-Universität Bamberg/Staatsinstitut für Familienforschung an der Universität Bamberg, Alemanha; Heitor Frugoli, Universidade de São Paulo (USP)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil; Hermes da Costa, CES; Hustana Vargas, Universidade Federal Fluminense (UFF)/Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (NEPES), Brasil; Immanuel Wallerstein, Yale University, Estados Unidos da América; Inês Pereira, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Isabel Dias, FLUP/IS-UP; Jean Kellerhals, Université de Genève, Suíça; João Bilhim, ISCSP-UTL; João Sedas Nunes, FCSH-UNL/CESNOVA; João Teixeira Lopes, FLUP/IS-UP; José Resende, FCSH-UNL/CESNOVA/Observatório Permanente de Escolas (ICS-UL); José Soares Neves, ISCTE-IUL/OAC; Lígia Ferro, IS-UP; Luís Vicente Baptista, FCSH-UNL/CESNOVA; Luísa Neto, FDUP/CIE; Margaret Archer, College of Humanities-École Polytechnique Fédérale de Lausanne, Suíça; Maria Manuel Vieira, ICS-UL; Maria Manuela Mendes, FA-UTL/CIES-IUL; Mariano Enguita, Universidad de Salamanca/Centro de Análisis Sociales de la Universidad de Salamanca (CASUS), Espanha; Massimo Introvigne, Center for Studies on New Religions (CESNUR), Itália; Michael Burawoy, University of California, Berkeley, Estados Unidos da América; Michel Wieviorka, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, França; Patrícia Ávila, CIES-IUL; Pedro Abrantes, Universidade Aberta/CIES-IUL; Pertti Alasuutari, University of Tampere/Tampere Research Group for Cultural and Political Sociology (TCuPS), Finlândia; Piotr Sztompka, Jagiellonian University, Polónia; Ricca Edmondson, National University of Ireland, Irlanda; Rui Gomes, FCDEF-UC/CIDAF; Tally Katz-Gerro, University of Haifa, Israel/ University of Turku, Finlândia; Tina Uys, University of Johannesburg/Centre for Sociological Research, África do Sul; Vera Borges, ICS-UL; Vítor Kajibanga, Universidade Agostinho Neto, Angola/Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto/Centro de Estudos Africanos do ISCTE-IUL; Vítor Ferreira, ICS-UL; Walter Rodrigues, ISCTE-IUL/DINÂMIA' CET-IUL.

COORDENAÇÃO E REVISÃO EDITORIAL:

Carlos Manuel Gonçalves, Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.

INDEXAÇÃO:

Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto é indexada em SciELO; DOAJ; European Index for the Humanities and the Social Sciences (ERIH PLUS); Fonte Académica (EBSCO Publishing); Redalyc.org; Google Scholar; CAPES Periódicos; Open Science Directory (EBSCO Publishing); Latindex; Sherpa / Romeo; Sociology Source Ultimate; EZB; Erih Plus; Ulrichsweb; Worldcat OCLC; Journals for Free; Academic Journals Database

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL

DEPÓSITO LEGAL N.º 92384/95

ISSN: 0872-3419

DOI: <https://doi.org/10.21747/08723419/soc42>

SUMÁRIO

EDITORIAL	4
-----------------	---

ARTIGOS

Conselhos de empresa europeus no contexto português: dos obstáculos às boas práticas no setor metalúrgico Hermes Augusto Costa	5
--	---

Opus Dei e a santificação do trabalho: uma versão católica da ética protestante? Helena Vilaça e Rúben Elias	24
--	----

Contextos de democratização do acesso ao ensino superior: uma abordagem sociológica sobre o Instituto Politécnico de Viseu Luís Nuno Sousa	43
--	----

Cooperação intermunicipal e capacidade de governança: uma revisão conceptual Ricardo Cunha Dias e Paulo Castro Seixas	61
https://doi.org/10.21747/08723419/soc42a4	

<i>Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.</i> Marcas e transformações de um agente de produção científica sociológica (1991-2020) Maria João Oliveira	83
--	----

RECENSÕES

BARBALHO, Alexandre (2019), <i>Sistema Nacional de Cultura: campo, saber e poder</i> , Fortaleza, EdUECE	
Ana Cíntia Moreira Sales	106
 DAVIS, Angela (2018), <i>Estarão as prisões obsoletas?</i> , Rio de Janeiro, Brasil: Difel	
Paula Calainho Teixeira	110
 SUMÁRIOS DOS NÚMEROS ANTERIORES	114
 ESTATUTO EDITORIAL	134
 NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS	137

EDITORIAL

Apresenta-se o volume XLII da *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, da responsabilidade do Departamento de Sociologia dessa instituição, na sua edição semestral.

Baseado numa investigação empírica de uma empresa do setor automóvel, Hermes Augusto Costa reflete sobre a ação dos conselhos de empresa europeus, tendo em conta, entre outros aspetos, as relações laborais em Portugal. Conclui que a existência de tais órgãos de participação dos trabalhadores têm enfrentado «obstáculos» concomitantemente à existência de «boas práticas» que deverão ser consideradas. No âmbito da sociologia da religião, Helena Vilaça e Rúben Elias discorrem sobre um tema muito exclusivo: “ideal da santificação do trabalho do Opus Dei”. A natureza desta organização católica coloca desafios teóricos e metodológicos aos sociólogos. Mobilizando os contributos de Max Weber, no que respeita à ética do trabalho, e uma metodologia de natureza qualitativa, os autores disponibilizam aos leitores conhecimentos que interligam as representações sobre o trabalho e os estilos de vida dos membros da organização. Ainda no campo das organizações, o artigo da autoria de Luís Nuno Sousa aborda o acesso à oferta formativa do Instituto Politécnico de Viseu. Assumindo uma leitura longitudinal da procura observa-se a sociografia dos estudantes, as suas motivações para o ingresso e expectativas face ao futuro profissional, bem como a importância de obtenção de um título académico de nível superior para quem tem como origem social famílias com baixos recursos económicos, sociais e culturais. O texto de Ricardo Cunha Dias e Paulo Castro Seixas discute, de um modo circunstanciado, os conceitos de cooperação intermunicipal e governança multinível, bem como os mecanismos e instrumentos específicos. É um contributo que regista um acervo importante de textos sobre a temática. Mais especificamente, a análise discorre ao nível dos países europeus com um acentuar das particularidades portuguesas. A secção de artigos encerra com o texto de Maria João Oliveira sobre a trajetória editorial da nossa revista, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Cobrindo um longo período de 29 anos (de 1991 a 2020) e cinquenta volumes publicados, incluindo edições semestrais e números temáticos anuais, discorre-se sobre as autorias, temáticas e tipos de textos com base num mapeamento temporal circunstanciado, que se articula com o percurso de institucionalização da Sociologia entre nós e, mormente, com os desenvolvimentos da denominada “Escola do Porto”.

O volume XVII encerra com duas resenhas. A primeira realizada por Ana Cíntia Moreira Sales sobre uma obra de Alexandre Barbalho e a outra de autoria de Paula Calainho Teixeira com enfoque em Ângela Davis.

Boa leitura!

Carlos Manuel Gonçalves

Conselhos de empresa europeus no contexto português: dos obstáculos às boas práticas no setor metalúrgico¹

Hermes Augusto Costa

Universidade de Coimbra, Faculdade de Economia
Centro de Estudos Sociais

Resumo

Quase três décadas após o surgimento da Diretiva que instituiu os conselhos de empresa europeus (CEEs), persistem obstáculos ao funcionamento daquele órgão de informação e consulta de trabalhadores. Depois de se situar o tema no quadro do sistema de relações laborais português e de se mapearem alguns desses obstáculos, faz-se eco de boas práticas à luz do setor metalúrgico e do CEE Volkswagen. Argumenta-se que, mesmo devendo ser olhadas de modo prudente, as experiências de boas práticas são cruciais para enfrentar incertezas e reforçar o potencial de participação laboral nas multinacionais.

Palavras-chave: conselhos de empresa europeus; setor metalúrgico; boas práticas.

European works councils in the Portuguese context: from obstacles to good practices in the metallurgical sector

Abstract

Almost three decades after the emergence of the European Works Councils (EWCs), obstacles persist to the functioning of that body of information and consultation of workers. After placing the topic within the framework of the Portuguese labour relations system and mapping out some of those obstacles, good practices are mentioned in the light of the metallurgical sector and the Volkswagen EWC. It is argued that, even though it should be looked at carefully, the experiences of good practices are crucial to face uncertainties and reinforce the potential for labour participation in multinationals.

Keywords: European works councils; metallurgical sector; good practices

¹ Este artigo incorpora informações recolhidas ao abrigo do projeto “Rebuilding trade union power under austerity age: three sectors under review”, concluído em 2019, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT/MEC) e cofinanciado pelo FEDER através do Programa Operacional Competitividade e Inovação COMPETE 2020 no âmbito do projeto PTDC/IVC-SOC/3533/2014 - POCI-01-0145-FEDER-016808. O grosso da reflexão e resultados aqui contidos são anteriores ao cenário de pandemia ditado pela COVID-19.

Les comités d'entreprise européens dans le contexte portugais: des obstacles aux bonnes pratiques dans le secteur métallurgique

Résumé

Près de trois décennies après l'émergence de la directive des comités d'entreprise européens (CEE), des obstacles persistent au fonctionnement de cet organisme d'information et de consultation des travailleurs. Après avoir placé le thème dans le cadre du système de relations de travail portugais et identifié certains de ces obstacles, les bonnes pratiques sont reprises à la lumière du secteur métallurgique et du CEE de Volkswagen. Même si cela doit être examiné avec attention, les expériences de bonnes pratiques sont cruciales pour faire face aux incertitudes et renforcer le potentiel de participation de la main-d'œuvre dans les multinationales.

Mots-clés : comités d'entreprise européens ; secteur métallurgique; bonnes habitudes

Comités de empresa europeos en el contexto portugués: de los obstáculos a las buenas prácticas en el sector metalúrgico

Resumen

Casi tres décadas después de la aparición de la Directiva de los Comités de Empresa Europeos (CEE), persisten obstáculos para el funcionamiento de ese cuerpo de información y consulta a los trabajadores. Tras situar el tema en el marco del sistema de relaciones laborales portugués y trazar algunos de esos obstáculos, las buenas prácticas se hacen eco a la luz del sector metalúrgico y del CEE de Volkswagen. Se argumenta que, si bien debe analizarse con detenimiento, las experiencias de buenas prácticas son cruciales para enfrentar las incertidumbres y reforzar el potencial de participación laboral en las multinacionales.

Palabras clave: comités de empresa europeos; sector metalúrgico; buenas practicas

1. Introdução

Na identificação das formas organização laboral e sindical transnacional, o tema dos Conselhos de Empresa Europeus (CEEs) é incontornável. Desde logo, porque os CEEs – órgãos de informação e consulta dos trabalhadores nas empresas/grupos de empresas de dimensão comunitária (com 1.000 ou mais trabalhadores e pelo menos 150 trabalhadores empregados em dois Estados Membros do Espaço Económico Europeu) – são porventura o exemplo onde a legislação social europeia mais avançou. Nesse sentido, além de combinarem as vertentes empresarial e setorial, os CEEs fomentam a partilha de problemas comuns entre trabalhadores de diferentes filiais (e países) de uma mesma multinacional e, consequentemente, a criação de formas de solidariedade laboral.

De um ponto de vista conceptual, o tema dos CEEs pode igualmente ser enquadrado no leque de estudos tendentes a valorizar os processos de participação laboral, diálogo social ou democracia na empresa. Nesse sentido, em especial no contexto Europeu, a relevância do tema,

além de colocar em relevo dinâmicas transnacionais, é igualmente condicionada pelo modo como se inscreve, *de jure* e *de facto*, nos sistemas de relações laborais nacionais. Não obstante os diferentes olhares disciplinares sobre o tema (emanados da sociologia, mas também do direito, da ciência política, da gestão de recursos humanos, da economia, da história ou mesmo da psicologia), podem alinhar-se ângulos de análise presentes em vários estudos, dos quais se podem destacar: a articulação com as tradições de diálogo social nacional; a análise dos processos de comunicação internos e entre CEEs; o registo quantitativo (e comparado) do fenómeno; o escrutínio dos acordos (voluntários e formais) de CEEs; o papel das tipologias de CEEs e a sua aplicação; a operacionalidade e *timing* da consulta e da informação; as experiências de representantes de trabalhadores; os obstáculos à constituição e o funcionamento dos CEEs; a visão das entidades empregadoras; o perfil sociográfico dos representantes em CEEs; os processos revisão da lei comunitária; o papel dos sindicatos/federações sindicais europeias; a identidade laboral transnacional dos CEEs, etc. (Costa e Costa, 2014: 18-19).

Como resultado da Diretiva 94/45/CE (substituída desde junho de 2011 pela Diretiva 2009/38/CE), os CEEs têm vindo a registar um crescimento progressivo. Em agosto de 2021, segundo o *European Works Councils Database* (<http://www.ewcdb.eu/stats-and-graphs>), existiam 1.161 multinacionais com CEEs, 1.196 CEEs ativos (apesar de até então terem sido criados 1.638 CEEs) e 335 multinacionais que antes dispunham de um CEE tinham-se fundido ou dissolvido. Porém, os CEEs tem vindo a “deambular” entre obstáculos prevaletentes e experiências de “boas práticas” a que nem sempre é conferida visibilidade.

Com a crise económica e as políticas de austeridade – que no contexto português produziram severos impactos nas relações de trabalho sobretudo entre 2011 e 2015 (Costa, 2012; Leite *et al.*, 2014; Campos Lima, 2017; Silva, Hespanha e Caldas, 2017; Almeida *et al.*, 2017; Estanque e Costa, 2018) –, os CEEs foram colocados “à prova” e desafiados a responder a múltiplas situações de “desintegração e ineficácia” (Mählmeyer, Rampeltshammer e Hertwig, 2017: 226). Tendo por referência a realidade portuguesa (e, dentro desta, o setor metalúrgico/VW), a minha preocupação neste texto é dupla: revisitar obstáculos e realçar o potencial das boas práticas que dão à *vida* dos CEEs. Ao fazê-lo, identificam-se também problemas e potencialidades transversais a outros contextos de relações laborais.

O texto está dividido em três partes. A primeira situa o papel dos CEEs no quadro do sistema de relações laborais em Portugal. A segunda identifica obstáculos (quer transversais, quer específicos da realidade portuguesa) reveladores de inoperância e que e, como tal, reclamam novas práticas para os CEEs. Finalmente, a terceira parte, tendo por referência o CEE da VW (com destaque para o contexto da fábrica portuguesa da Autoeuropa), guia-se por uma análise mais otimista dos CEEs. Com base em depoimentos de representantes de trabalhadores,

evidencia-se em simultâneo o potencial dos CEEs mas também a necessidade de projetar o seu futuro para além de um registo meramente simbólico (Lecher *et al.*, 1999; 2001; 2002) ou etnocêntrico (Bicknell, 2007).

2. O sistema de relações laborais português e a pesquisa sobre CEEs

É no quadro do sistema de relações laborais que o tema dos CEEs deve ser estudado, com destaque para dois planos de análise: i) um plano *macro*, de relacionamento institucional tripartido entre parceiros sociais (organizações de trabalhadores² e organizações de empregadores³, mediante a coordenação do Governo), designadamente no âmbito de uma comissão de concertação social (órgão de consulta do Governo, criado em 1984); ii) e um plano *meso/micro*, setorial, por empresa, onde a relação capital-trabalho está porventura mais ao rubro. Com efeito, quando se tem em consideração este plano, e sobretudo quando se pensa em empresas multinacionais, os principais atores do sistema são, por um lado, as associações patronais e, por outro, as associações sindicais ou outras estruturas de representação de trabalhadores na empresa (como os CEEs, as comissões de trabalhadores ou as comissões de segurança e saúde no trabalho).

Mas o lugar dos CEEs no sistema de relações laborais português ocupa uma posição secundária. Com efeito, não obstante o permanente desafio do reforço da presença sindical em CEEs (Hall, 2003)⁴ e o reconhecimento de que os CEEs podem potenciar um reforço dos direitos dos trabalhadores ao nível da empresa multinacional, eles não têm constituído uma prioridade, inclusive para as organizações sindicais portuguesas mais representativas (ainda que a UGT evidencie um claro compromisso com a integração europeia quando comparado com o sindicalismo de classe na CGTP). Essa secundarização explica-se quer porque o direito à informação e consulta inerente aos CEEs no plano da estrutura transnacional da empresa está já previsto na legislação nacional que regula as comissões de trabalhadores (art.º 54.º, n.º 5, al. a), da Constituição da República Portuguesa, CRP), assim como a liberdade sindical (art.º 55.º, n.º 6, da CRP), quer porque mais de 90% do tecido produtivo português é composto por pequenas e médias empresas.

² A Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP) e a União Geral de Trabalhadores (UGT).

³ A Confederação Empresarial de Portugal (CIP), a Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), a Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP) e a Confederação do Turismo Português (CTP).

⁴ Por exemplo, a análise da negociação de acordos de CEEs realizada por Waddington (2011a: 70) vai no sentido de identificar uma presença sindical próxima dos 70%, ao passo que os trabalhos de investigação sobre CEEs das duas últimas décadas e os artigos deles resultantes mencionam o envolvimento sindical em 65% dos casos (Hann, Hauptmeier e Waddington, 2017: 216). De igual modo, no contexto português estima-se que a presença sindical nos CEEs se aproxima também desses valores (Costa e Costa, 2014).

Assim sendo, fazer dos CEEs um objeto de estudo relevante a pensar no “caso português” obriga inevitavelmente a ter como referência multinacionais não portuguesas e, como tal, a captar percepções sobre os CEEs emitidas por representantes portugueses de filiais de multinacionais com sede noutros países (sejam eles escolhidos/eleitos por sindicatos ou por comissões de trabalhadores). Na secção seguinte, a identificação de obstáculos na *vida* dos CEEs (quer dos genéricos, quer dos mais específicos relativos à realidade portuguesa) não deixa, pois, de ter isso em consideração. De igual modo, o maior otimismo inerente às boas práticas é filtrado a partir das narrativas dos representantes. A escolha do setor metalúrgico justifica-se, entretanto, por ser aquele onde é maior o número de multinacionais presentes em Portugal e maior o número de CEEs constituídos.⁵ Por sua vez, o facto de a filial portuguesa da VW (a fábrica da Autoeuropa) constituir um exemplo de referência à escala do país – responsável por 1,6% do PIB português (VW, 2017; Ferreira, 2019) – justifica a atenção que aqui lhe é concedida.

3. Os obstáculos ao funcionamento dos CEEs

Ao longo de quase três décadas, os CEEs têm-se confrontado com obstáculos muito diversificados, alguns dos quais persistentes ou por solucionar. Primeiramente, destaco obstáculos genéricos, i.e, transversais aos CEEs em geral. Em segundo lugar, assinalo alguns obstáculos mais específicos da realidade portuguesa (do seu contexto económico-social e sistema de relações laborais).

3.1. Obstáculos mais gerais

Em termos gerais, vários obstáculos aos CEEs podem ser identificados, deles se depreendendo problemas relacionados com a constituição, percepção, funcionamento e resultados dos CEEs:

- *Escolha de representantes para os CEE* por vezes condicionada pela administração da empresa, impedindo a participação dos legítimos representantes dos trabalhadores (Costa, 2017);
- *Défice de conhecimento sobre os CEEs*, dos seus conteúdos, regras e modo de funcionamento (Olijslagers and De Spiegelaere, 2019), o que não pode dissociar-se do baixo número de ações de formação sobre os CEEs (Whittall e Kotthoff, 2011);

⁵ Trata-se, aliás, desde o início da constituição de CEEs, do setor mais representativo, como se pode constatar na síntese quantitativa produzida por De Spiegelaere e Jagodzinski (2015: 16) ou pela informação disponível em <http://www.ewcdb.eu/stats-and-graphs> (consultada em 4.08.2021).

- *Escassez de fluência em línguas estrangeiras* (Miller *et al.*, 2000; Stirling e Tully, 2004), que dificulta entendimentos comuns (Greer e Hauptmeier, 2012);
- *Incapacidade dos CEEs superarem os problemas reais* enfrentados pelos trabalhadores no contexto da globalização (com destaque para a reestruturação empresarial e desemprego) (Bernaciak *et al.*, 2014);
- *Insistência excessiva das administrações centrais das empresas na “confidencialidade”*, designadamente sobre questões fundamentais (tais como cortes de empregos), a qual retira eficácia ao processo de consulta (Laulom e Dorssemont, 2015);
- *Informação de baixa qualidade e consulta inadequada* confere aos CEEs limitada “utilidade prática” ou mesmo uma “qualidade medíocre” (Waddington, 2011b: 45; Hann, Hauptmeier e Waddington, 2017);
- Presença recorrente de *elementos inibidores da coordenação laboral transnacional*: encontros anuais com escassa comunicação; agendas formais com pouco espaço para os contactos informais; predomínio dos representantes do país sede da empresa multinacional (Hann, Hauptmeier e Waddington, 2017); ausência de uma estratégia sindical coerente e consistente sobre o papel dos CEEs que seja capaz de reforçar um sistema europeu de relações laborais (Hann, 2010; Olijslagers and De Spiegelaere, 2019).

Entre outros, estes obstáculos permitiram rotular os CEEs de *simbólicos* (Lecher *et al.*, 1999; 2001; 2002)⁶ ou *etnocêntricos* (Bicknell, 2007)⁷, ambos de funcionamento muito incipiente e pouco atrativo.

3.2. Alguns obstáculos mais específicos do contexto português

Em complemento aos obstáculos genéricos, importa identificar outros mais específicos (ainda que não exclusivos) do caso português. Por um lado, obstáculos associados ao contexto social e económico:

- *Os problemas nacionais têm prioridade sobre a criação de CEEs*. A defesa dos empregados no local de trabalho é prevalecente e incisiva, tanto mais que a concorrência entre os locais é parte integrante da estratégia de gestão (Weston e Martínez Lucio, 1997);

⁶ Um CEE *simbólico* caracteriza-se por: ter apenas reuniões anuais; passividade dos representantes dos trabalhadores, deixando à administração a condução das reuniões; não realização de reuniões preparatórias ou de grupos de discussão; incapacidade de obtenção e processamento de informação além da que está estipulada no acordo; inclusão meramente formal de sindicatos.

⁷ Num CEE *etnocêntrico* os representantes do país de origem da empresa dominam os procedimentos e estão mais próximos da administração. Os representantes dos outros países são marginalizados.

- *Os processos de privatização empresarial reduzem a cultura de participação*, em especial para trabalhadores mais jovens, com relações contratuais instáveis (Costa *et al.*, 2020);

Por sua vez, de entre os obstáculos mais relacionados com o sistema de relações laborais destacam-se:

- *A não atribuição de prioridade aos CEEs por parte das confederações sindicais portuguesas*. Em especial a CGTP (historicamente anti-União Europeia e com menor tradição de inserção no movimento sindical europeu) não vê nos CEEs a oportunidade de maximização de uma lógica exclusivamente sindical (CGTP, 2020). Por sua vez, a UGT tende a considerar os CEEs como oportunidade para imprimir uma maior dinâmica de atuação transnacional, fruto da sua maior inserção nas estruturas sindicais europeias (UGT, 2017);
- *A competição entre os sindicatos filiados na UGT e na CGTP*, sobretudo quando ambas as centrais sindicais estão representadas na mesma multinacional e o número de representantes a indicar para o CEE é ímpar (Costa e Costa, 2014);
- *A proximidade geográfica à sede da multinacional diminui a necessidade de um CEE*. No caso das multinacionais com sede em Portugal (sem CEEs, mas em condições de constituir CEEs), a proximidade da sede evidencia que os representantes dos trabalhadores têm já acesso (através de legislação específica) às informações da empresa (sede). E em teoria isso confere-lhes uma *home advantage* negocial (Lecher *et al.*, 1999) com a administração local;
- *Os conflitos entre comissões de trabalhadores e sindicatos*. Embora os sindicatos e as comissões de trabalhadores (CTs) possam eleger/nomear representantes, existe por vezes uma tensão implícita: por um lado, os representantes em CEEs escolhidos em representação da CTs tendem a considerar que é através destas que são escolhidos os legítimos representantes dos trabalhadores, pois representam toda a força de trabalho da empresa; por outro lado, os representantes escolhidos pelos sindicatos tendem a defender uma “sindicalização” dos CEEs, de resto já observável no maior peso dos representantes sindicais em CEEs face aos indicados pelas CTs (Costa e Araújo, 2009; Costa e Costa, 2014).

Não obstante esta diversidade de obstáculos, numa minoria de casos os CEEs desenvolveram-se como atores genuinamente transnacionais, quase com poder de negociação (Bernaciak *et al.*, 2014), aproximando-se assim de CEEs de tipo “participativo” ou “eurocêntrico”

(Lecher et al, 1999 ; 2001 ; 2002 ; Bicknell, 2007)⁸. Em meu entender, um olhar sobre o CEE do Grupo Volkswagen (VW), a partir das práticas observadas na fábrica portuguesa ao abrigo da investigação que coordenei (Costa *et al*, 2019; 2020)⁹ vai ao encontro de uma visão mais otimista sobre o funcionamento dos CEEs. É claro que esse otimismo não pode ser exagerado. Desde logo porque a análise que se segue espelha sobretudo a perspetiva de representantes de trabalhadores (e não da administração). De igual modo, embora se recolham pequenos testemunhos de entrevistas com outros protagonistas (de sindicatos e de comissões de trabalhadores) do setor metalúrgico que gravitam no ambiente próximo da fábrica portuguesa da VW, acaba por se conferir maior destaque a depoimentos daquele que foi o representante português efetivo do CEE da VW por mais de duas décadas (até 2017)¹⁰. Vejamos então alguns desses bons exemplos a partir da experiência portuguesa.

4. Exemplos de “boas práticas”: o CEE do Grupo Volkswagen¹¹

Inserido no sector metalúrgico – onde é maior o nº de CEEs constituídos no Espaço Económico Europeu –, o CEE do Grupo VW constitui uma referência sob vários pontos de vista: cultura de parceria social; papel da comissão de trabalhadores (CT); contributos para a uma democracia laboral; maximização de outros mecanismos de diálogo social.

⁸ Um CEE *participativo* tem como regra: desenvolver atividades para além das atribuições normalmente associadas aos CEEs; fomentar acordos e posições conjuntas com a administração com base em temas consensuais a todos os intervenientes; enfrentar questões complexas (como horários de trabalho ou proteção no local de trabalho) mediante o reconhecimento dos distintos interesses em jogo e processos de troca de informação adequados; intensificar interações internacionais; celebrar acordos sobre saúde e segurança, igualdade de oportunidades, informação e direitos sindicais, “Cartas Sociais”, etc. No mesmo sentido, um CEE *eurocêntrico* desenvolve uma identidade europeia clara, eleva níveis de confiança interna e de comunicação entre os membros e planeia uma agenda europeia comum.

⁹ A investigação analisou os “recursos de poder” sindical em 3 empresas (Autoeuropa, TAP e PT-Altice) tendo sido a partir de um dos 6 critérios de análise aí trabalhados – “nacional/internacional” – que a problemática dos CEEs foi situada. Especificamente no contexto da Autoeuropa, foram realizadas entrevistas a responsáveis sindicais da Federação Intersindical das Indústrias Metalúrgicas, Químicas, Elétricas, Farmacêutica, Celulose, Papel, Gráfica, Imprensa, Energia e Minas (FIEQUIMETAL) e do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Transformadoras, Energia e Ambiente do Sul (Site-Sul), bem como a representante e ex-representante do CEE da VW e da comissão de trabalhadores. No universo da VW foi ainda entrevistado um representante do sindicato IG-Metall (*Industriegewerkschaft Metall*).

¹⁰ Refiro-me a um representante de trabalhadores com grande experiência quer na comissão de trabalhadores, quer no campo sindical (tendo sido dirigente do sindicato mais representativo na empresa, o SITE-Sul, filiado na FIEQUIMETAL, federação da CGTP), quer no CEE e, inclusive, no *select committee* do CEE (órgão de poder mais importante do CEE da VW).

¹¹ Nesta secção retomo e atualizo alguns conteúdos provisoriamente formulados em Costa (2017).

4.1. Da cultura de parceria social ao papel da “lei VW”

O Grupo VW¹² tem uma tradição de negociação norteadada pela “cultura-mãe” alemã (Costa, 2013). Trata-se de uma cultura de proteção dos trabalhadores que, por sinal, já existia antes da criação do CEE e que se manteve após o seu surgimento formal em 1992. Ora, a constituição do CEE do Grupo VW, por iniciativa do sindicato alemão IG-Metall, veio corroborar esse espírito de diálogo reinante no seio da VW. Não só os representantes da administração da VW consideram o CEE como um instrumento útil para envolver os representantes dos trabalhadores nas políticas do Grupo, como os representantes dos trabalhadores consideram que o CEE do Grupo VW consegue criar coesão interna e visão estratégica capaz de potenciar a expansão transnacional do Grupo (Costa, 2017).

Aquele que foi o representante português no CEE da VW por mais de duas décadas (até 2017) sempre destacou o papel decisivo do CEE no evitar de encerramento de qualquer fábrica do grupo VW. No entanto, convém lembrar que essa influência do CEE contou, a montante, com o papel histórico da “lei VW”¹³. Os conteúdos desta lei (criada em 1960) e os direitos de cogestão inerentes ao conselho de supervisão da VW são bem resumidos por Speidel : “direitos de voto máximos limitados a 20 por cento das ações não nominais e obrigação de maioria de 80 por cento para aprovar deliberações em assembleia geral de acionistas (...), bem como maioria de dois terços para decisões do conselho de supervisão relativas a construção e deslocação de locais de produção” (Speidel, 2012: 497).

Consequentemente, os direitos de cogestão têm implicações nas estratégias de internacionalização da VW e isso tem reflexos tanto na atividade do CEE, quanto ao nível do comité mundial de representação de trabalhadores da VW. Esse papel de relevo do conselho de supervisão da VW acaba “por reforçar a eficácia do CEE e ajudar a que este órgão tenha um papel intermediador na gestão de crises de emprego que possam desenhar-se no horizonte” (entrevista com ex-representante do CEE do grupo VW, 8.05.2018).

¹² Mesmo tendo em consideração o cenário adverso ditado pela COVID-19, o Grupo é formado por 12 marcas de 7 países europeus: Volkswagen carros de passageiros, Audi, SEAT, ŠKODA, Bentley, Bugatti, Lamborghini, Porsche, Ducati, Volkswagen veículos comerciais, Scania e MAN. Opera em 118 fábricas, distribuídas por 20 países europeus e mais 10 países nas Américas, Ásia e África. Em todo o mundo, 662.575 funcionários produzem cerca de 34.900 veículos por dia. O Grupo VW vende os seus veículos em 153 países (<http://www.volkswagenag.com/en/group/portrait-and-production-plants.html>, página consultada em 4.08.2021).

¹³ Sobre a relevância social da “lei VW”, enquanto garante de direitos de cogestão e solidariedade sindical internacional, cf. Speidel (2012) e Chora (2008).

4.2. O papel de interlocução da comissão de trabalhadores na Autoeuropa

Na Autoeuropa – fábrica portuguesa¹⁴ onde nos últimos anos foram produzidos os modelos Sharan, Scirocco e Alhambra (da marca Seat) –, a composição da força de trabalho era, em 31.12.2016, de 3.295 trabalhadores¹⁵. Neste cenário, a comissão de trabalhadores (CT) desempenha o papel de liderança na negociação com a administração da empresa, secundarizando a presença dos sindicatos. Trata-se de uma situação que evidencia a singularidade do caso português. Muito embora ao abrigo da legislação portuguesa sejam os sindicatos quem detém o monopólio da contratação coletiva, na fábrica da Autoeuropa não se segue esse padrão e vigoram acordos de empresa que são celebrados com a CT. Por outro lado, a presença sindical na empresa tem vindo a reduzir-se. Em 2006, de um universo de 2.900 trabalhadores, 1.400 eram sindicalizados e a taxa de sindicalização na Autoeuropa era de 45%. No final de 2016 existiam mais trabalhadores (3.295) mas apenas 543 trabalhadores estavam sindicalizados, o que correspondia a cerca de 17% de sindicalização (entrevista com coordenador da comissão de trabalhadores da Autoeuropa, 4.09.2017).¹⁶

Note-se (como já foi referido) que o coordenador da CT foi desde sempre membro de um sindicato (o SITE-Sul – filiado na federação FIEQUIMETAL da CGTP, e que absorve cerca de 70% dos sindicalizados). Para o referido coordenador (que se aposentou em janeiro de 2017), o historial de relações entre a CT e os sindicatos nunca foi pacífico no que concerne à posição face aos CEEs :

“Os sindicatos da Autoeuropa encaram os CEEs como uma coisa de políticas de direita, que não resolve nada. Encaram os CEEs apenas como instituições de carácter consultivo, considerando que a luta deve ser sempre interna, nacional. Enquanto esta atitude prevalecer e não houver predisposição para participar é difícil incorporar o sindicato” (ex-representante português dos trabalhadores do CEE do Grupo VW e ex-coordenador da CT, entrevista, 8.05.2018).

Secundada pelo CEE, a CT assumiu quase sempre junto da administração uma postura flexibilidade laboral, em sintonia com o acordo dos *down-days* celebrado no final de 2003¹⁷. Além

¹⁴ A fábrica portuguesa foi instalada em 1991 como *joint-venture* entre a Ford e o Grupo VW e desde 1999 somente composta pelo Grupo VW.

¹⁵ Entretanto, esse valor foi alterado desde 2017, pois a produção de um novo modelo desportivo – o T-Roc – iniciada em 31.07.2017 aumentou o nº de trabalhadores para 5.912, ainda que no final de 2020 esse valor se situasse em 5.282 (<http://www.volkswagenag.com/en/group/portrait-and-production-plants.html>, página consultada em 4.08.2021).

¹⁶ Esta quebra significativa do número de sindicalizados explica-se em parte pelo facto de o grosso dos trabalhadores mais jovens (mais afetados pela crise que se adensou em Portugal em 2011) preferirem poupar 1% da cota que descontavam para o sindicato. Além disso, na fábrica da Autoeuropa foi implantado um fundo de pensões desde 2011 para o qual cada trabalhador pode, se assim o entender, contribuir com 2% e a empresa com outros 2%. Muitos preferem, assim, descontar para o fundo de pensões em vez de descontarem para o sindicato (Costa, 2017).

¹⁷ Para fazer face à quebra da produção de veículos em resultado da crise mundial do mercado automóvel, a CT e a administração da empresa acordaram que os trabalhadores efetuariam 22 de paragem por ano. Este acordo permaneceu sempre em vigor, apesar dos sindicatos se terem oposto a esse acordo em 2003: “Disseram-nos que em 2003 fizemos

disso, na Autoeuropa processou-se uma “descentralização” da cultura de diálogo da “casa-mãe”, particularmente visível na intensificação de reuniões entre representantes de trabalhadores e administração da empresa sempre que se regista algum foco de tensão potencial.

É importante realçar aqui a especificidade da VW, onde os *betriebsräte* [conselhos de empresa] são separados e independentes dos sindicatos: “mesmo sabendo que, no caso da VW, todos os representantes são membros do IG-Metall, o *betriebsräte* não é um organismo sindical. Ele é um organismo definido por lei de representação de todos os trabalhadores da fábrica, independentemente do sindicato” (entrevista com representante do IG-Metall, 5.11.2018). No contexto português, a CT apresenta-se mais sintonizada com a cultura de diálogo da casa-mãe, ao passo que os sindicatos atuam mais como impulsionadores de formas de ação coletiva (mobilização). Inclusive no parque industrial de Palmela (onde se situam muitas outras empresas fornecedoras da VW) essa posição é evidente. Como afirmava um representante do CEE da Faurecia (maior fornecedor de peças de automóvel para a Autoeuropa), “os sindicatos representam mais a ideia coletiva, enquanto as comissões de trabalhadores representam a questão mais particular dentro das empresas, sempre através do pré-acordo e de uma votação através do voto secreto, que é uma prática em várias das empresas no parque industrial” (entrevista, 2.03.2018).

Como corolário dos contactos preferenciais entre CT e administração da Autoeuropa, a CT pode mesmo recorrer à sede do grupo VW sempre que alguma questão não fica totalmente resolvida na fábrica portuguesa, ainda que a perceção de que os CEEs são uma segunda instância de resolução de problemas quando estes não são solucionados no plano nacional também seja reconhecida por parte de responsáveis sindicais.¹⁸

4.3. Sinais de democracia laboral

Distintamente do que é a prática em muitos CEEs, não é obrigatório que um problema ocorra em pelo menos dois Estados do EEE para que ele possa ser resolvido. O requisito da

um acordo que até era ilegal porque não aumentámos os salários. Não é verdade! Nós reduzimos foi o tempo de trabalho em 22 dias por ano, conseguimos um prémio de 500 euros, nessa altura, que foi cinco vezes superior aos aumentos salariais que eles tiveram nessa época” (representante português dos trabalhadores do CEE do Grupo VW, entrevista, 22.04.2016). Na verdade. “o sindicato hoje diz que foi o ‘padrinho’ desse acordo mas fez uma campanha enorme contra o acordo: ‘não é com dias em casa que compra batatas’. Lembro-me perfeitamente dessas frases. Ficámos em casa a receber o salário mas durante dois anos não fomos aumentados. Ou seja, trocámos o aumento desses dois anos (7,2%) por dias.” (ex-representante português dos trabalhadores do CEE do Grupo VW, entrevista, 8.05.2018).

¹⁸ Como afirmava um responsável da FIEQUIMETAL: “o papel do CEE passa por levar para lá problemas que muitas vezes não se conseguem resolver aqui porque as administrações não querem discutir (...). Por isso, já tivemos casos até em que eles já cá vieram propositadamente para tentar mediar” (entrevista com secretário-coordenador da FIEQUIMETAL, 2.03.2018).

transnacionalidade é uma preocupação a que as administrações das multinacionais procuram dar prioridade, em respeito pelo disposto na Diretiva. Mas isso não impede que, pelo menos circunstancialmente, se procurem resolver os problemas de âmbito essencialmente nacional, pois ainda que seja pedagógico conhecer os problemas comuns e condições de trabalho inerentes às diferentes filiais de uma multinacional, procurar resolver os problemas vividos “em casa” acaba por ser também prioritário (Costa *et al*, 2019). No caso da fábrica portuguesa da VW, alguns desses problemas nacionais registados ao longo da última década foram os seguintes (de acordo com as informações prestadas pelo ex-representante português dos trabalhadores do CEE do Grupo VW, entrevistado em 8.05.2018, pelo coordenador da CT, entrevistado em 4.09.2017 e pelo secretário da FIEQUIMETAL, entrevistado em 2.03.2018): o encerramento do posto médico ao fim de semana; a destituição de um *team* líder por ser membro da CT; a não automatização das cabines de pintura; o desconhecimento dos destinos dos investimentos futuros da empresa; a substituição de um administrador que prejudicava as relações com os trabalhadores. Ora, sempre que se registaram dificuldades locais em resolver este tipo de problemas (junto da administração local), o CEE emergiu como uma via complementar para sensibilizar a administração central do grupo VW para os problemas locais. Mas mais do que afirmar convictamente que o CEE resolveu automaticamente esses problemas, importará realçar o prestígio e a influência granjeados pelo representante dos trabalhadores no CEE, isto é, o seu acesso privilegiado à administração pressionaram a direção central da VW a intervir no contexto português (Costa *et al.*, 2020).

Além desta prioridade ao local tornada possível pelo próprio CEE, outros contributos para um incremento da democracia laboral podem ser sistematizados nos seguintes pontos:

- A informação e a consulta dos trabalhadores é considerada suficiente e prestada antes do facto consumado. Tal sucede porque não há uma agenda de trabalhos rígida fixada pela administração, havendo espaço para a incorporação de preocupações de sindicatos e CTs;
- O formato das reuniões do CEE do Grupo VW é descentralizado e faseado temporalmente, primeiro com base num encontro de partilha de problemas entre representantes de trabalhadores, ao que se segue um encontro entre trabalhadores e diretores de recursos humanos, terminando com uma reunião entre representantes de trabalhadores e a administração do Grupo VW;
- A adoção de procedimentos informais – que põem ao rubro relações de confiança pessoal enquanto “pré-condições para estabilidade e eficácia em EWCs” (Mählmeyer, Rampeltshammer e Hertwig, 2017: 225) – tanto podem ocorrer à margem de reuniões formais do CEE ou inclusive nas reuniões de âmbito ainda mais alargado (internacional);
- A noção de solidariedade colocada em prática significa (como corolário dos pontos anteriores) concorrer para o objetivo comum de evitar o encerramento de fábricas por

meio da adoção de posições concertadas e não de posições sectárias. O já mencionado papel do conselho de supervisão da VW é decisivo, como o são as estratégias de articulação e compromisso entre distintas fábricas nacionais e a sede do grupo e para as quais o CEE funciona como instância de mediação.

4.4. A relevância das “Cartas” para o diálogo social transnacional

Além dos aspetos já mencionados terem sido indutores de boas práticas no universo do grupo VW, importa assinalar outros referenciais de diálogo social transnacional que devem ser considerados em conjugação com os CEEs.

- i) a *Declaração sobre direitos sociais e relações industriais na Volkswagen* (conhecida como *Carta Social*), subscrita em junho de 2002 pela administração central da VW, pelo conselho de empresa mundial do Grupo VW (CEM-VW) e pela Federação Internacional dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas (FITIM). Baseando-se nas principais convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), visa, entre outros pontos: harmonizar transnacionalmente as relações laborais; reforçar os mecanismos de responsabilidade social empresarial; conferir impulso à celebração de Acordos de Empresa Transnacionais com um alcance mais vasto do que os Acordos-quadro europeus ou internacionais (Rehfeldt, 2015; Martínez Lucio, Mustchin e Whittall, 2015);
- ii) A *Carta das relações laborais do Grupo Volkswagen*, subscrita entre a administração mundial da VW, o CEM-VW, o CEE da VW e a FITIM, em outubro de 2009. Aplicada a todas as empresas e unidades industriais do Grupo VW, este documento visa: reconhecer distintas tradições sindicais no grupo VW; estabelecer um quadro vinculativo de cooperação na resolução de conflitos e direitos de participação das organizações de trabalhadores na empresa, mormente em assuntos financeiros, de política de recursos humanos e sociais da empresa, de informação, consulta e cogestão (VW AG *et al.*, 2009). Embora não se possa falar de uma transposição integral dos princípios do “modelo” de cogestão alemão (Telljohann, 2012), tanto mais que é necessário respeitar os sistemas de relações laborais nacionais, a assunção de compromissos com uma política de promoção de consensos e resolução de problemas é-lhe inerente;
- iii) a Carta relativa a *agência de trabalho temporário*, celebrada em 2012 entre a administração mundial da VW, o CEM da VW, o CEE da VW, a FITIM e a IndustriAll, com o propósito de garantir uma aproximação de direitos salariais entre trabalhadores permanentes e trabalhadores temporários (Whittall *et al.*, 2017);

iv) a Carta sobre *Educação e Formação*, subscrita em 2015 entre a administração mundial da VW, o CEM da VW, o CEE da VW e a FITIM, com o objetivo de criar condições adequadas aos trabalhadores em processo de aprendizagem (principiantes) (Whittal *et al.*, 2017).

5. Conclusão

Reitero que os CEEs são muito provavelmente o instrumento normativo europeu que mais potenciou a participação laboral nas multinacionais. Porém, não deixam de ser ainda instituições em amadurecimento permanente (Waddington, 2011a; Hann, Hauptmeier e Waddington, 2017), o que significa que prevalecem múltiplos obstáculos à sua implementação e funcionamento: diferenças na capacidade formal dos representantes de trabalhadores exercerem o seu papel; processos nem sempre claros de seleção de representantes de trabalhadores; empresários para quem os CEEs são apenas organismos que podem ser usados para legitimar decisões que já foram tomadas; escassez de encontros entre os próprios representantes de trabalhadores além das reuniões formais; atribuição de um sentido utilitarista aos CEEs; difícil apreensão do sentido prático/eficácia dos CEEs; prioridades nacionais que secundarizam a constituição de CEEs; indisponibilidade de representantes de trabalhadores para acumularem funções nos CEEs e noutros organizações de representação de trabalhadores; reduzido número de ações de formação sobre a missão e papel dos CEEs, etc. Na mesma linha, como assinalaram De Spiegelaere e Waddington (2017) ao analisarem 1.100 acordos no âmbito da *Recast Directive*, apenas se produziram efeitos nas definições de informação e consulta, assim como na definição de competências transnacionais. Mas noutros domínios ou não houve espaço para melhorias (como a formação e os comités restritos) ou houve apenas menções indiretas (como foi o caso da representação sindical), o que faz supor que a influência da *Recast Directive* ficou aquém do esperado.

Mas ainda que os CEEs não sejam geradores de relações laborais ideais cujo sucesso resida na obtenção permanente de compromissos e consensos (Whittal *et al.*, 2017), a referência ao CEE da VW à luz da realidade portuguesa refletiu um conjunto de pontos de impacto positivo: a tradição de cultura negocial da VW, a “lei-VW” que a sustenta e a reforça, o não encerramento de fábricas, a preocupação com os problemas das filiais consideradas isoladamente e a resolução (ou empenho na tentativa de resolução) dos problemas (primeiro nacionalmente e, depois, caso no local não haja entendimento, via CEE), a concretização de uma prática do CEE que vai além dos termos formais do acordo que lhe dá *vida*, ou ainda uma articulação progressiva do CEE da VW com os acordos de empresa transnacionais.

Seria, todavia, precipitado dar o futuro como garantido. No que diz respeito à fábrica portuguesa, basta ter em conta, por exemplo, a tensão entre trabalhadores e administração da Autoeuropa que ocorreu em 2017 na sequência de um pré-acordo assinado em 28.07.2017 entre a administração e a comissão de trabalhadores. Esse pré-acordo previa a realização de 18 turnos de trabalho (três turnos diários de segunda a sábado, uma folga ao domingo e outra rotativa durante a semana) de modo a responder à necessidade de montar mais de 200 mil veículos por ano, resultantes da produção no novo modelo desportivo (o T-Roc). Esse acordo foi rejeitado pelas estruturas sindicais da CGTP e por parte de 75% dos trabalhadores (em votação em plenário). Um novo pré-acordo com vista à reorganização do tempo de trabalho (celebrado em 21.11.2017) entre a CT e a administração seria igualmente recusado, deixando no ar sinais de incerteza quanto ao futuro. Em ambos os casos, foi notório que a substituição do ex-líder da CT (que desempenhara igualmente um papel crucial no CEE ao longo de mais de duas décadas) desencadeou uma disputa sindical no sentido de conquistar o poder da CT, tanto mais que a administração continua a ver na CT o interlocutor privilegiado para o diálogo com os trabalhadores.

Os impactos da pandemia da COVID-19 (que não foram objeto de análise neste texto) trouxeram igualmente profundas incertezas nas relações laborais e no emprego (sobretudo atendendo aos milhares de trabalhadores temporários no Grupo VW em toda a Europa), quebras de produção e de expectativas que vieram igualmente abalar a eficácia dos CEE, a qual, por sinal, no caso da VW, sempre esteve muito ligada a conjunturas económicas favoráveis. A pandemia estará, pois, a testar uma vez mais a resistência dos CEEs. Em março de 2021, ao publicar os resultados de um inquérito online realizado no início do ano e ao qual responderam 476 membros de CEEs, o Instituto Sindical Europeu dava conta de alguns dos impactos da pandemia no trabalho real dos CEEs: as vídeoconferências tornaram-se numa má alternativa às reuniões face a face; o número de reuniões permaneceu o mesmo para metade dos respondentes, embora 1/4 tenham reportado a realização de mais ou de menos reuniões; a qualidade da informação e consulta deteriorou-se consideravelmente, assim como o funcionamento interno do CEE (para 1/3 dos inquiridos); apenas metade dos inquiridos foi regularmente informada sobre a situação geral da empresa (contra 78% em tempos normais); apenas 16% foram capazes de influenciar as decisões de gestão durante a pandemia (sendo de 23% antes da pandemia): a maioria considera que as relações com a administração se deterioraram, etc. (EWC Academy, 2021).

As incertezas que pairam no ar reforçam a importância dos CEEs enquanto mecanismo de monitorização permanente das relações laborais no reino dos “gigantes transnacionais”. Importa, pois, como aqui procurei demonstrar, usar o melhor que as boas práticas podem propiciar

para conferir aos CEEs o sentido genuíno e emancipatório que esteve na base da sua constituição original.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, João Ramos; SILVA, Manuel Carvalho; FERREIRA, António Casimiro; COSTA, Hermes Augusto (2017), “A concertação social em tempo de crise”, in Manuel Carvalho da Silva, Pedro Hespanha e José Castro Caldas (eds.), *Trabalho e políticas de emprego: um retrocesso evitável*. Lisboa: Actual Editora, pp. 301-361.
- BERNACIAK, Magdalena; GUMBRELL-MCCORMICK, Rebecca; HYMAN, Richard (2014), *European trade unionism: from crisis to renewal?* (report 133). Brussels: European Trade Union Institute.
- BICKNELL, Helen (2007), “Ethno-, poly- and Eurocentric European Works Councils. How does German involvement influence their identity?”, in Michael Whittall et al. (eds.) (2007), *Towards a European Labour Identity. The case of European Works Councils*. London: Routledge, pp. 111-131.
- CAMPOS LIMA, Maria da Paz (2017), “A grande regressão da negociação coletiva: os desafios e as alternativas”, in Manuel Carvalho da Silva, Pedro Hespanha e José Castro Caldas (eds.), *Trabalho e políticas de emprego: um retrocesso evitável*. Lisboa: Actual Editora, pp. 245-296.
- CGTP (2020), *Programa de ação (XIV Congresso)*. Lisboa: CGTP.
- CHORA, António (2008), “A lei Vw e a actual crise” (paper policopiado).
- COSTA, Hermes Augusto (2012), “From Europe as a model to Europe as austerity: the impact of the crisis on Portuguese trade unions”, *Transfer – European Review of Labour and Research*, 18 (4), pp. 397-410.
- COSTA, Hermes Augusto (2013), “European works councils between formal requirements and good practices: the potential for further development based on evidence from Portugal”, *Transfer – European Review of Labour and Research*, 19 (4), pp. 553-567.
- COSTA, Hermes Augusto (2017), “Conselhos de Empresa Europeus militantes? Obstáculos, acordos e boas práticas à luz da experiência portuguesa na VW”, *Sociologias*, vol. 19 (45), pp. 82-114.
- COSTA, Hermes Augusto; ARAÚJO, Pedro (2009), *As vozes do trabalho nas multinacionais: o impacto dos Conselhos de Empresa Europeus em Portugal*. Coimbra: Almedina/CES, 223 pp.
- COSTA, Hermes Augusto; COSTA, Paula Reis (2014). *Conselhos de Empresa Europeus: um estudo dos setores metalúrgico, químico e financeiro em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 298 pp.
- COSTA, Hermes Augusto; ESTANQUE, Elísio; FONSECA, Dora; SILVA, Manuel Carvalho da; DIAS, Hugo; SANTOS, Andreia (2019), *Rebuilding trade union power in the age of austerity: a review of three sectors* (Final Research Report). Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 150 pp.

HERMES, Costa (2021), “Conselhos de empresa europeus no contexto português: dos obstáculos às boas práticas no setor metalúrgico”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLII, pp. 5-23.

- COSTA, Hermes Augusto; ESTANQUE, Elísio; FONSECA, Dora; SILVA, Manuel Carvalho da (2020), *Poderes sindicais em debate: desafios e oportunidades na Autoeuropa, TAP e PT/Altice*. Coimbra: Almedina, 238 pp.
- DE SPIEGELAERE, Stan; JAGODZINSKI, Romuald (2015), *European Works Councils and SE Works Councils – facts and figures*. Brussels : European Trade Union Institute.
- DE SPIEGELAERE, Stan; WADDINGTON, Jeremy (2017), « Has the recast made a difference ? An examination of the content of European Works Council agreements », *European Journal of Industrial Relations*, 23 (3), pp. 293-308.
- ESTANQUE, Elísio; COSTA, Hermes Augusto (2018), “Trabalho e desigualdades no século XXI: velhas e novas linhas de análise”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, “Número Especial (edição comemorativa dos 40 anos), pp. 261-290.
- EWAC ACADEMY (2021), “EWAC news” n° 2 (disponível em <https://www.ewac-news.com/fr022021.htm>, consultado em 4.08.2021).
- FERREIRA, Victor (2019), “Autoeuropa bate recorde de produção a mês e meio do final do ano”, *Público*, 19 de novembro, 22.
- GREER, Ian; HAUPTMEIER, Marco (2012), “Identity work: Sustaining transnational collective action at General Motors Europe”, *Industrial Relations*, 51 (2): 275-299.
- HALL, Mark (2003), “Unions seek more influence for EWCs”, *International Union Rights*, 10 (1), pp. 6-7.
- HANN, Deborah; HAUPTMEIER, Marco; WADDINGTON, Jeremy (2017), “European Works Councils after two decades”, *European Journal of Industrial Relations*, 23 (3), pp. 209-224.
- LAULOM, Sylvaine; DORSEMONT, Filip (2015), “Fundamental principles of EWC Directive 2009/38/EC”, in R. Jagodzinski (ed.), *Variations on a theme? The implementation of the EWC Recast Directive*. Brussels: European Trade Union Institute, pp. 33-67.
- LECHER, Wolfgang; PLATZER, Hans-wolfgang; RÜB, Stefan; WEINER, Klaus-Peter (1999). *The establishment of European Works Councils: from information committee to social actor*. Aldershot: Ashgate.
- LECHER, Wolfgang; PLATZER, Hans-wolfgang; RÜB, Stefan; WEINER, Klaus-Peter (2001), *European Works Councils: developments, types and networking*. Aldershot: Gower.
- LECHER, Wolfgang; PLATZER, Hans-wolfgang; RÜB, Stefan; WEINER, Klaus-Peter (2002), *European Works Councils: negotiated Europeanism. Between statutory framework and social dynamics*. Aldershot: Ashgate.
- LEITE, Jorge *et al.* (2014), “Austeridade, reformas laborais e desvalorização do trabalho”, in Observatório sobre Crises e Alternativas (org.), *A economia política do retrocesso: crise, causas e objetivos*. Coimbra: Almedina/CES, pp. 127-188.
- MÄHLMAYER, Valentina; RAMPELTSHAMMER, Luitpold; HERTWIG, Markus (2017), “European Works Councils during the financial and economic crisis: Activation, stagnation or disintegration?”, *European Journal of Industrial Relations*, 23 (3), pp. 225-242.

HERMES, Costa (2021), “Conselhos de empresa europeus no contexto português: dos obstáculos às boas práticas no setor metalúrgico”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLII, pp. 5-23.

- MARTÍNEZ LUCIO, Miguel; MUSTCHIN, Stephen; WHITTALL, Michael (2015), “Globalisation and labour regulation: towards transnational collective agreements and beyond”, in Saldo Leonardi (ed.), *The Transnational Company Agreements: experiences and prospects*. Rome: Associazione Bruno Trentin, pp. 11-26.
- MILLER, Doug; TULLY, Barbara; FITZGERALD, Ian (2000), “The politics of language and European Works Councils: Towards a research agenda” *European Journal of Industrial Relations*, 6 (3), pp. 307-323.
- OLJSLAGERS, Charlotte; DE SPIEGELEARE, Stan (2019), “Why aren’t more European Works Councils? A Belgian perspective”, *ETUI Policy Brief*, 7, pp. 1-5.
- REHFELDT, Udo (2015), “Transnational Company Agreements: a map”, in Salvo Leonardi (ed.), *The Transnational Company Agreements: experiences and prospects*. Rome: Associazione Bruno Trentin, pp. 27-39.
- SILVA, Manuel Carvalho da; HESPANHA, Pedro; CALDAS, José Castro (orgs.). *Trabalho e políticas de emprego: um retrocesso evitável*. Lisboa: Actual Editora
- SPEIDEL, Frederic (2012), “The ‘Volkswagen Law’ – guarantor of extended co-determination rights and international trade union solidarity”, *Transfer – European Review of Labour and Research*, 18 (4), pp. 497-501.
- STIRLING, John; TULLY, Barbara (2004), “Power, process, and practice: communications in European Works Councils”, *European Journal of Industrial Relations*, 10(1), pp. 73-89.
- TELLJOHANN, Volker (2012), *European Action on Transnational Company Agreements: a stepping stone towards a real internationalisation of industrial relations?* Rome: Istituto di Ricerche Economiche e Sociali – IRES, pp. 64-73.
- UGT (2017), *Resolução programática (XIII Congresso)*. Lisboa: UGT.
- VW AG; CEE-VW; CEM-VW; FITIM (2009), *Carta das relações laborais no Grupo Volkswagen*. Zwickau, 29.10.2009, pp. 1-7 (mimeo).
- VW (2017), *Dados da Volkswagen Autoeuropa desde 1995* (mimeo).
- WADDINGTON, Jeremy (2011a), *European Works Councils: a transnational industrial relations Institution in the making*. London: Routledge.
- WADDINGTON, Jeremy (2011b), “Comités d’entreprise européens : comment les salariés peuvent-ils exercer une influence ?”, *La revue de L’Ires*, 71 (4), pp. 23-50.
- WESTON, Syd; MARTINEZ LUCIO, Miguel (1997), ‘Trade Unions, Management and European Works Councils: Opening Pandora’s Box?’, *International Journal of Human Resource Management* 8 (6), pp. 764–79.
- WHITTALL, Michael; KOTTHOFF, Herman (2011), “Les comités d’entreprise européens, des zones libres de syndicats ?”, *La revue de L’Ires*, 68 (1), pp. 207-233.
- WHITTALL, Michael; MARTÍNEZ LUCIO, Miguel; MUSTCHIN, Stephen; TELLJOHANN, Volker; SÁNCHEZ, Fernando Rocha (2017), “Workplace trade union engagement with European Works

HERMES, Costa (2021), “Conselhos de empresa europeus no contexto português: dos obstáculos às boas práticas no setor metalúrgico”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLII, pp. 5-23.

Councils and transnational agreements: The case of Volkswagen Europe”, *European Journal of Industrial Relations*, 23 (4), pp. 397-414.

Hermes Augusto Costa. Universidade de Coimbra, Faculdade de Economia (Coimbra, Portugal). Centro de Estudos Sociais (Coimbra, Portugal). Endereço de correspondência: Colégio de S. Jerónimo Apartado 3087 3000-995 Coimbra, Portugal. Email: hermes@fe.uc.pt

Artigo recebido em 20 de setembro de 2021. Aprovado para publicação em 25 de novembro de 2021.

Opus Dei e a santificação do trabalho: uma versão católica da ética protestante?

Helena Vilaça

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

Rúben Elias

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

Resumo

Este artigo analisa o ideal da santificação do trabalho do Opus Dei, uma organização católica, de cariz mais conservador e alvo de mediatização e perceções de senso comum generalistas. Mobilizando a perspetiva weberiana da ética de trabalho protestante, é possível encontrar similitudes entre o ascetismo (intramundano) do Opus Dei e a ética de trabalho puritana, principalmente de vertente calvinista. No sentido de identificar semelhanças, foi realizada uma pesquisa empírica nas áreas Metropolitanas de Porto e Lisboa, assente em entrevistas a membros do Opus Dei. A análise dos resultados permitiu obter um conhecimento mais aprofundado não só da conceção do trabalho e estilos de vida como das dinâmicas desta instituição.

Palavras-chave: Opus Dei; santificação do trabalho; ética protestante.

A look at the daily life of Opus Dei members in the light of the sanctification of work

Abstract

This article analyses the ideal of sanctification of the work of Opus Dei, a Catholic organization with a more conservative nature and target of media coverage and general common sense perceptions. Through mobilization of the Weberian perspective of the Protestant work ethic, it is possible to find similarities between (intramundane) asceticism of Opus Dei and the Puritan work ethic, mainly of a Calvinist slant. To identify common traits, empirical research was carried out in the Metropolitan Areas of Porto and Lisbon, based on interviews with members of Opus Dei. The analysis of the results allowed us to obtain a deeper knowledge not only about the conception of work and lifestyles, but also about the dynamics of this institution.

Keywords: Opus Dei; work sanctification; Protestant ethics.

Una mirada a la vida cotidiana de los miembros del Opus Dei a la luz de la santificación del trabajo

Resumen

Este artículo analiza el ideal de santificación de la obra del Opus Dei, una organización católica de carácter más conservador y destinataria de la cobertura mediática y la percepción generalizada del sentido común. Movilizando la perspectiva weberiana de la ética del trabajo protestante, es posible encontrar similitudes entre el ascetismo (intramundano) del Opus Dei y la ética del trabajo puritana, principalmente de inclinación calvinista. Para identificar similitudes, se llevó a cabo una investigación empírica en las Áreas Metropolitanas de Oporto y Lisboa, a partir de entrevistas con miembros del Opus Dei. El análisis de los resultados nos permitió obtener un conocimiento más profundo no solo sobre la concepción del trabajo y los estilos de vida, sino también sobre la dinámica de esta institución.

Palabras-clave: Opus Dei; santificación del trabajo; ética protestante.

Un regard sur la vie quotidienne des membres de l'Opus Dei à la lumière de la sanctification du travail

Résumé

Cet article analyse l'idéal de sanctification du travail de l'Opus Dei, une organisation catholique de nature plus conservatrice et cible de la couverture médiatique et des perceptions générales du sens commun. En mobilisant la perspective wébérienne de l'éthique du travail protestante, il est possible de trouver similitudes entre l'ascèse (intramondaine) de l'Opus Dei et l'éthique du travail puritaine, principalement d'orientation calviniste. Afin d'identifier des analogies, une recherche empirique a été menée dans les aires métropolitaines de Porto et de Lisbonne, sur la base d'entretiens avec des membres de l'Opus Dei. L'analyse des résultats nous a permis d'approfondir nos connaissances non seulement sur la conception du travail et des modes de vie, mais aussi sur la dynamique de cette institution.

Mots-clés: Opus Dei ; sanctification du travail ; éthique protestante.

Introdução

A Igreja Católica é uma grande instituição à escala do planeta, com um governo centralizado, mas internamente diversificada, composta por grupos com características, objetivos e visões profundamente diferenciados, desde as ordens religiosas do passado (e do presente) até aos mais variados movimentos e organizações. A Prelatura Pessoal do Opus Dei representa um desses grupos, considerado por muitos setores da sociedade como um movimento fechado, masculino, conservador e elitista. Devido a essa representação social disseminada nas representações sociais, o Opus Dei tem sido alvo de uma mediatização e inspirado a literatura ficcional e o cinema.

O objetivo do artigo não é o de analisar todas as dimensões que caracterizam o Opus Dei, nem tão pouco abordar controvérsias, mas em compreender a centralidade do trabalho nos seus

elementos fundadores e o modo como a ética que lhe é intrínseca está presente na vivência quotidiana dos fiéis da Prelatura. Nesse sentido, é analisada a percepção dos seus membros face à santificação do trabalho e como tal aspeto se projeta nas suas práticas profissionais, familiares e outras, na atual fase da modernidade e, especificamente, no contexto português.

Em termos teóricos, são acionados os contributos sociológicos do catolicismo, assim como a análise que Max Weber faz de ética de trabalho protestante, nomeadamente, calvinista, procurando, dessa forma estabelecer paralelismos entre esta e o ideal de santificação do trabalho do Opus Dei.

1. Igreja Católica Romana e catolicismos

A Igreja Católica manifesta um maior grau de institucionalização do que as outras igrejas cristãs, principalmente as igrejas protestantes, razão pela qual é aquela que inspira empiricamente o tipo ideal de igreja construído por Max Weber. A Reforma protestante introduziu uma cultura religiosa que coloca a Bíblia como fonte de autoridade, incentivando a sua leitura, facto que traz como consequência uma diversidade de interpretações (consoante as denominações) e a relação direta do indivíduo com Deus. Como referem Lefebvre e Pérez-Agote (2018: 3), o catolicismo tem uma governação centralizada, dado que é regido centralmente por um chefe de Estado, o Papa, Bispo de Roma, que é a única autoridade religiosa sobre os bispos de todas as dioceses. Portanto, o catolicismo é uma religião governada pelo Estado do Vaticano, sendo esta uma organização complexa com um exercício à escala mundial e responsável pelo controlo da ortodoxia doutrinária (Lefebvre e Pérez-Agote, 2018: 3) exercido pelo Vaticano nas suas mais diversas instituições.

Apesar do primeiro cisma do cristianismo no século XI e da Reforma protestante do século XVI, a Europa do Sul foi imune a esses conflitos e divisões¹, observando-se um percurso histórico favorável a uma afirmação progressiva do catolicismo que, ao longo dos séculos, se foi estabelecendo como referencial religioso e cultural sem concorrência. Diga-se, porém, que essa hegemonia religiosa e cultural não se traduziu sempre numa história de relações pacíficas entre o poder espiritual e o poder temporal, uma vez que estes campos, no sentido bourdiano de configuração de relações objetivas entre posições, competiram sempre entre si, revelando, por isso, uma rede complexa de interações. Referindo-se às relações entre o trono e o altar, em Portugal, José Mattoso afirma que

¹ À exceção da França, considerada por Stoetzel (1983) um caso único, mais propriamente um país secular.

«uma situação caracterizada pela confusão de poderes, pelo temor reverencial do rei perante o sagrado e por uma reduzida intervenção do papado, passa-se, primeiro, para uma tentativa de delimitação de campos, depois, para uma luta generalizada e violenta e, finalmente, para o entendimento global à custa de uma efetiva sujeição do episcopado» (Mattoso, 1993: 283).

Independentemente da relação mais ou menos pacífica com o poder político, a religião, ao longo de todo o Antigo Regime, foi pautada pela ubiquidade na vida social. Sob o seu domínio institucional estavam as obras de beneficência, os hospitais, os asilos e o ensino. Verificam-se, assim, percursos históricos nacionais pautados por uma afirmação progressiva do catolicismo (Vilaça, 2006; Vilaça e Oliveira, 2019), que se foi estabelecendo como referencial religioso e cultural sem concorrência.

O processo de modernização europeu, iniciado no século XVIII e progressivamente intensificado a partir do século XIX, contribuiu para a perda progressiva da centralidade da religião, fenómeno central na teoria da secularização. Este corpo teórico, considera o enfraquecimento da fé nas comunidades cristãs, a descredibilização e o declínio do magistério sacerdotal, a individualização da crença por via de um distanciamento em relação à ortodoxia doutrinária, o declínio na prática religiosa e a ausência da transmissão da fé às novas gerações como parte fundamental da modernização.

Perante um cenário de secularização generalizado à escala europeia, a recomposição do catolicismo português operou-se no plano macrosocietal, a partir do fim da monarquia, com a lei da separação entre o Estado e a Igreja em 1911. Perante este facto e o crescente desaparecimento do sentido de pertença local, consubstanciado na diminuição do relevo comunitário da paróquia, o catolicismo passou a constituir um subsistema social entre outros.

A mudança religiosa teve também lugar a nível mesossocietal ou organizacional, isto é, dentro das igrejas e outros grupos religiosos (Luckmann, 1974; Dobbelaere, 2004). Também designada de secularização interna, o fenómeno expressa o modo como as organizações religiosas se “esforçam” por se adaptar à modernidade. Não se trata de um exercício fácil, pois assiste-se, por um lado, a uma excessiva acomodação à cultura moderna, traduzida numa teologia racionalizada, e num discurso sociopolítico, sem dimensões de transcendência, indistinto daquele que é adotado por outros subsistemas e, por outro, a uma cristalização e incapacidade de comunicação com a contemporaneidade.

A nova realidade conduziu a Igreja Católica a uma estratégia de influência essencialmente de cariz setorial, criando, paralelamente à sua pastoral de base territorial, uma pastoral setorial (Voyé, 1996), baseada em grupos socioprofissionais e, mais tarde, em movimentos juvenis operários e estudantis. Em Portugal, além desses, merecem também evidência os movimentos

culturais (Fontes, 2002: 133) emergentes nas últimas décadas do Estado Novo, de que a revista “O Tempo e o Modo” é exemplo.

Apesar das múltiplas estratégias adaptativas por parte do catolicismo à modernidade (Voyé e Dobbelaere, 1994) e, em particular, ao processo de secularização, nomeadamente através de uma organização interna cada vez mais diversificada, o empenhamento dos crentes em grupos e movimentos católicos é quantitativamente residual. Um retrato relativamente atual fornecido pelo estudo das Identidades Religiosas dos Portugueses (Teixeira, 2012) revelou que a pertença a algum grupo ou movimento eclesial no seio da Igreja Católica é minoritária (8,2%). No entanto, ainda que estatisticamente pouco expressivos, o peso simbólico de alguns destes grupos ou associações permanece inegável. O Opus Dei é, sem dúvida um desses casos.

Em suma, há momentos históricos em que um determinado sistema de crenças tem capacidade de moldar o seu ambiente à sua imagem, como aconteceu com o catolicismo português e com o cristianismo em geral, na Europa, no passado (Vilaça e Oliveira, 2019), mas há outros momentos em que, como refere Enzo Pace (2011: 32), o ambiente se diversifica a tal ponto que é dominante uma variedade de interpretações, a par de uma individualização da crença e da reconfiguração da religião na esfera pública.

2. A ética protestante

Um dos aspetos mais fascinantes da obra de Max Weber reside no facto de este fundador da sociologia não identificar religião com a irracionalidade. Portanto, na perspetiva weberiana (1983a e 1983b), a racionalização não aparece como antagónica à religião. Aliás, a religião contribui para a própria racionalização do mundo. Tal como Troeltsch (1958: 174-179), Weber situa a secularização no âmbito de fenómenos concetualizados pelas teorias da secularização como o desencantamento do mundo, a mundanização (de orientações religiosas) e a generalização de uma ética particular.

A relação estabelecida entre a vida mundana, e o transcendente pode, segundo Weber, motivar a ação individual. Um dos aspetos mais explorados pelo sociólogo alemão é o modo como a relação estabelecida entre a vida quotidiana e o transcendente pode determinar comportamentos e condutas. A melhor ilustração disso é para o autor a conceção luterana de *Beruf* – vocação ou “chamado” –, uma palavra com «conotação religiosa: uma tarefa imposta por Deus» (Weber, 1983a: 52). Em contraponto com o catolicismo, a grande novidade que Weber vê no protestantismo consiste no facto de Lutero «considerar o cumprimento do dever no quadro da atividade temporal como a ação moral mais elevada» (Weber, 1983a: 53). Em rejeição ao monasticismo, algo de egoísta dado que retira ao homem os seus deveres na sociedade, este

reformador vê no exercício profissional uma manifestação de amor ao próximo e o cumprimento da vontade de Deus.

A valorização do trabalho, transversal a todo o protestantismo, vai encontrar a sua expressão mais plena no ascetismo secular, que, segundo Weber se divide em quatro tipos: calvinismo; pietismo (com origem no calvinismo inglês e holandês, mas que se transformou num movimento dentro do luteranismo); metodismo (que surgiu em Inglaterra no século XVIII); seitas com origem no movimento batista (Weber, 1983: 87). Entendendo que os comportamentos e ações religiosas eram orientados para o mundo terreno, Weber vê no ascetismo puritano intramundano um expoente máximo da ação racional orientada para o mundo. Através desse modo de vida ascético, o mundo converte-se numa obrigação imposta ao religioso virtuoso (Weber, 1983b: 429). A missão do crente consiste em transformá-lo segundo os ideais ascéticos. Nessa medida, o asceta converte-se num reformador ou revolucionário racional (Weber, 1983a), que atua dentro da sociedade e não no refúgio do convento. Weber diz que o “Deus do calvinismo exige aos seus fiéis não boas ações isoladas, mas uma vida inteira de boas ações erigidas em sistema” (Weber, 1983a: 99-100). Esse ideal que parte de uma orientação espiritual é transposto e aplicado a todas as dimensões da vida. É por isso que, regra geral, o asceta não se conforma com uma religião massificada, que atua sob o efeito da rotinização do carisma.

Como foi referido, os grupos de contestação, mais ou menos radicais, e de renovação não constituíram uma exclusividade da reforma em países de maioria calvinista. De igual modo no século XVII, a Inglaterra conheceu movimentos que criticaram o que entendiam como abusos da Igreja Anglicana (Vilaça, 2018). Alguns permaneceram dentro dela e procuraram restaurá-la, como é o caso dos puritanos. A revolução puritana foi um movimento marcado pela teologia e ideais morais do calvinismo que rejeitava tanto a Igreja Católica Romana como o ritualismo e a organização episcopal da Igreja Anglicana.

O Opus Dei, um grupo profundamente fiel à ortodoxia católica, não deixa de incorporar alguns dos ideais puritanos no que respeita ao ascetismo intramundano e ao inconformismo com uma fé massificada com crentes pouco comprometidos e cujo modo de vida, especialmente na esfera do trabalho, por excelência uma plataforma de contacto com o mundo, não é concebido como um chamado nem um lugar de missão.

3. Origens do Opus Dei e a sua implantação em Portugal

Apesar do seu nascimento remeter a 1928, a afirmação do Opus Dei enquanto instituição religiosa devidamente reconhecida foi um processo conturbado. O principal objetivo do seu fundador, Josemaria Escrivá, era o de «facilitar a todos os homens a descoberta do valor

santificador do trabalho ordinário e despertar nos cristãos a consciência do alcance e das exigências da sua vocação» (Rhonheimer, 2006: 47). Em termos oficiais, o Opus Dei enquanto instituição religiosa data de inícios da década de 1940, como Pia União, «uma associação de crentes com um pleno mandato para exercer obras de piedade ou caridade, capazes de receber graças espirituais ou indulgências especiais» (Hutchison, 1997: 122). Contudo, este reconhecimento limitava o campo de atuação da instituição à região espanhola, situação que fora ultrapassada em 1947 com o *Provida Mater Ecclesia*². Através deste decreto, o Opus Dei adquire um estatuto jurídico e torna-se no primeiro instituto secular dentro do catolicismo. Contudo, o objetivo desta organização só é plenamente alcançado em 28 de novembro de 1982, quando o Papa João Paulo II constitui o Opus Dei como a primeira – e, até à data, a única – Prelatura Pessoal da Igreja Católica, como é possível ler na bula “Ut Sit”³.

Tomaz (2021) contribui para o debate em torno do Opus Dei quando enfatiza a necessidade de lhe ser atribuída uma menor «conotação eclesiástica» na atuação no mundo, indo ao encontro da circunscrição eclesiástica, prevista pelo Concílio Vaticano II e pelo Código de Direito Canónico (Harman, 2016). De facto, enquanto Prelatura pessoal tem uma estrutura que é em parte, laica e, em parte, religiosa (Elias, 2020: 49).

A chegada do Opus Dei a Portugal, na década de quarenta do século passado, coincide com um momento em que a aproximação e cumplicidade do regime do Estado Novo à Igreja Católica, é consolidado na Concordata de 1940 (Vilaça, 2006). Este acordo realizado entre o Estado português e a Santa Sé acabou por funcionar como mecanismo de compensação ao regime de separação instaurado no início do século XX pela I República.

Depois do 25 de abril de 1974, os nexos e as ambiguidades entre a Igreja Católica e o Estado tornaram-se mais complexos. Nos termos da Constituição portuguesa, o Estado não é religioso, mas o catolicismo permanece como a religião de referência – com a sua pluralidade interna e as diferentes visões de mundo que a atravessam – e seu peso simbólico manifesta-se de diversas formas. No quadro da revolução democrática, enquanto alguns movimentos católicos são tidos como progressistas, até porque possuíam um historial de luta contra a ditadura, o Opus Dei é diretamente conotado com as elites católicas conservadoras e defensoras do capitalismo, uma espécie de Maçonaria de direita. O tema do Opus Dei ressurge no debate público com o processo de privatização da banca, iniciado em 1989, especialmente em torno do Banco Comercial Português (BCP) liderado por Jorge Jardim Gonçalves, um membro da Prelatura.

² Constituição Apostólica promulgada pelo Papa Pio XII, com o objetivo de atribuir um estatuto jurídico a institutos seculares que promoviam uma nova forma de vida consagrada, dando assim resposta a vários movimentos católicos, emergentes entre as duas guerras mundiais, e que eram constituídos por indivíduos que se sentiam chamados para uma intervenção mais empenhada na sociedade em prol do Reino de Deus.

³ <https://opusdei.org/pt-pt/article/constituicao-apostolica-ut-sit/>

Apoiando-se numa estrutura tripartida: central, regional e local, a Prelatura Pessoal do Opus Dei tem na figura do vigário regional, um elemento preponderante na relação entre o governo central, sediado em Roma e o seu país. Não obstante a presença do Opus Dei em Portugal desde os finais da década de 40, do século XX, como documenta Azevedo (2021: 9), um dos desafios desta investigação prendeu-se com a falta de dados informativos acerca das principais figuras do Opus Dei em Portugal, mais concretamente dos vigários regionais em Portugal. Através da tabela 1, é possível visualizar todos aqueles que ocuparam o cargo de vigário regional em Portugal, personalidades que contribuíram para a manutenção e desenvolvimento do Opus Dei no país.

Tabela 1 - Vigários regionais do Opus Dei em Portugal

Ano	Vigários regionais de Portugal
1949-1958	Francisco Xavier de Ayala
1958-1971	Nuno Girão
1971-1974	António Adolfo Barbosa e Silva
1974-1988	Jorge Margarido Correia
1988-2002	António Adolfo Barbosa e Silva
2002 -	José Rafael Espírito Santo

Fonte: Elias (2020: 58)

4. Metodologia

A dimensão territorial constitui um elemento determinante da estruturação do trabalho e, tendo em conta a implantação urbana do Opus Dei, foram seleccionados para o estudo membros residentes nas duas áreas metropolitanas do país: Porto e Lisboa.

O presente artigo incide sobre alguns dos resultados aferidos num trabalho académico que resultou numa dissertação de mestrado (Elias, 2020). Tendo por base uma metodologia qualitativa, procedeu-se a um caminho de desconstrução, aproximação e confrontação contínua durante todo o seu processo (Guerra, 2006). Como qualquer outro estudo sociológico esta pesquisa parte de um «património acumulado de interpretações provisoriamente validadas que se chama de teoria» (Silva e Pinto, 1990: 56). Foram utilizadas duas técnicas de investigação: a entrevista e a análise de conteúdo, constituindo a entrevista a fonte primordial de conhecimento. Contudo, como nos diz Bardin (2011), a utilidade da análise conteúdo permitiu chegar a informações, devidamente agrupadas e sintetizadoras da instituição católica em que o presente estudo se centrou, a Prelatura Pessoal do Opus Dei.

Entre os principais elementos que contemplaram uma análise de conteúdo estão documentos produzidos por essa organização, ligados à sua história e sociogénese, mas também ao conceito de santificação do trabalho. No início do estudo foi também realizada uma entrevista exploratória, em virtude da escassa informação perante a realidade em causa. Foram efetuadas dezasseis entrevistas, oito das quais a membros do sexo masculino e o mesmo número a elementos do sexo feminino, ao longo de dez meses. A amostra foi construída com a colaboração de um informante privilegiado, seguindo a lógica de amostragem em bola de neve, sendo a sua seleção condicionada (*respondent-driven sampling*) a partir de características estabelecidas pelo investigador (Silva, 1999: 38). O tipo de entrevista escolhido foi a semidiretiva, deixando, muitas vezes, o entrevistado “viajar” nas suas memórias e experiências (Kvale, 1996). As entrevistas decorreram com o devido consentimento dos intervenientes, onde o seu anonimato foi salvaguardado no tratamento dos dados e informações divulgadas.

As entrevistas foram aplicadas, como se disse, a residentes na Área Metropolitana do Porto (AMP) e na Área Metropolitana de Lisboa (AML), entre janeiro e fevereiro de 2020. Estas decorreram em diversos espaços públicos, destacando também a utilização do Oratório S. Josemaria e as sedes dos centros do Opus Dei, o Vega Clube e Residência Universitária de Montes Claros – Residência Universitária. Após a realização de todas as entrevistas, estas foram transcritas na íntegra e analisadas com recurso a uma grelha de análise, confrontando depois essas informações com os contributos teóricos existentes.

5. Opus Dei: um ascetismo intramundano do catolicismo ou uma das reações católicas à secularização?

A apresentação dos resultados do trabalho de terreno efetuado foi organizada em três pontos: a caracterização sociodemográfica dos entrevistados; a sua vivência da santidade na vida quotidiana e a sua perceção da santificação do trabalho. Ao longo da exposição esteve presente um exercício de articulação com os objetivos delineados e as questões levantadas nas considerações teóricas até ao momento desenvolvidas.

5.1. Perfis sociológicos

Este estudo contemplou dezasseis pessoas, oito do sexo masculino e oito do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 23 e os 88 anos, situando-se a média nos 52 anos de idade. Outro aspeto relevante prende-se com as habilitações académicas dos participantes. O

grau de licenciado é o nível educacional predominante, contabilizando dez dos dezasseis participantes. Entre os restantes dois adquiriram o grau de mestre, dois são doutorados e dois possuem o ensino secundário. De realçar o elevado nível de escolaridade identificado nesta amostra, dado que 87,5% são detentores de diploma no ensino superior.

Relativamente à atividade profissional de cada um, existe uma diversidade setorial bastante alargada e significativa. A trabalhar no setor da educação encontram-se uma auxiliar de educação, um professor de piano e teatro e um professor de Educação Física. Na saúde, foram entrevistadas uma enfermeira e duas médicas. A amostra abrange ainda um dirigente desportivo, um engenheiro zootécnico, uma gestora de seguros, um empresário agrícola, uma economista, uma diretora de um grupo farmacêutico e uma administradora no setor da Administração Interna. Foram também incluídos dois participantes reformados, um da área dos recursos humanos e outro ligado ao setor bancário, com funções de administração e presidência bancária. O grupo de participantes no estudo fica fechado com um sacerdote.

Tabela 2 - Caracterização da amostra

Nome	Sexo	Idade	Habilitações académicas	Profissão
E1	Feminino	25	Licenciatura	Enfermeira
E2	Feminino	46	Ensino secundário	Auxiliar de educação
E3	Feminino	68	Doutoramento	Médica
E4	Masculino	33	Doutoramento	Sacerdote
E5	Masculino	48	Ensino secundário	Diretor-geral de SAD de futebol
E6	Masculino	59	Licenciatura	Engenheiro zootécnico
E7	Masculino	23	Licenciatura	Professor de piano e teatro
E8	Masculino	69	Licenciatura	Reformado (Área de recursos humanos)
E9	Feminino	55	Licenciatura	Gestora de seguros
E10	Feminino	61	Mestrado	Economista
E11	Masculino	88	Licenciatura	Reformado (Administração e Presidência setor bancário)
E12	Masculino	47	Licenciatura	Professor de Educação Física
E13	Feminino	59	Licenciatura	Médica
E14	Masculino	35	Licenciatura	Empresário agrícola
E15	Feminino	60	Licenciatura	Diretora Grupo (setor farmacêutico)
E16	Feminino	43	Mestrado	Administradora empresa (setor da Administração Interna)

Fonte: Elias (2020: 74)

Em termos geográficos, no território da AMP, os entrevistados são residentes nos concelhos da Maia, Matosinhos, Porto, Vila Nova de Gaia e Santa Maria da Feira. Na AML, o lugar de residência dos indivíduos situa-se nos concelhos de Sintra, Cascais, Odivelas, Lisboa e Seixal.

Outra questão, contemplada no guião da entrevista, prendia-se no modo como os participantes se tinham envolvido no Opus Dei e o percurso efetuado. Com isso, foi possível aferir a importância dos apoios espirituais fornecidos pela instituição, denominados «meios de formação». Dos dezasseis participantes, treze tiveram o primeiro contacto com a Prelatura através dos meios de formação, concretamente, sessões de apoio espiritual e doutrinário facultados pela Prelatura aos seus membros e a todos aqueles que as desejem experimentar. Os meios de formação podem ser de três tipos – os círculos semanais, o retiro mensal e o retiro anual. O círculo semanal, como nos descreve um dos participantes do estudo:

«[s]ão encontros informais entre os fiéis do Opus Dei ou entre pessoas que não são do Opus Dei, mas que vêm ter esses encontros informais. São encontros rápidos que tocam temas da vida cristã, como, por exemplo, o valor da santa missa para o cristão, a santificação do trabalho, a unidade ao Papa e aos bispos. Temas da Igreja também, por exemplo, o tema da pobreza, de como viver a pobreza no nosso dia a dia, por exemplo, temas da formação intelectual e religiosa (...) são sessões onde as pessoas se encontram e quem dá a sessão deve ter um conhecimento daquilo que está a falar na prática e deve transmitir na prática» (E4).

O retiro mensal é um momento que os fiéis da Prelatura reservam para recolocar e reavivar a sua espiritualidade. Também conhecido por “Recoleção”, este tem a duração aproximada de duas horas de meia e consiste num «dia que recebemos formação espiritual e convidamos amigos que até possam nem ser católicos e possam nem ser praticantes» (E6). Por fim, o retiro anual e segundo a descrição do participante E4:

«É um retiro em que se faz nalguma casa de retiros e em que um sacerdote prega meditações. Isto é, tempos de oração, em que todos rezam, o sacerdote faz a sua oração em voz alta, dirigindo sobre um tema a oração para Jesus. Costumam ser quatro meditações por dia, há também tempo livre, em que a pessoa fica por sua conta, a falar, a rezar com Deus (...) faz um bocadinho de exame sobre a sua vida, de como viveu durante esse ano para tirar um pouco de impulso com a graça de Deus para aquilo que vem a acontecer no ano que se abre a partir daquele retiro. São momentos de conversão, em que aquilo que se pede à pessoa que faz o retiro é que procure converter-se para chegar a ser santo. São momentos muito importantes na vida de uma pessoa» (E4).

Neste excerto, é possível identificar similitudes com o protestantismo evangélico, dada a ênfase, tanto no passado como atualmente, à conversão e à relação viva e íntima com Deus. Além disso, a importância atribuída à santidade, permite estabelecer paralelismos com um dos movimentos do puritanismo ascético elencado por Max Weber, especificamente o metodismo. Esse movimento – hoje igreja – ascético e pietista, fundado por John Wesley, no século XVIII, em Inglaterra dentro da Igreja Anglicana colocou a tónica na doutrina da santificação, defendendo um tipo de vida disciplinada, “metódica” – a origem do nome do grupo vem daí – mas numa linha mais pietista (Vilaça, 2018: 71), afastando-se da rigidez do racionalismo teológico calvinista.

Ainda sobre os dados dos participantes, importa analisar a sua situação pessoal dentro da Prelatura. A grande maioria, mais concretamente doze dos dezasseis entrevistados vive a condição

de supranumerário⁴. Dos restantes quatro, três vivem a condição de numerário⁵ e uma pessoa vive a condição de agregada⁶. Os dados do estudo levantam, desde logo, uma evidência: 75% da nossa amostra são membros supranumerários, o que entronca na realidade global da Prelatura Pessoal do Opus Dei, onde cerca de 70%⁷ dos seus membros estão na Prelatura nessa posição.

A este propósito, é imprescindível referir a saliência da transmissão da fé em contexto familiar. Entre os doze indivíduos na condição de supranumerário, apenas um não tem filhos. Dentro do universo com descendentes, apenas cinco confirmaram a frequência dos seus filhos em colégios do Opus Dei, o que é seguramente relevante é o lugar atribuído à família como contexto de transmissão da fé, independentemente de os filhos virem a aderir no futuro ao Opus Dei. Acerca disso, a entrevistada E16 referiu:

“Na Obra, não dizem “rezem em família”, não, agora parece-me relativamente normal, nós não somos esquizofrênicos, nem temos perturbações de personalidade (...) os católicos têm uma prática espiritual que é visível e que os primeiros a ver são os filhos. Portanto, é perfeitamente comum a adesão dos filhos às práticas, porque a prática religiosa é uma prática do bem e atrai”.

Relativamente à questão dos cônjuges, quatro membros têm o cônjuge na Prelatura, sendo que um é, efetivamente, membro supranumerário e os restantes são cooperadores do Opus Dei. Ou seja, não são membros, mas vão participando nos meios de formação ou nas atividades que sejam dinamizadas. Pode-se então constatar que a vivência da fé no Opus Dei é individual, estando confiada a cada homem, a cada mulher sempre que seja essa a sua vocação.

A análise do perfil sociológico dos participantes no estudo revela que, apesar do elevado nível de literacia, o Opus Dei não é uma organização masculina nem exclusivamente constituída por elites. A variedade das categorias socioprofissionais sugere a presença de transversalidade em termos de classes sociais.

5.2. A santidade no quotidiano

Ser membro do Opus Dei significa indubitavelmente uma militância religiosa elevada e extensível a todas as dimensões da vida. Nessa medida, distanciam-se da maioria dos indivíduos que se identificam como católicos. Com a finalidade de alcançar uma perceção mais diferenciada da prática católica Alfredo Teixeira (2012: 50) tipifica esta população a partir da frequência da

⁴ São designados de supranumerários homens ou mulheres, por regra, casados, para quem a santificação dos deveres familiares assume uma dimensão primordial da sua vida cristã.

⁵ Os numerários são celibatários que residem normalmente em centros do Opus Dei. Desta forma, dispõem de uma maior disponibilidade para se encarregarem dos trabalhos apostólicos e da formação dos restantes fiéis da prelatura.

⁶ Semelhantemente aos numerários, os agregados vivem fora dos centros do Opus Dei, com as suas famílias ou onde lhes for mais conveniente por razões profissionais ou pessoais. Ambos os membros destas categoriais podem vir a assumir o sacerdócio dentro da prelatura.

⁷ Informação disponível em <https://opusdei.org/pt-pt/article/cristaos-no-meio-do-mundo/>

missa, identificando seis categorias distintas: católico nominal; católico praticante ocasional; católico praticante irregular; católico praticante regular; católico observante; católico militante (os que à “prática observante” acrescentam a pertença a um movimento da Igreja Católica ou desenvolvem alguma atividade na paróquia). Inquestionavelmente, os membros do Opus Dei inserem-se na última categoria, a de católicos militantes.

O seu profundo envolvimento na fé cristã, engloba, muito mais do que práticas assentes em rituais ou mesmo pertença a um grupo específico. Trata-se essencialmente de deterem uma visão do mundo totalizante, não compartimentada segundo os princípios da diferenciação funcional da secularização. Todo o dia-a-dia de um crente vinculado ao Opus Dei, vive os valores e regras de conduta da organização. Dos dezasseis participantes no estudo, doze utilizaram a expressão «plano de vida» para contextualizar a descrição da sua rotina diária. Para explicar o que esta expressão significa para estas pessoas, introduz-se uma metáfora que foi utilizada por vários entrevistados e que compara a vida pessoal de cada um à luva de um cirurgião: «conforme o cirurgião também tem uma mão mais gorda ou mais magra e a luva adapta-se à vida dele» (E6) também cada indivíduo tem de «enquadrar o plano diário dentro da atividade profissional e familiar» (E5).

Este plano de vida contempla o contexto específico de cada fiel do Opus Dei e que segmenta vários momentos no decurso do dia a dia, identificando a necessidade de haver tempo de oração, de frequência da missa, de leitura espiritual, assim como de formação espiritual, significando isso a frequência dos meios de formação e direção espiritual. Contrariamente ao que se pode pensar, o plano de vida não é um contrato de fidelização com a Prelatura Pessoal do Opus Dei. Este representa uma «série de “normas” que são propostas às pessoas para irem fazendo diariamente, semanalmente, mensalmente, anualmente» (E6). Contudo, não existe qualquer obrigatoriedade das mesmas, como disse o E5, «todos nós temos um plano diário, que “devemos” cumprir, não somos coagidos nem obrigados». Acerca desta questão em particular, vislumbra-se um traço convergente com o ideal de vida a potenciar por parte destes fiéis e a perspetiva weberiana da doutrina calvinista. Ou seja, encontra-se aqui uma aproximação entre a vida ascética e rigorosa calvinista e o objetivo de uma vida piedosa e estruturada nos membros do Opus Dei (Weber, 1983a). No protestantismo ascético, através do puritano, o ascetismo medieval das ordens monásticas foi transformado numa “ascese puramente secular (Weber, 1983a: 101 e 120).

Considerando fundamental perceber e descortinar esta ideia de «plano de vida» no percurso de santidade destas pessoas importa abordar a sua dicotomia «não obrigatório» – «necessário». Isto é, como acima mencionado, o plano de vida é a essência da relação dos fiéis do Opus Dei e o seu caminho para a Santidade. Durante a aplicação das entrevistas, a palavra «liberdade» foi utilizada por metade dos participantes quando estes abordavam a questão do plano de vida.

O tempo dedicado à oração molda-se à vida dos indivíduos, traduzindo-se na disponibilidade de despendar tempo à oração em casa antes de sair para trabalhar ou a caminho do trabalho, seja no carro ou nos transportes públicos. Aquilo que sobressai da generalidade das declarações é que todo o tempo pode ser aproveitado e não há um momento ideal para dedicar tempo à oração.

A frequência da missa diária é também uma realidade na vida dos membros desta instituição. A isso, junta-se a leitura regular de uma parte do Evangelho ou de um livro de natureza espiritual (católica). Por fim, os meios de formação, como já descrito, poderão tratar-se dos círculos semanais, do retiro mensal ou do retiro anual. Não obstante, o Opus Dei também fornece aos seus membros direção espiritual, ação que é explanada abaixo por um dos membros.

«A direção espiritual é uma conversa, digamos assim, entre irmãos, em que, isto não é específico do Opus Dei, mas no Opus Dei faz-se desta forma. Uma conversa entre irmãos confidencial, em que essa pessoa conta alguns dos aspetos da sua vida espiritual, como, por exemplo, como vive a sua fé, como está a viver a sua vocação, como está a santificar o seu trabalho, como está a rezar, se na sua oração está a ter dificuldades e recebe alguns conselhos [...] Os conselhos que vai receber são sempre e puramente conselhos para o melhor desempenho da sua vida espiritual» (E4).

Através deste testemunho, é viável enquadrar a direção espiritual dentro do quotidiano dos fiéis do Opus Dei. Esta não tem uma regularidade específica, acontece quando cada pessoa assim o entende. A direção espiritual é, por norma, dirigida por um numerário, sendo possível aqui ilustrar uma das suas funções, como atrás mencionado, da figura do numerário: alguém que dedica a sua vida à Prelatura, auxiliando nas demais tarefas e na formação dos restantes.

No ponto de partida para a realização do presente estudo, foi enunciada a intenção de conhecer a ética de trabalho destes católicos, tendo em conta que a santificação do trabalho é um valor central no Opus Dei. Ora, o que se viria a constatar é que a santificação não se objetiva apenas na atividade profissional, mas em todas as dimensões da vida dos indivíduos, tal como acontecia com os puritanos citados por Weber (1983a). Além dos objetivos delineados, outros aspetos foram igualmente abordados. Entre eles, encontra-se a mortificação corporal.

Absolutamente distinta do protestantismo, nas suas mais variadas vertentes, a mortificação não é uma prática exclusiva ao Opus Dei, sendo realizada no seio católico muito antes do próprio nascimento desta organização, fundada em 1928. Sabendo também que é um aspeto destacado nas referências mediáticas, literárias, cinematográficas e no discurso do senso comum sobre Prelatura Pessoal do Opus Dei, a abordagem desta questão pretende contribuir para uma análise mais objetiva desta prática, acentuando o sentido que os atores atribuem a este exercício e o modo como o situam na plenitude do espírito da Prelatura.

A citação abaixo o que significa a mortificação corporal no Opus Dei:

«A mortificação corporal tem imensas dimensões, os numerários fazem umas coisas, nós supranumerários também fazemos outras. O que interessa [é] aquela disposição de morrer todos os dias um bocadinho por amor a Deus. E isso vê-se, em vez de subires de elevador vais de escadas, bebes Coca-Cola às refeições, bebes água. Isso é a mortificação dos sentidos, tu abdicares de prazeres que tens direito, que são justos, por amor a Deus. Isso pode ver-se em pequenas coisas ou em grandes coisas. Grandes coisas é tu vais dar uma grande contribuição, mas o normal é que se faça nas pequenas coisas, a Obra fomenta muito isto, a nós mortificarmo-nos nas pequenas coisas, andar mais a pé e menos de metro, isso não custa assim tanto. No fundo, é isto, não custa assim tanto [...] Há outras dimensões e é bom que também te expliquem, a mortificação corporal, os numerários, por norma, e os agregados alguns quando têm essa possibilidade têm uma hora de cilício por dia, pronto, é bom saber explicar o que isso é, que não é como no Código Da Vinci e também fazem disciplinas, que não é como no Código da Vinci, que é sangue por todo o lado, não, é uma coisa simples, uma oração, é o próprio que se faz a si próprio e portanto, ele é que impõe a força com que faz, e isso é tudo visto na direção espiritual, com muita prudência, porque estas coisas o que é que acontece? São assim mais difíceis de viver, podem dar azo a que te cresça a soberba em ti e não é suposto. Portanto, se isso te alimenta a soberba, não fazes. É para fazer por amor a Deus, é por uma entrega diferente. Pronto, uns dormem no chão um dia por semana, se for chão de madeira, se for chão de pedra, dorme sem almofada [...] Porque é que eles separam os numerários dos supranumerários? Porque é muito estranho, se calhar tu teres um cilício em casa e teres filhos a andar de um lado para o outro. Se o miúdo encontra aquilo pode achar muito estranho, pode não perceber essa dimensão de sacrifício. Eu acho que as pessoas não falam se não for relevante, mas quando estamos a falar disto, eu lembrei-me que uma das coisas que tem haver com o plano de vida tem haver com isto. Mesmo a mortificação corporal, estas práticas [que] são frequentes na Igreja, a prática do cilício, a prática de disciplinas, [...] as que mais escandalizam, são muito frequentes na Igreja» (E7).

Outra das participantes (E15), referia a mortificação como algo natural e não exclusivo do Opus Dei. O interessante desta questão não é o escrutínio exaustivo da prática da mortificação, mas como esta é um de muitos outros aspetos a que os membros do Opus Dei recorrem tendo como alvo a sua idealização por um caminho santo no seu quotidiano.

5.3. Santificação do trabalho

Para o Opus Dei, a santificação não é um conceito ou uma ética exclusiva do trabalho. Quem o diz é o seu próprio fundador, S. Josemaria Escrivá, para quem a santificação do trabalho está interlaçada com a santificação na vida no mundo dos indivíduos (Rhonheimer, 2006: 69). O trabalho assume, portanto, uma “forma estável de vida, como fonte de sustento, como prolongamento da personalidade e concretização dos ideias e aptidões de cada qual” (Illanes, 1982: 29).

A santificação do trabalho ocorre tanto no plano individual como na percepção da santificação dos outros no trabalho (Vários, 2019). Começando pela santificação do trabalho, esta consiste em oferecê-lo a Deus, ação que decorre no início ou durante a realização da atividade. Este ato potencia uma conexão entre o indivíduo e uma dimensão sobrenatural que muda a sua forma de executar as suas tarefas. Esta conceção também apresenta elementos de identificação

com a ética puritana, mais propriamente, calvinista: o trabalho é realizado, acima de tudo para Deus, para a Sua honra e glória.

A santificação do próprio no trabalho é conseguida pondo em prática uma conduta profissional rigorosa e a execução do trabalho da melhor forma possível. Nos testemunhos recolhidos foi possível identificar esta dimensão numa metáfora utilizada por um dos participantes do estudo, onde referia que «conversar com Deus no trabalho são como WhatsApps lançados para o céu» (E4). Por fim, é imprescindível ter presente que se deve santificar os outros no trabalho. Uma ideia de idealizar a ação individual no trabalho como algo coletivo e de o realizar em concordância com os outros.

Considerações finais

A investigação aqui apresentada conduz a três conclusões. A primeira prende-se com o lugar inquestionável que a Prelatura Pessoal do Opus Dei detém dentro do catolicismo, tratando-se da primeira e única Prelatura Pessoal da Igreja Católica.

Outro aspeto a destacar diz respeito à diversidade de perfis profissionais que o estudo abarcou, permitindo conhecer sumariamente o quotidiano dos indivíduos e o modo como conciliam o seu estilo de vida com os valores da instituição. Esta dimensão contraria alguns dos estereótipos associados a esta organização, nomeadamente a exclusividade masculina e a associação de membros a indivíduos detentores de capital social e económico elevados.

O terceiro e último aspeto incide na análise comparativa entre a ética de trabalho do Opus Dei e a ética protestante de Max Weber, sendo que foi possível encontrar algumas similitudes, salvaguardando os princípios doutrinários subjacentes a de cada um dos universos religiosos. Com o protestantismo, o ascetismo medieval das ordens monásticas foi transformado numa “ascese puramente secular” (Weber 1983a: 101 e 120). Essa conceção do trabalho parece ter sido parcialmente apropriada pelo catolicismo do século XX, por via da Prelatura do Opus Dei.

Espera-se que, de algum modo, este artigo e o trabalho de campo que o sustenta, contribuam para a expansão do conhecimento na área da sociologia da religião, de modo particular, do campo da diversidade interna do catolicismo e na sua adaptação a uma sociedade moderna secularizada de instituições, inseridas na sua vertente mais conservadora (Woodhead, 2002: 182 e 186), como é o caso do Opus Dei.

Referências bibliográficas

- AZEVEDO, Hugo (2021), *O Fundador do Opus Dei em Portugal – Um testemunho pessoal*, Cascais, Lucerna.
- BARDIN, Laurence (2011), *Análise de conteúdo*, Lisboa, Edições 70, ISBN 978-972-44-1506-2.
- DOBBELAERE, Karel (2004), *Secularization: an analysis at three levels*, 2ª ed. Brussels, Peter Lang, ISBN 90-5201-985-1.
- ELIAS, Rúben (2020), *A religião e o trabalho: uma análise sociológica sobre o Opus Dei em Portugal*, Tese de Mestrado, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- FONTES, Paulo (2002), «O catolicismo português no século XX: da separação à democracia» in Carlos Moreira Azevedo, dir., *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (vol. 3), Rio de Mouro, Círculo de Leitores, pp. 129-351.
- GUERRA, Isabel Carvalho (2006), *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo – Sentidos e formas de uso*, 1ª Edição, Estoril: Príncípia.
- HARMAN, Paul (2016), *Perguntas & Respostas sobre o Opus Dei*, Lisboa, Gabinete de Comunicação do Opus Dei em Portugal.
- HUTCHISON, Robert (1997), *Opus Dei: Preparando o Confronto final entre o Mundo Cristão e o Radicalismo Islâmico*, Lisboa, Prefácio.
- ILLANES, José Luis (1982), *A santificação do trabalho*, São Paulo, Edições Quadrante.
- KVALE, Steinar (1996), *Interviews: An Introduction to Qualitative research interviewing*, Thousand Oaks, Sage Publications, ISBN 0-8039-5820-X.
- LEFEBVRE, Solange e Pérez-Agote, Alfonso (2018), “Introduction to *The Changing Faces of Catholicism*”, in Lefebvre, Solange e Pérez-Agote, Alfonso, eds., *The changing faces of Catholicism*, eds., *The Changing Faces of Catholicism: National Processes and Central, Local and Institutional Strategies*, Leiden/Boston, Brill, pp. 1-17.
- LUCKMANN, Thomas (1974), *The Invisible Religion: The Problem of Religion in Modern Society*, New York, Macmillan Publishing Co.
- PACE, Enzo (2011), *Religion as Communication, God’s Talk*, Farnham, Ashgate.
- RHONHEIMER, Martin (2006), *Transformación del mundo. La actualidad del Opus Dei*, Madrid, Ediciones Rialp.
- SILVA, Augusto Santos; PINTO, José Madureira (1990), *Metodologia das ciências sociais*, 4ª ed, Porto, Edições Afrontamento.
- SILVA, Sérgio Bacelar e (1999), “A abordagem quantitativa da amostragem”, in *Amostragem nas Ciências Sociais, Relatório de aula teórico-prática*, Porto, Faculdade de Economia do Porto, pp. 23-41.
- STOETZEL, Jean (1983), *Les Valeurs du temps présent : une enquête européenne*, Paris, Presses Universitaires de France.

HELENA Vilaça (2021) e ELIAS, Rúben (2021), “Opus Dei e a santificação do trabalho: uma versão católica da ética protestante?”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLII, pp. 24-42.

TEIXEIRA, Alfredo, coord., (2012), *Identidades religiosas em Portugal: representações, valores e práticas – Relatório*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa (CESOP e CERC) [policopiado].

TOMAZ, Eugénia (2021), *Opus Dei: o que falta dizer ainda?*, Observador (4 abr. 2021). Disponível em <<https://observador.pt/opiniao/opus-dei-o-que-falta-dizer-ainda/>> [Consult. 22 dez. 2021].

TROELTSCH, Ernst (1958), *Protestantism and Progress: A Historical Study of the Relation of Protestantism to the Modern World*, Boston, Beacon Press.

Vários (2019), *Entrevistas a S. Josemaria, fundador do Opus Dei*, Lisboa, Alêtheia Editores e Fundação Studium.

VILAÇA, Helena (2006), *Da Torre de Babel às terras prometidas: estratégias sociológicas para o estudo do pluralismo em Portugal*, Porto, Edições Afrontamento.

VILAÇA, Helena (2018), “Reforma protestante: relação com o Estado e a sociedade em contextos de secularização e pós-secularização”, in Vários, *A Reforma aos 500 anos (1517-2017)*, Porto, Fundação SPES, pp. 59-82.

VILAÇA, Helena e OLIVEIRA, Maria João (2019), *A religião no espaço público português*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

VOYÉ, Liliane; DOBBELAERE, Karel (1994), «Roman Catholicism: Universalism at stake», in Cipriani, Roberto, ed., *Religions sans frontières?*, *Present and Future trends of Migration, Culture, and Communication*, Rome, Presidenza del Consiglio Dei Ministri, Dipartimento per L’Informazione e L’Editoria, pp. 83-113.

VOYE, Liliane (1996), «Des transformations de la reliance associée au religieux», in BAL, M. Bolle de, ed., *Voyage au cœur des sciences humaines. De la Reliance*, Tome II: Reliance et pratiques, Paris, L’Harmattan.

WEBER, Max [1905] (1983a), *A Ética Protestante e o espírito do capitalismo*, Lisboa, Editorial Presença.

WEBER, Max [1921] (1983b), *Economía y sociedad*, México, Fondo de Cultura Económica.

WOODHEAD, Linda, ed. 2002, «Christianity», in Woodhead, Linda, ed., *Religions in the Modern World: Traditions and transformations*, London and New York, Routledge, pp. 177-209.

Helena Vilaça. Professora Associada com Agregação no Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Porto, Portugal) e investigadora integrada do Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Porto, Portugal). Endereço de correspondência: Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto Via Panorâmica, s/n. 4150-564 Porto. Portugal. Email: hvilaca19@gmail.com

HELENA Vilaça (2021) e ELIAS, Rúben (2021), “Opus Dei e a santificação do trabalho: uma versão católica da ética protestante?”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLII, pp. 24-42.

Rúben Elias (autor de correspondência). Doutorando em Sociologia na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Porto, Portugal) e bolseiro da FCT no Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Porto, Portugal). Endereço de correspondência: Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto Via Panorâmica, s/n. 4150-564 Porto. Portugal. Email: relias@letras.up.pt

Artigo recebido em 5 de junho de 2021. Aprovado para publicação em 3 de novembro de 2021

Contextos de democratização do acesso ao ensino superior: uma abordagem sociológica sobre o Instituto Politécnico de Viseu

Luís Nuno Sousa

Escola Superior de Educação de Viseu
Centro de estudos em Educação e Inovação – IPV

Resumo

A instituição do ensino politécnico em Portugal permitiu uma efetiva democratização do acesso ao ensino superior. Contudo, este processo foi de implementação morosa e não isenta de persistentes dicotomias com o seu congénere ensino universitário. É questionável que, a instituição do sistema de ensino superior binário, permitiu uma redistribuição da oferta regional e a possibilidade de sectores da sociedade, socioeconomicamente mais desfavorecidos, acederem ao ensino superior, contribuindo para o atenuar das dicotomias geográficas, sociais e económicas. Pretendemos, nesta reflexão, abordar o caso específico do Instituto Politécnico de Viseu, como a primeira instituição deste subsistema de ensino a ser implementada a nível nacional. Partimos de dados obtidos em investigações ocorridas entre 2006 e 2020, procurando, numa perspetiva longitudinal, verificar alterações nos perfis sociais dos seus alunos, nas suas motivações de acesso ao ensino e nas suas expetativas profissionais, após a obtenção do diploma de licenciado. Os resultados evidenciam um aumento da representatividade dos alunos finalistas das classes de baixos recursos económicos e qualificacionais e uma diminuição dos alunos das classes médias, a persistência de uma procura regional da educação superior e elevadas expetativas dos alunos face à importância da obtenção do diploma no seu futuro profissional.

Palavras-Chave: Ensino politécnico; Classes sociais; Motivações de acesso; Expetativas profissionais

Contexts of democratization of access to higher education: a sociological approach to the Polytechnic Institute of Viseu

Abstract

The institution of polytechnic education in Portugal allowed an effective democratization of access to higher education. However, this process took time to implement and was not free from persistent dichotomies with its similar university system. It is unquestionable that, the institution of the binary higher education system, allowed a redistribution of the regional offer and the possibility of socioeconomically disadvantaged sectors of society access to higher education, contributing to mitigate geographic, social and economic dichotomies. In this reflection, we intend to address the specific case of the Polytechnic Institute of Viseu, as the first institution of this teaching

subsystem to be implemented at national level. We start from data obtained in investigations that took place between 2006 and 2020, seeking, in a longitudinal perspective, verify changes in the social profiles of its students, their motivations in accessing education and professional's expectations after obtaining a graduate degree. The results show an increase in the representation of the finalists from classes with low economic and qualification resources and a decrease from the middle class, the persistence of a regional demand for higher education and the existence of high expectations about the importance of a diploma in their professional future.

Keywords: Polytechnic education; Social classes; Access motivations; Professional expectations.

Contextes de démocratisation de l'accès à l'enseignement supérieur : une approche sociologique à l'Institut polytechnique de Viseu

Resumé

L'institution de l'enseignement polytechnique au Portugal a permis une démocratisation effective de l'accès à l'enseignement supérieur. Cependant, ce processus a pris du temps à mettre en œuvre et n'a pas été libéré de dichotomies persistantes avec l'enseignement universitaire. Il n'est pas contestable que l'institution du système d'enseignement supérieur binaire ait permis une redistribution de l'offre régionale et la possibilité pour les secteurs socio-économiquement défavorisés de la société d'accéder à l'enseignement supérieur, contribuant à atténuer les dichotomies géographiques, sociales et économiques. Dans cette réflexion, nous entendons aborder le cas spécifique de l'Institut polytechnique de Viseu, première institution de ce sous-système d'enseignement à être mis en fonctionnement au niveau national. Nous partons des résultats obtenus lors d'enquêtes appliqués entre 2006 et 2020, cherchant, dans une perspective longitudinale, vérifier l'évolution des profils sociaux de ses étudiants, leurs motivations à accéder à l'éducation et leurs attentes professionnelles après l'obtention d'un diplôme d'études supérieures. Les résultats présents un accroissement de la représentation des finalistes des classes inférieures et une diminution des classes moyennes, la persistance d'une demande régionale d'enseignement supérieur et l'existence d'attentes élevées relativement à la l'importance de l'obtention d'un diplôme pour le futur professionnel.

Mots clés : Enseignement polytechnique; Classes sociales; Motivations d'accès; Attentes professionnelles

Contextos de democratización del acceso a la educación superior: un enfoque sociológico del Instituto Politécnico de Viseu

Resumen

La institución de educación politécnica en Portugal permitió una democratización efectiva del acceso a la educación superior. Sin embargo, este proceso tomó tiempo para implementarse y no estuvo exento de persistentes dicotomías con la educación universitaria. No es cuestionable que la institución del sistema binario de educación superior permitió una redistribución de la oferta regional y la posibilidad de que sectores de la sociedad, en desventaja socioeconómica, accedan a la educación superior, contribuyendo a reducir las dicotomías geográficas, sociales y económicas. En esta reflexión, pretendemos abordar el caso específico del Instituto Politécnico de Viseu, como la primera institución de este subsistema de enseñanza que se implementa a nivel nacional. Partimos de datos obtenidos en investigaciones que se desarrollaron entre 2006 y 2020, buscando, en una perspectiva longitudinal, verificar cambios en los perfiles sociales de sus estudiantes, en sus motivaciones para acceder a la educación y en sus expectativas profesionales después de la obtención del título de graduado. Los resultados muestran un aumento en la representación de finalistas de las clases con bajos recursos económicos y de calificación y una disminución de las clases medias, la persistencia de una demanda regional de educación superior y la existencia de altas expectativas ante la importancia de obtener un título en su futuro profesional.

Palabras clave: Educación politécnica; Clases sociales; motivaciones de acceso; Expectativas profesionales

Introdução

O contexto do ensino superior em Portugal sofreu grandes alterações com o surgimento do ensino politécnico, responsável pela sua efetiva democratização, contudo, o seu contexto social, geográfico e político, continua a evidenciar persistentes diferenciações a nível estatutário, de configuração formativa e de reconhecimento social. Com o crescimento exponencial do ensino superior em Portugal no início do século XX, aumentou a competitividade entre instituições de ensino superior universitário e politécnico. Este movimento aprofundou-se com a criação da agência de avaliação e creditação do ensino superior (A3ES), com a implementação do processo de Bolonha e consequente standardização da configuração dos cursos (1^{os}, 2^{os} e 3^{os} ciclos), num contexto de progressiva internacionalização de alunos e conhecimento.

Tendo presente os novos desafios demográficos e institucionais, têm-se intensificado, nas últimas duas décadas, vários fenómenos: o aumento do desemprego de diplomados e consequente preocupação das instituições com esta problemática; a avaliação do ensino superior e aumento de competitividade institucional, ao nível da produção científica e captação de financiamento; a queda abrupta da oferta educativa em determinadas áreas científicas (o exemplo mais evidente é a área de formação de professores); a progressiva necessidade de doutorados no corpo docente dos politécnicos/universidades a nível nacional e finalmente a entrada em vigor do processo de Bolonha e das formações do 2^{os} e 3^{os} ciclos, aspeto diferenciador entre Universidades e Politécnicos (sobretudo ao nível dos 3^{os} ciclos). É este o encadeamento que circunscreve esta abordagem, que pretende contribuir para a reflexão sobre o papel que o ensino politécnico tem desempenhado na efetiva democratização do acesso ao ensino superior, como forma de minimizar as dicotomias sociais, económicas e regionais que persistem em Portugal. Pretendemos apresentar contributos que permitam perceber, de uma forma mais aprofundada, o papel desempenhado pelo Instituto Politécnico de Viseu (IPV) neste processo, tendo presente a agenda 2030 (UN, 2015), nomeadamente no que respeita à promoção do trabalho digno e desenvolvimento económico e à redução das desigualdades.

Contornos do surgimento do sistema binário de ensino superior em Portugal

A atual estrutura do ensino superior em Portugal (universitário público, politécnico) é relativamente recente, porque, até 1960, a oferta deste tipo de ensino era exclusivamente pública e de carácter universitário, estando ao alcance de uma pequena parcela da população. Assim, até 1970, o ensino superior em Portugal é manifestamente um sistema de elites, caracterizado por baixos níveis de participação. Foi a implementação do Decreto-Lei nº 513-T/79, que permitiu o “nascimento do Ensino Superior Politécnico”, cujo objetivo era a formação de profissionais que permitissem promover o

desenvolvimento do país. Este subsistema de ensino possui, na sua génese, uma “tónica vincadamente profissionalizante”, contrastando com o ensino universitário, “de características mais conceptuais e teóricas”, procurando-se garantir uma “dignidade idêntica ao universitário”.

A expansão da rede do ensino superior politécnico, foi alicerçada, inicialmente, na instituição das escolas superiores de educação, processo particularmente moroso, comprovado pelo facto de no ano letivo 1984/85, somente se encontrar em atividade a Escola Superior de Educação de Viseu. Só em 1986, com a instituição da Lei de Bases do Sistema Educativo, este processo ganha vitalidade na sua implementação. Contudo, somente dez anos mais tarde, com a implementação da Lei nº 115/97, de 19 de setembro, existem alterações à LBSE de 1986, passando o ensino politécnico a conferir graus de bacharel e licenciado e a possibilidade de formação de professores ao nível do 3º ciclo. Até meados da década de 90 do século XX verifica-se que “(...) ao nível do ensino não universitário parece haver uma estratégia nítida de diversificação do campo de oferta de formação, cobrindo áreas em que o ensino não universitário não é agressivo.” (Cruz e Cruzeiro, 1995:20).

As bases da criação do ensino politécnico em Portugal, segundo Simão e Costa (2000), remontam ao relatório “Le Project Regional Mediterranéen”, elaborado nos inícios da década de 60 do século XX, em colaboração com a OCDE. O alargamento da escolaridade obrigatória e a sua democratização levou à criação dos sistemas binários¹, nesta mesma década, no Reino Unido e na Austrália; os “(...) governos destes países consideraram que os custos da expansão do ensino universitário tornar-se-iam proibitivos (...) as universidades não eram instituições apropriadas para educarem uma grande proporção da população (...)” (Clark; Neave, 1992: 1066-1067).

Esta situação, para Lapeyronnie e Marie (1992), origina o surgimento dos estudantes de massas, transformando-os nos novos protagonistas deste sistema de ensino em mutação profunda. A dinamização do binómio ensino universitário e ensino politécnico é uma das reformas mais importantes dos anos 70 do século XX em Portugal, exteriorizando uma premente necessidade de desenvolvimento regional e nacional.

O Decreto-Lei nº402/73 distingue as universidades e os politécnicos no seu artigo 3º; “As Universidades são instituições pluridisciplinares que procuram assegurar a convergência dos diversos ramos do saber e às quais compete especialmente ministrar o ensino superior de curta e longa duração e

¹ O sistema binário é constituído pelo ensino universitário e o ensino politécnico, cada um com finalidades distintas que se traduzem em conceções curriculares específicas. O ensino universitário, orientado por uma constante perspectiva de promoção de investigação e de criação do saber, visa assegurar uma sólida preparação científica e cultural e proporcionar uma formação técnica que habilite para o exercício de atividades profissionais e culturais e fomenta o desenvolvimento das capacidades de conceção, de inovação e de análise crítica. O ensino politécnico, orientado por uma constante perspectiva de investigação aplicada e de desenvolvimento, dirigido à compreensão e solução de problemas concretos, visa proporcionar uma sólida formação cultural e técnica de nível superior, desenvolver a capacidade de inovação e de análise crítica e ministrar conhecimentos científicos de índole teórica e prática e as suas aplicações com vista ao exercício de atividades profissionais.

de pós-graduação, promover a investigação fundamental e aplicada nas diferentes disciplinas científicas e em áreas interdisciplinares e no âmbito da sua missão de serviço à comunidade considerar o estudo da cultura portuguesa (...); no artigo 4º, afirma que “Os Institutos Politécnicos são centros de formação técnico-profissional, aos quais compete essencialmente ministrar o ensino superior de curta duração, orientado de forma a dar proeminência a problemas concretos e de aplicação prática, e prover a investigação aplicada e o desenvolvimento experimental, tendo em conta as necessidades no domínio tecnológico e no sector dos serviços, particularmente as de carácter regional”. A criação do sistema de ensino superior binário procura responder à crescente procura verificada no ensino secundário, consequência da obrigatoriedade e gratuidade do ensino básico. Este alargamento da oferta de ensino superior procurava promover a sua democratização, expansão, regionalização e diversificação.

Contudo, desde logo se verificou que o processo não seria linear sendo que as “(...) perspetivas oferecidas pelo politécnico estão por isso longe de corresponder quer às representações sociais que grande parte dos candidatos ao ensino superior e respetivas famílias têm deste nível de ensino, quer às aspirações produzidas e incorporadas por uma frequência prolongada da escola. Daí que não sejam de estranhar as reservas com que esta variante do ensino superior foi inicialmente acolhida por parte da maioria dos estudantes, que continuam a manifestar uma clara preferência pelos cursos universitários (...)” (Vieira, 1995: 336-337). Apesar disso, temos assistido nas últimas duas décadas a diversas alterações no ensino superior em Portugal: destaque-se o alargamento da escolaridade obrigatória (12 anos) e o aumento do número vagas e diplomados nos diversos níveis de ensino (1ºs, 2ºs, 3ºs ciclos). Apresentamos de seguida dados que permitem comprovar este movimento de expansão.

Os dados apresentados no Quadro 1 permitem-nos retirar as seguintes conclusões. Verifica-se um aumento progressivo do número de diplomados do ensino superior em Portugal (salientando-se dois movimentos, o das licenciaturas na 1ª década e mestrados na 2ª década do século XXI) e uma duplicação dos valores desde o início dos registos (ano letivo de 1996/97). Este aumento é suportado, fundamentalmente, pelo ensino superior público, sendo que existe uma estagnação ao nível do ensino privado. É evidente uma flutuação do número de diplomados do ensino politécnico até 2015/16, sendo que, a partir desse ano letivo, institui-se uma recuperação, que coincide com a criação dos cursos técnicos superiores profissionais² e consequente aumento progressivo do nº de vagas no ensino superior público.

² Este ciclo de estudos é ministrado no ensino politécnico, tem 120 créditos e a sua duração é de quatro semestres curriculares de trabalho dos estudantes, constituídos por um conjunto de unidades curriculares organizadas em componentes de formação geral e científica, formação técnica e formação em contexto de trabalho, que se concretiza através de um estágio. Cada instituição de ensino superior confere o diploma de técnico superior profissional nas áreas de formação por si definidas, tendo em consideração as necessidades de formação profissional, designadamente na região em que se encontre inserida. Os titulares de diploma de técnico superior

SOUSA, Luís Nuno (2021), “Contextos de democratização do acesso ao ensino superior: uma abordagem sociológica sobre o Instituto Politécnico de Viseu”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLII, pp. 43-60.

Quadro 1 – Evolução do número de diplomados no ensino superior público em Portugal segundo natureza e tipo de ensino por ano letivo

Diplomados	1996/97	2000/01	2005/06	2010/11	2015/16	2018/19
Ensino Superior Público	26 152	37 870	48 487	56 309	60 876	66 407
Universitário	16 572	18 719	25 618	37 013	42 082	43 023
Politécnico	9 580	19 151	22 869	19 296	18 794	23 384
Ensino Superior Privado	16 031	22 221	20 722	19 173	12 210	14 731
Universitário	10 219	11 927	10 697	12 156	8 986	10 001
Politécnico	5 812	10 294	10 025	7 017	3 224	4 730
Total	42 183	60 091	69 209	75 482	73 086	81 138
Vagas para cursos de formação inicial						
Ensino superior Público	36876	48042	47433	54284	51362	51796
Universitário	21945	26847	26129	28914	28529	28520
Politécnico	14928	21195	21304	25370	22833	23276
Ensino superior Privado	43561	36088	36498	35529	22085	22356
Universitário	29923	24114	23971	22553	14406	14952
Politécnico	12638	11974	12527	12976	7679	7404
Total	80434	84130	83931	89813	73447	74152

Fonte: <https://www.dgeec.mec.pt>

Assiste-se a uma diminuição global do número de vagas no ensino superior em Portugal, sendo que a mesma é, sobretudo, consequência da diminuição de 50% da oferta no ensino privado. Paralelamente, no ensino superior público assiste-se ao movimento contrário, o de um aumento significativo, com saliência do ensino politécnico, alicerçada, sobretudo, ao nível das licenciaturas na 1ª década e mestrados na 2ª década do século XXI. Saliente-se que, no ano letivo 2020/21, verificou-se um novo aumento de vagas disponibilizadas no sistema de ensino superior público³, sendo que a diferença entre ensino universitário e politécnico se tem mantido relativamente estável nos últimos anos (as universidades disponibilizam, em média, mais 5000 vagas). Confirma-se, assim, uma tendência de expansão do ensino público em detrimento do ensino privado, sendo que o papel da agência de avaliação e acreditação do ensino superior (A3ES) neste processo, não pode deixar de ser salientado.

profissional podem aceder e ingressar nos ciclos de estudos de licenciatura e integrados de mestrado através de um concurso especial próprio a si destinado, adquirindo o respetivo grau académico.

³ No ano letivo de 2020/21 foram disponibilizadas na 1ª fase 52129 vagas. o que representa um aumento de 1% face ao número de vagas disponibilizadas no ano anterior, crescendo 2% em regiões com menor pressão demográfica e 1,3% nos Politécnicos. Informação disponível em: <https://www.dges.gov.pt/pt/pagina/acesso-ao-ensino-superior-2020-vagas-e-abertura-do-concurso-nacional-de-acesso>.

Particularidades sociogeográficas no acesso ao ensino superior

Tendo presente Alves (2007), existem três tipos de dualidades verificáveis entre ensino superior em Portugal: entre universitário e ensino politécnico (maior reconhecimento social do ensino universitário, originado pela ancestralidade, prestígio acumulado e especificidade do tipo e objetivos de ensino), entre ensino público e ensino privado (com este último a ser alvo de um menor reconhecimento social e prestígio) e entre instituições geograficamente centrais (Lisboa, Porto e Coimbra) e periféricas (consequência de uma progressiva regionalização do ensino politécnico e a proliferação/dispersão territorial da oferta privada).

Atualmente, continuam a verificar-se persistentes desequilíbrios de oferta a nível geográfico, apesar de, em termos de oferta formativa e com a implantação do processo de Bolonha, o tipo de oferta formativa no ensino superior se tenha aproximado progressivamente entre os dois subsistemas na última década. Segundo Amaral e Teixeira (2000), a oferta privada e pública, sobretudo de índole universitária, persiste em concentrar-se, preferencialmente, no Norte Litoral e na zona de Lisboa e Vale do Tejo. A quantidade e a natureza dos cursos oferecidos no litoral do país são, na sua globalidade, distintas das restantes ofertas, não só o número de cursos, que continua, ainda hoje, a ser incomparavelmente superior ao existente nas outras universidades e politécnicos do resto do país, como também ao nível da diversidade de níveis de ensino e áreas do saber.

Cabrito (1997), de uma forma mais evidente, e Balsa *et al.* (2001) e Machado *et al.* (2003) de uma forma mais moderada, evidenciam desigualdades sociais no acesso ao ensino superior, materializando uma diferenciação social de origem e confirmando uma lógica reprodutora e de seleção social. Os contextos económicos e socioeducativos familiares persistem em influenciar escolhas e possibilidades de aceder a determinadas instituições/cursos e espaços geográficos. Assim, vários estudos, nas últimas décadas, comprovam que o contexto social de origem possui papel central nas trajetórias académicas dos mais jovens, sendo que, o ensino superior politécnico é frequentado, tendencialmente, por jovens originários de famílias com menores recursos económicos e socioeducativos, comparativamente ao ensino universitário.

Contudo, esta questão não é uma característica exclusiva do nosso país, Ellersgaard (2015) e Savage (2015), demonstram que, a nível internacional, o capital social económico e cultural dos progenitores continua, também, a exercer uma influência significativa nas opções académicas e profissionais dos seus filhos. Este contexto permite-nos continuar a estabelecer uma relação direta entre trajetórias sociais, académicas e profissionais e reprodução social e profissional⁴. Esta situação foi

⁴ Desde a teoria da reprodução da escola sociológica francesa, que se verificou que o espaço escolar não é um espaço igualitário, onde as pessoas não chegam nem saem em igualdade de circunstâncias. Persistem, ainda hoje,

corroborada, no caso específico do Instituto Politécnico de Viseu (IPV), em diversas análises sobre o processo de transição para o trabalho dos seus diplomados (Sousa, 2004; 2010; 2014; 2021), verificando-se que, maioritariamente, o acesso a um diploma de ensino superior não tinha permitido movimentos evidentes de mobilidade social ascendente.

Não podemos esquecer que, segundo Mauritti (2002), os recursos educacionais e mais especificamente, a forma como são mobilizados na construção de aspirações e expectativas profissionais são, assim, elementos centrais para a compreensão dos mecanismos que, do ponto de vista da procura de trabalho, pautam os processos de transição para a vida profissional ativa dos jovens mais escolarizados. Mas a educação pode não constituir um investimento dirigido, exclusivamente, pelo menos de forma prioritária, para o alargamento de oportunidades profissionais.

Para Resende e Vieira (1992), a população estudantil do politécnico apresenta um perfil sociológico tendencialmente distinto dos seus congéneres das universidades, enquanto os primeiros são oriundos das classes médias regionais (urbanas e não urbanas) e de outros grupos sociais tradicionalmente afastados da cultura escolar, no segundo caso a origem é igualmente diversificada, mas com forte expressão nos círculos sociais das grandes cidades e das regiões detentoras de maiores recursos económicos e culturais. Estamos, assim, perante duas vias que acolhem alunos de meios sociais distintos, consolidando o valor simbólico atribuído às universidades, comparativamente ao menor crédito reconhecido ao politécnico.

A questão do contexto socioeconómico familiar possui particular pertinência neste processo, influencia as aspirações escolares dos jovens, como assinala Boudon (1977), e reflete simultaneamente a imagem social que a família possui de si própria⁵. Bourdieu (1980b) avança, neste contexto, com o conceito de capital social, conceptualizando a teoria da dominação, que surge como um mecanismo social alicerçado nos recursos sociais do ator, nas relações de conhecimento e reconhecimento. Werfhorst e Andersen (2005) comprovam a influência do *background* social na trajetória escolar, principalmente o nível económico e educacional familiar, “(...) parents’ education and social status and the gender of the graduates, is generally seen as being influential (...) To have parents with higher education seems to be a clear advantage for one’s own success.” (Schomburg, 2007: 47-48).

Atualmente, novos desafios são colocados ao ensino politécnico, Haug (2001) defende que, urge a este sector melhorar a sua visibilidade como um todo, efetivar o seu direito de competir na arena internacional, aumentar a mobilidade de alunos entre politécnicos e universidades e desenvolver mecanismos que permitam o reconhecimento destas qualificações à escala europeia.

a pertinência e a aplicabilidade de muitos dos pressupostos avançados pelos pioneiros desta escola: Boudon (1977), Bourdieu (1979), Touraine (1973) e Crozier (1963).

⁵ Saliente-se o conceito de *Habitus* de classe, originário de Bourdieu (1979; 1980), que refere a pertinência do capital social de origem no processo de ensino.

Questões metodológicas

Face às dicotomias nacionais, sobretudo as de carácter sociogeográficas (litoral/interior) e institucionais (universidades/politécnicos), a nossa análise possui características com particular pertinência sociológica. Consequentemente, de uma forma ampla, procuramos evidenciar o papel detido pelo IPV no desenvolvimento local, sobretudo através da atração e fixação de estudantes/diplomados na região, tendo presente a pertinência deste movimento a nível demográfico (concentração urbana), cultural (elevação dos níveis culturais médios da população a nível distrital) e económico (oferta de mão de obra qualificada a nível local). Pretende-se, especificamente, caracterizar perfis socioeconómicos, motivações de acesso e expectativas profissionais dos alunos do IPV, assumindo, indiretamente, a pertinência da transição para o trabalho como uma condição de integração, seleção ou exclusão dos jovens na sociedade⁶.

Utilizaremos os dados recolhidos em momentos temporais diferenciados, originários dos inquéritos por questionário aos finalistas do IPV dos anos letivos 2005/2006⁷ (244 inquéritos), 2018/2019 (152 inquéritos) e 2019/2020⁸ (161 inquéritos), de forma a permitir uma análise longitudinal. Esclareça-se que em 2005/2006 a análise incidiu somente sobre o IPV, sendo a aplicação do inquérito realizada de forma presencial. Nos anos letivos 2018/2019 e 2019/2020, a aplicação do inquérito decorreu simultaneamente em três Politécnicos (Guarda, Leiria e Viseu), tendo sido a sua aplicação e preenchimento efetuado on-line. Assim, apresentamos somente os dados relativos ao IPV, sendo que, a maior dimensão do objeto de estudo e o tipo de aplicação utilizada (on-line), explicam a diferença entre o número de inquéritos preenchidos nos três períodos temporais.

Face à dimensão do objeto de estudo, que abrangia a totalidade dos finalistas das respetivas licenciaturas do IPV⁹, a amostra recolhida é aleatória e não probabilística. Na análise estatística foi utilizado o programa SPSS, versão 27.

⁶ Para Méda (1999), o trabalho é um elemento essencial na integração social e realização pessoal, bem como na construção identitária dos indivíduos, possuindo assim uma importância efetiva ao nível da estruturação das relações sociais.

⁷ Dados retirados de Sousa L. (2010).

⁸ Dados retirados do Projeto “Percursos formativos, empreendedorismo e transição para o trabalho: perspetivas sobre o ensino superior em Portugal”, financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto Ref^a UIDB/05507/2020. Este projeto abarcou a análise dos Instituto Politécnicos da Guarda, Leiria e Viseu.

⁹ No ano letivo 2005/6 obtivemos respostas dos finalistas das seguintes licenciaturas: Comunicação social; Gestão de empresas; Gestão comercial e da produção; Turismo; Eng. do ambiente; Eng. informática; Eng. civil; Eng. eletrotécnica; Eng. de madeiras; Eng. mecânica e gestão industrial; Contabilidade e administração.

No ano letivo 2018/19 e 2019/20 foram obtidas respostas dos finalistas das licenciaturas de: Comunicação social; Publicidade e relações públicas; Educação básica; Eng. informática; Enfermagem; Animação cultural; Tecnologia e design multimédia; Artes plásticas e multimédia; Educação social; Eng. eletrotécnica; Comunicação multimédia;

Estudantes e origens sociais: o caso do IPV

Iniciamos a presente reflexão pela caracterização sociogeográfica dos finalistas, de forma a percebermos que tipo de população acede ao IPV e que particularidades encerram, tendo presente o seu enquadramento institucional.

Quadro 2 - Caracterização sociogeográfica dos finalistas por ano letivo (%)

		2005/06	2018/19	2019/20
Sexo	Feminino	38,5	70,4	77,0
	Masculino	61,5	29,6	23,0
	Total	100	100	100
Idade	20-23 anos	62,7	78,3	83,2
	24-30 anos	26,2	12,5	11,2
	31-40 anos	6,9	5,3	3,1
	+ de 40 anos	3,2	3,9	2,5
	Total	100	100	100
Residência/Distrito	Viseu	66,0	61,8	60,9
	Aveiro	12,3	13,2	16,8
	Porto	3,7	5,9	6,8
	Guarda	4,9	3,3	4,3
	Braga	2,0	2,0	1,2
	Vila Real	1,6	2,6	0,6
	Outros	9,5	13,2	9,4
	Total	100	100	100

Nota (N= 557 - Fonte própria)

Como podemos constatar no Quadro 2 assiste-se a uma alteração, no que respeita ao sexo, do perfil dos alunos. Salientamos que, no respeito a esta amostra, verifica-se uma progressiva feminização dos estudantes, movimento que se enquadra nas tendências globais verificadas no ensino superior em Portugal nas últimas décadas. Já relativamente à idade, constata-se que a maioria dos finalistas encontra-se na faixa etária dos 21 aos 23 anos, sendo que esta representatividade tem-se intensificado, paralelamente a uma diminuição do número de alunos de faixas etárias mais elevadas.

Esta situação comprova uma linearidade progressiva das trajetórias escolares dos mais jovens, a que não é alheio o aumento do nível da escolaridade obrigatória, mas também o fim de um ciclo, onde se assistiu a um regresso à formação superior por parte de uma geração que tinha abandonado, precocemente, o sistema de ensino (salientamos o movimento de formação superior dos quadros intermédios do Estado na 1ª década do século XX, como podemos comprovar, no caso do IPV em Sousa, 2010). São, na maioria, solteiros e originários da região centro do país, destacando-se a proeminência

Solicitadoria; Contabilidade e finanças; Turismo; Desporto e atividade física; Gestão e informática; Serviço social e Design industrial.

evidente do distrito de Viseu (acima de 60%), corroborando tendências de procura regional da educação superior, verificadas desde a década de 90 do século XX em Portugal (Cruz e Cruzeiro, 1995; Vieira, 1995). Contudo, verifica-se, paralelamente, um aumento da atratividade do IPV para os jovens oriundos de outros distritos, tendencialmente limítrofes ao distrito de Viseu. Saliente-se o distrito de Aveiro e do Porto, sendo que, a progressiva melhoria das vias de comunicação terrestres, não podem deixar de ser tidas em consideração no processo de promoção de mobilidade geográfica e progressiva proximidade entre distritos. A influência direta do contexto familiar (recursos económicos, qualificacionais e organizacionais) na trajetória escolar dos seus filhos e no nível de ensino frequentado, abrange, para Resende e Vieira (1992), o nível da instituição e área científica escolhida, “(...) the analysis of the socio-educational indicators revealed that the student’s household of origin had a marked effect on access to higher education and that Portugal was still far from offering equitable access to higher education. The influence of family background was also observable in the choice of students between university and polytechnic degrees.” (Tavares *et al.* 2008: 112).

Consequentemente, revela-se relevante analisar o contexto socioeconómico dos finalistas. De forma a determinar os seus lugares de classe, utilizamos a tipologia apresentada por Costa *et al.* (2007), que defende que a maioria das propostas teóricas e de investigações empíricas vinculadas na atual sociologia das classes sociais convergem para a atribuição de uma importância central aos indicadores socioeducacionais e socioprofissionais. Estes autores falam em estrutura de classes, definindo as respetivas categorias ou lugares de classe.

Quadro 3 – Lugares de classe dos finalistas por ano letivo (%)

Lugares de classe de origem	2005/06	2018/19	2019/20
EDL - Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais	10,3	19,7	12,3
PTE - Profissionais Técnicos e de Enquadramento	12,9	15,5	12,9
TI - Trabalhadores Independentes	12,5	4,9	3,2
TIPL - Trabalhadores independentes Pluriativos	35,8	2,8	1,9
AI - Agricultores Independentes	0,4	1,4	0,6
AIPL - Agricultores Independentes Pluriativos	0,9	1,4	0,6
EE - Empregados Executantes	11,2	15,5	21,3
O – Operários	4,7	22,5	17,1
AA – Assalariados agrícolas	0,4	0,0	1,3
AEPL - Assalariados Executantes Pluriactivos	10,8	15,5	28,4
Total	100	100	100

Nota (N: 557 - Fonte própria).

Tendo presente o quadro anterior, poderemos evidenciar três tendências evidentes: verifica-se uma proeminência das categorias com baixos recursos económicos e qualificacionais, nomeadamente

AEPL, O e EE, cuja representatividade tem aumentado ao longo deste período; nas categorias mais elevadas (EDL e PTE) assiste-se a um movimento de estabilização, sendo que o aumento registado na categoria mais elevada EDL (saliente-se 19,5% em 2019) suporta-se, maioritariamente, em circunstâncias nas quais os progenitores detêm negócios próprios com uma dimensão reduzida, sobretudo na área comercial e restauração; por último, constata-se uma diminuição da representatividade das categorias intermédias (saliente-se TIPL e TI). Estes resultados poderão ser enquadrados em movimentos comprovados nos últimos anos, que suportam o equacionar de uma crise da classe média em Portugal (Louça, Lopes e Ferro, 2019). O facto é que estes resultados permitem-nos equacionar a pertinência do contexto socioeconómico familiar nas trajetórias académicas, nomeadamente a persistência de um movimento de desigualdade social no acesso ao ensino superior e uma diferenciação social que confirma uma lógica reprodutora e de seleção social do sistema binário nacional, conforme se pode constatar anteriormente em Cabrito (1997), Balsa *et al.* (2001) e Machado *et al.* (2003). Podemos concluir que nos encontrarmos face a uma população predominantemente feminina, originária de classes sociais, tendencialmente, de baixos recursos económicos, qualificacionais e organizacionais, que poderão enquadrar a procura regional de educação de índole superior.

Motivações e expetativas dos finalistas do IPV

O desemprego persiste como uma preocupação central de responsáveis políticos, económicos e das famílias, tendo presente a progressiva desvalorização dos diplomas e a constituição de novos parâmetros, exigências e competitividade do mercado de trabalho. Esta questão afeta, particularmente, os que, progressivamente, veem um dos únicos veículos de ascensão social ser inflacionado. Esta desvalorização dos diplomas pode ter várias explicações, a título de exemplo refira-se a perspetiva de Amaral e Teixeira (2000), que defendem que este movimento é originado pela melhoria dos recursos financeiros da população portuguesa, um maior investimento na educação e também pela implantação de novas políticas educativa, nomeadamente o alargamento progressivo da oferta de ensino superior. Assim, são instituídos novos desafios ao tradicional papel do Estado na regulamentação do sistema de ensino superior, mas também ao nível das expetativas dos jovens e respetivas famílias. De forma a tentar aprofundar estas questões, apresentamos de seguida, dados sobre as motivações de acesso e representações e expetativas simbólicas dos finalistas face ao diploma e ao emprego.

Analisando os resultados apresentados no Quadro 4, os finalistas declaram que acederam ao ensino superior, sobretudo, na sua primeira opção, corroborando o já avançado anteriormente no que respeita à procura regional de educação. Face a este elevado nível de correspondência, importa analisar as motivações de acesso dos finalistas. Assim, são questões relacionadas com a “*possibilidade de acesso a um emprego bem remunerado*” e a “*forma mais segura de acesso a um emprego*” as motivações mais

referidas pelos finalistas. Contudo, refira-se que estes dois indicadores e ainda o “*prestígio social associado à posse de um diploma*”, evidenciam uma diminuição significativa da sua representatividade para os finalistas de 2018/19 e 2019/20. Somente no indicador “*oportunidades de emprego nesta área de formação*” se verifica um aumento de referência nos três momentos temporais analisados.

Quadro 4 - Motivações de acesso ao ensino superior dos finalistas por ano letivo (%)

	2005/06	2018/19	2019/20
Entrada na 1ª opção de candidatura ao ensino superior	67,6	68,1	74,0
Motivações de acesso ao ensino superior (indique até 3 opções)			
Procurei, mas não encontrei emprego após a conclusão do 12º ano	3,2	0,7	1,2
Pressão familiar	12,7	9,9	7,5
O prestígio social associado à posse de um diploma	39,7	17,8	20,5
Era a forma mais certa de vir a ter um emprego bem remunerado	84,4	55,9	59,0
Oportunidades de emprego nesta área de formação	42,2	56,6	60,2
Era a forma mais segura de obter um emprego	72,6	42,1	44,7
Subir hierarquicamente no emprego já estabelecido	11,5	6,6	6,8

Nota (N= 557)

Fonte própria.

Se considerarmos as variáveis sexo, idade e classe social, verifica-se a particular representatividade dos finalistas maiores de 30 anos na 1ª opção de entrada no ensino superior, evidenciando, também, a importância deste acesso, na possibilidade de permitir mais oportunidades de emprego, de constituir uma forma mais segura de obter um emprego ou mesmo de subir hierarquicamente no emprego detido. Saliente-se que são, tendencialmente, os pertencentes a classes com baixos recursos económicos e qualificacionais que exteriorizam estas posturas.

Importa aprofundar esta análise, de forma a verificar se, no último ano da sua formação académica estas perspetivas foram alteradas.

O quadro 5 permite aprofundar a reflexão anterior, assim, verificamos que os finalistas continuam a reconhecer a importância da obtenção de um diploma, assumindo que interfere, diretamente, nas possibilidades de encontrar emprego, que influencia as condições salariais e que poderá permitir um aumento do seu estatuto social. Assim, as representações dos alunos sobre o diploma e emprego, no último ano da formação académica, apresentam-se mais elevadas do que as referidas aquando do seu acesso ao ensino superior, sendo que as variáveis sexo, idade e classe social não possuem aqui relevância analítica.

Quadro 5 - Representações e expetativas sobre diploma/emprego segundo ano letivo (%)

A obtenção do diploma de licenciado interfere:	2005/06	2019/20	2020/21
Possibilidade de encontrar emprego	87,1	87,1	95,5
No salário e proveitos materiais	83,9	82,4	86,9
Aumento do estatuto social	66,3	73,6	67,2

Nota: N = 557
Fonte própria

Apesar do movimento de inflação escolar (Hartog *et al.* 2001), os alunos do IPV continuam a revelar elevadas expetativas profissionais e uma representatividade simbólica significativa, no que respeita ao estatuto de licenciado, sendo que, face aos dados apresentados, as mesmas aumentam durante o decurso da sua formação académica. Esta situação permite-nos equacionar se não os podemos considerar, na esteira de Marques (2006), alunos de diploma.

Conclusão

Tendo presente a análise anterior, podemos afirmar, neste caso específico, que o IPV continua a apresentar uma população maioritariamente feminina (movimento que se tem intensificado na última década) e progressivamente mais jovem (consequência direta do aumento da escolaridade obrigatória para 12 anos e da redução dos alunos de faixas etárias superiores que, pertencendo às gerações anteriores, tinham abandonado precocemente o sistema de ensino).

Verificamos, paralelamente, tendo presente os lugares de classe dos finalistas, uma bipolarização: um aumento da representatividade das classes de baixos recursos económicos e qualificacionais (AELP; O; EE) e uma diminuição efetiva das classes médias (sobretudo dos TILP, TI), sendo que, genericamente, os dados das classes com elevados recursos económicos e qualificacionais (EDL; PTE) se mantiveram estáveis. Podemos afirmar que são, tendencialmente, jovens oriundos de famílias com baixos recursos económicos e qualificacionais, o que torna ainda mais evidente, neste caso, a importância do papel do ensino superior politécnico, na possibilidade, dos mesmos, melhorarem o seu contexto socioeconómico de origem.

Consequentemente, é compreensível que persista uma procura regional de educação, apesar de este movimento caracterizar o ensino superior em Portugal, como podemos comprovar nas análises de Cruz *et al.* (1992), Resende e Vieira (1992), Cabrito (1997), Balsa *et al.* (2001) e Machado *et al.* (2003) a nível nacional, ou em Sousa (2004; 2012; 2017; 2021) no que respeita ao IPV.

Apesar de tudo, é ao nível do ensino politécnico, do interior do país, que se intensificam as lógicas reprodutoras e de seleção social, movimento que se enquadra na constatação no fenómeno de desigualdade social no acesso e na afirmação de uma diferenciação social, suportada numa lógica

reprodutora e de seleção social do próprio sistema de ensino superior binário. A maioria dos finalistas procuram a instituição de ensino superior mais próxima do seu distrito de residência, sendo que a ligação desta opção com o contexto socioeconómico familiar, não pode deixar de ser estabelecida.

Esta situação é comprovada pelos vários indicadores nos diversos momentos temporais abordados, evidenciando uma realidade social dicotómica e uma elevada correspondência entre origens socioeconómicas, motivações de acesso ao ensino superior e expectativas profissionais. Este contexto reflete também que, com trajetórias académicas cada vez mais longas, aumenta a idade média de acesso ao emprego estável e a entrada na vida adulta, o que prolonga temporalmente a dependência residencial e económica face à família (Sousa, 2012).

Quanto à representatividade simbólica do diploma, para muitos finalistas, a obtenção do grau de licenciado assume uma importância central no acesso a um emprego bem remunerado e estatuto social. Os alunos revelam elevadas expectativas face à importância que obtenção de um diploma representará no seu futuro profissional. Esta situação é particularmente evidente no último ano da sua formação académica, comparativamente às motivações que evidenciaram aquando do acesso ao ensino superior.

Podemos afirmar que o ensino politécnico em Portugal, sobretudo em regiões do interior do país, continua a representar um papel central no esbater das dicotomias sociais e económicas do país. Para muitos, ainda representa a única possibilidade de prolongar as suas trajetórias escolares no período pós-secundário ou mesmo de regressar ao sistema de ensino.

Assim, o processo de afirmação do ensino politécnico, num contexto da democratização do ensino superior, não se encontra concluído, continua a representar, para muitos, uma possibilidade de frequentar o ensino superior, possibilitando criar expectativas legítimas, de melhoria da sua condição socioeconómica de origem ou mesmo da situação profissional detida.

Bibliografia

- ALVES, Mariana Gaio (2007), *A Inserção profissional de diplomados do Ensino Superior*, Lisboa, FCT.
- ALVES, Natália (2005), *Trajectórias Académicas e de Inserção Profissional dos Licenciados da U.L. - 1993-2003*, Lisboa, UL.
- AMARAL, Alberto; TEIXEIRA, Pedro (2000), “The rise and fall of the private sector in Portuguese higher education”, *Higher Education Policy*, 13, pp. 245-266.
- BALSA, Casimiro et al (2001), *Perfil dos estudantes do ensino superior. Desigualdades e diferenciação*, Lisboa, Colibri.

SOUSA, Luís Nuno (2021), “Contextos de democratização do acesso ao ensino superior: uma abordagem sociológica sobre o Instituto Politécnico de Viseu”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLII, pp. 43-60.

BALSA, Casimiro (2007), “Processo de democratização e acesso ao Ensino Superior em Portugal”, in Alberto, Amaral (Coord.), *Políticas de Ensino Superior: Quatro temas em debate*, pp. 249-289, Lisboa, CNE.

BOUDON, Raymond (1977), *L'inégalité des chances. La mobilité dans les sociétés industrielles*, Paris, Armand Colin.

BOURDIEU, Pierre (1979), *La Distinction*, Paris, Les Editions de Minuit.

BOURDIEU, Pierre (1980), *Le jeunesse n'est q'un mot*, Paris, Editions Minuit.

BOURDIEU, Pierre (1980b), “Le Capital Social: Notes provisoires”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 31, pp. 2-3.

CABRITO, Belmiro (1997), “A equidade no sistema universitário português: da universalidade do discurso à contradição das práticas”, *Análise Psicológica*, XV (1), pp. 33-45.

COSTA, António Firmino da; MACHADO, Fernando Luís; ALMEIDA, João Ferreira de (2007), “Classes sociais e recursos educativos: uma análise transnacional”, in António Firmino da Costa; Fernando Luís Machado; Patrícia Ávila, *Portugal no Contexto Europeu. Sociedade e Conhecimento*, pp. 5-20, Lisboa, Celta.

CLARK, Burton; NEAVE, Guy (Eds.), (1992), *The encyclopedia of higher education*, Oxford, Pergamon Press.

CROZIER, Michel (1963), *Le Phénomène bureaucratique*, Paris, Le Seuil

CRUZ, Manuel Braga da; CRUZEIRO, Maria Eduarda (1995), *O Desenvolvimento do Ensino Superior em Portugal – Situação e problemas de acesso*, Lisboa, ME.

ELLERSGAARD, Christoph (2015), *Elites in Denmark: Power Elites and Ruling Classes in a Welfare State*, Copenhagen, University of Copenhagen.

GALLAND, Olivier (1991), *Sociologie de la Jeunesse. L'entrée dans la vie*, Paris, Armand Collin.

HARTOG, Joop; PEREIRA, Pedro; VIEIRA, José (2001), “Changing returns to education in Portugal during the 1980s and early 1990s: OLS and quantile regression estimators”, *Applied Economics*, 33(8), pp. 1021-1037.

HAUG, Guy (2001), “O significado da Declaração de Bolonha de junho de 1999”, *Revista Millenium*, 21, pp. 91-98.

LAHIRE, Bernard (2005), “Patrimónios individuais de disposições: Para uma Sociologia a escala individual”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 49, 11-42.

LAPEYRONNIE, Didier; MARIE, Jean-Louis (1992), *Campus blues. Les étudiants face à leurs études*, Paris, La Seuil.

LEFRESNE, Florence (2003), *Les jeunes et l'emploi*, Paris, La Découverte.

LOUÇA, Francisco; LOPES, João Teixeira; FERRO, Lúcia (2019), *As classes médias em Portugal*, Lisboa, Bertrand.

MACHADO, Fernando Luís *et al.* (2003), “Classes sociais e estudantes universitários: Origens, oportunidades e orientações”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66, pp. 45-80.

MARQUES, Ana Paula (2006), *Entre o diploma e o emprego: A Inserção profissional dos jovens engenheiros*, Porto, Afrontamento.

MARTINS, Susana; MAURITTI, Rosário; COSTA, António Firmino da (2005), *Condições socioeconómicas dos estudantes do ensino superior em Portugal*, Lisboa, DGES/MCTES.

- SOUSA, Luís Nuno (2021), “Contextos de democratização do acesso ao ensino superior: uma abordagem sociológica sobre o Instituto Politécnico de Viseu”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLII, pp. 43-60.
- MAURITTI, Rosário (2002), “Padrões de vida dos estudantes universitários nos processos de transição para a vida adulta”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 39, pp. 85-116.
- MÉDA, Dominique (1999), *O Trabalho - Um valor em vias de extinção*, Lisboa, Fim de século.
- RESENDE, José Manuel; VIEIRA, Maria Manuel (1992), “Entre a autonomia e a dependência: a realidade do sistema de ensino superior politécnico em Portugal”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 11, pp.89-110.
- SAVAGE, Mike (2015), *Social class in the 21st century*, London, Penguin Books.
- SCHOMBURG, Harald (2007), “The Professional Success of Higher Education Graduates”, *European Journal of Education*, 42 (1), pp. 35-57.
- SIMÃO, José Veiga; COSTA, António de Almeida (2000), *O Ensino Politécnico em Portugal*, Braga, Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos.
- SOUSA, Luís Nuno (2004), “Processo(s) de Transição ao Trabalho: o caso dos diplomados em Comunicação Social”, *Sociologia*, 14, pp. 195-225.
- SOUSA, Luís Nuno (2010), “Ensino Superior e diplomas: Contornos regionais de acesso e preparação para o trabalho”, in Mariana Gaio Alves; Ana Paula Marques (org.), *Inserção Profissional de Graduados em Portugal: (Re)configurações Teóricas e Empíricas*, pp. 234-254, V.N. Famalicão, Húmus.
- SOUSA, Luís Nuno (2014), Empreendedorismo e Ensino Superior: Contornos de implementação do programa Poliemprende, *Egitania Scientia*, 14, pp. 102-127.
- SOUSA, Luís Nuno (2017), “Ensino politécnico, empreendedorismo e transição para o trabalho”, *Sociologia, Temático* 7, pp. 75-98.
- SOUSA, Luís Nuno et al, (2021), “Ensino politécnico: Contextos sociais, motivações de acesso e competências emocionais”, in Manuela Ferreira; Sofia Campos; Ana Paula Cardoso; Cláudia Chaves (eds.), *Competências emocionais e prevenção do abandono no ensino superior*, pp. 20-35, Edições Esgotadas.
- TAVARES, David et al (2008), “Student’s Preferences and needs in Portuguese Higher Education”, *European Journal of Education*, 43 (1), pp. 107-122.
- TOURAINE, Alain (1973), *Production de la société*, Paris, Le Seuil.
- WERFHORST, Herman; ANDERSEN, Robert (2005), “Social background, credential and educational strategies”, *Acta Sociológica*, 48 (4), pp. 321-340.
- UNITED NATIONS (2015), “Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development”, General Assembly, A/RES/70/1, pp 1-35. Disponível em: https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_RES_70_1_E.pdf
- VERHAEST, Dieter; OMEY, Eddy (2006), The impact of overeducation and its measurement. *Social Indicators Research*, 77, pp. 419-448.
- VIEIRA, Maria Manuel (1995), “Transformação recente no campo do ensino superior”, *Análise Social*, Vol. XXX (131-132), pp. 315-373.

SOUSA, Luís Nuno (2021), “Contextos de democratização do acesso ao ensino superior: uma abordagem sociológica sobre o Instituto Politécnico de Viseu”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLII, pp. 43-60.

Luís Nuno Sousa. Professor-adjunto da Escola Superior de Educação de Viseu – Instituto Politécnico de Viseu (Viseu, Portugal). Investigador integrado do Centro de Estudos em Educação e Inovação/IPV e colaborador do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. Endereço de correspondência: Escola Superior de Educação de Viseu, Rua Maximiano Aragão, 3504 - 501 Viseu. Portugal. Email: luissousa@esev.ipv.pt

Artigo recebido em 21 maio de 2021. Aprovado para publicação em 15 de outubro de 2021.

Cooperação intermunicipal e capacidade de governança: uma revisão conceptual

Ricardo Cunha Dias

Centro de Administração e Políticas Públicas
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa

Paulo Castro Seixas

Centro de Administração e Políticas Públicas
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa

Resumo

Cooperação intermunicipal e governança multinível são conceitos indissociáveis na atual política da União Europeia (UE). No entanto, estes conceitos têm-se mantido em corpos teóricos distintos. Neste quadro, este artigo faz uma revisão sobre estes conceitos, procurando identificar os fatores que explicam os instrumentos de cooperação intermunicipal na UE, e como a sua capacidade de governança pode ser problematizada numa lógica multinível. O texto conclui alertando para a Europeização destes instrumentos, fator que a literatura tem deixado em segundo plano.

Palavras-chave: Cooperação Intermunicipal; Governança Multinível; Europeização.

Intermunicipal cooperation and governance capacity: a conceptual review

Abstract

Intermunicipal cooperation and multilevel governance are inseparable concepts in current European Union (EU) policy. However, these concepts have been maintained in different theoretical bodies. In this context, this paper reviews these concepts, aiming to identify the factors that explain the instruments of intermunicipal cooperation in the EU, and how its governance capacity can be problematized in a multilevel logic. The text concludes by warning about the Europeanization of these instruments, a factor that the literature has left in the background.

Keywords: Intermunicipal Cooperation; Multilevel Governance; Europeanization.

Coopération intercommunale et capacité de gouvernance: un examen conceptuel

Abstrait

La coopération intercommunale et la gouvernance multi-niveaux sont des concepts indissociables de la politique actuelle de l'Union Européenne (UE). Cependant, ces concepts ont été maintenus dans différents corps théoriques. Dans ce contexte, cet article passe en revue ces concepts, en cherchant à identifier les facteurs qui expliquent les instruments de coopération intercommunale dans l'UE, et comment sa capacité de gouvernance peut être problématisée dans une logique multi-niveau. Le texte conclut en mettant en garde contre l'Européanisation de ces instruments, facteur que la littérature a laissé en arrière-plan.

Mots-clés: Coopération Intercommunale; Gouvernance Multi-niveaux, Européanisation.

Cooperación intermunicipal y capacidad de gobernanza: una revisión conceptual

Resumen

La cooperación intermunicipal y la gobernanza multinivel son conceptos inseparables en la política actual de la Unión Europea (UE). Sin embargo, estos conceptos se han mantenido en diferentes cuerpos teóricos. En este contexto, este artículo revisa estos conceptos, tratando de identificar los factores que explican los instrumentos de cooperación intermunicipal en la UE, y cómo se puede problematizar su capacidad de gobernanza en una lógica multinivel. El texto concluye advirtiendo sobre la Europeización de estos instrumentos, factor que la literatura ha dejado en un segundo plano.

Palabras clave: Cooperación Intermunicipal; Gobernanza Multinivel; Europeización.

1. Introdução

Nas últimas décadas, a cooperação intermunicipal tornou-se um modo comum de governança regional entre os países europeus, incluindo Portugal (Teles, 2016). Historicamente, esta solução surgiu como alternativa às fusões municipais e privatizações para criar economias de escala e aumentar a eficiência na implementação de políticas e prestação de serviços públicos (Tavares, 2015; Tavares e Feiock, 2017). No entanto, pouco se sabe ainda sobre a capacidade de governança destes novos arranjos (Silva, Teles e Ferreira, 2018), sobretudo no âmbito da Política de Coesão da União Europeia (UE), na qual, a tendência para uma maior racionalidade multinível e territorial, veio afirmar o papel destes arranjos como nível intermédio e intermediador de desenvolvimento (Feio e Chorincas, 2009; Seixas, Oliveira e Dias, 2020).

Na literatura, são escassas e pouco abrangentes as pesquisas que procuraram comparar os tipos de cooperação intermunicipal na Europa (Hulst e van Montfort, 2007; Tavares e Feiock, 2017; Swianiewicz e Teles, 2019). O problema parece estar na diversidade de formatos que tais instrumentos podem assumir, sendo que as diferentes tradições administrativas, sistemas de governança multinível e graus de autonomia local, têm dificultado o avanço de tipologias abrangentes. Para além disso, os âmbitos, motivações e custos/benefícios que levam os municípios a cooperar são múltiplos (Tavares e Feiock, 2017). Por estas razões, a relação entre a capacidade de governança de um instrumento de cooperação intermunicipal com os fatores que influenciaram a sua adoção é complexa e está grandemente por fazer quando problematizada num quadro multinível (Silva, Teles e Ferreira, 2018).

Procurando contribuir para a superação de tal lacuna, este texto faz uma revisão destes conceitos, tendo como objetivos: (1) identificar os fatores utilizados para explicar a escolha e o sucesso dos arranjos de cooperação intermunicipal na Europa; e (2) como é que esses fatores podem ser relacionados com a capacidade de governança multinível de tais arranjos. O argumento principal é o de que o fenómeno da Europeização de políticas públicas, sobretudo através da Política de Coesão da UE, tem influência no tipo e capacidade de governança dos arranjos de cooperação intermunicipal adotados pelos seus Estados-membros. O contributo deste texto é, assim, o de apresentar um quadro integrador de diferentes visões e formas de analisar a capacidade de governança multinível dos arranjos de cooperação intermunicipal. Ao fazê-lo, acaba-se também por articular dois corpos de literatura que se têm mantido mais ou menos distintos.

2. Cooperação intermunicipal: tipologias e fatores explicativos

2.1 Breve contextualização

Nos últimos cinquenta anos, a generalidade dos países europeus foi confrontada com as crescentes pressões da globalização e urbanização acelerada sobre as infraestruturas, equipamentos e serviços locais (Tavares, 2015; Tavares e Feiock, 2017). Neste contexto, as autoridades nacionais foram também pressionadas pela competição internacional e a integração europeia a encontrar novas formas de organização regional, destacando-se, nesse processo, a lógica multinível introduzida pela UE nas redes de governação e implementação de políticas públicas, na qual entidades supra e subnacionais passaram a partilhar os processos de tomada de decisão (Marks, 1992; 1993).

Ao mesmo tempo, este processo foi acompanhado por uma tendência para a descentralização, desconcentração e delegação de competências para as autarquias locais e regiões que ajudou a estabelecer o fim dos municípios de origem medieval em favor da redefinição das relações intergovernamentais. O resultado foi uma mudança de paradigma das tradicionais formas de governo para novas formas de governança, em que um modelo de Estado, baseado nas hierarquias e nos mercados, acumulou um modelo de redes, passando a administração/gestão de funções, tarefas e capacidades a ser alcançada através da cooperação entre diversos atores, públicos e privados (Puntillo, 2017).

Neste quadro, governo e governança vêm assumindo significados distintos. Enquanto o termo ‘governo’ é utilizado para designar as instituições formais do Estado que têm por missão orientar a ação coletiva tendo como limites a esfera pública; a governança enquadra geralmente realidades mais abrangentes, envolvendo as relações institucionais entre o Estado, o setor privado e a sociedade civil (Pierre e Peters, 2000). Desse modo, as novas formas de governança em rede não se baseiam apenas num movimento centro/periferia e *top-down/bottom-up* de poder, mas

também na criação de relações de cooperação mais ou menos estáveis entre atores e instituições no mesmo e em diferentes níveis administrativos e escalas territoriais (Hajer e Wagenaar, 2003).

Nesta mudança de paradigma, a cooperação intermunicipal tornou-se uma forma comum de governança territorial. Este modelo visa sobretudo a provisão conjunta de serviços públicos e a criação de economias de escala e âmbito territorial; mas também o planeamento e coordenação regional, procurando incorporar interdependências mútuas e aumentar a capacidade para resolver problemas que ultrapassam as fronteiras político-administrativas tradicionais (Hulst e van Montfort, 2011).

2.2. O conceito de cooperação intermunicipal e tipologias na Europa

Segundo Hulst e van Montfort (2007), a “cooperação intermunicipal” refere-se: tanto às interações entre governos locais para a concretizar uma tarefa ou objetivo comum; quanto à relação entre as instituições de cooperação e os municípios constituintes. Tavares e Feiock (2017), por seu turno, utilizam o conceito para designar todas as soluções de interação entre municípios que visam resolver dilemas de Ação Coletiva Institucional (ACI). Tal situação ocorre quando o resultado independente da tomada de decisão de dois ou mais municípios gera um resultado agregado menos eficiente do que se agissem em conjunto.

Neste quadro, a ‘cooperação intermunicipal’ tem sido considerada uma forma de inovação na governança territorial que aumenta a capacidade e eficiência na prestação de serviços públicos locais e promove a coordenação de serviços e políticas regionais em unidades fragmentadas do governo local. Isso implica, por um lado, encontrar a escala ótima para que os municípios possam enfrentar adequadamente os desafios socioeconómicos do território e, por outro, ter em conta que as instituições governamentais detêm ainda papéis importantes, especialmente no controlo, coordenação e orientação de redes (Puntillo, 2017).

Assim, cooperação intermunicipal e governança são dois conceitos complementares, mas que implicam um equilíbrio entre escala territorial, nível administrativo e solução adotada. Isso ocorre porque as características do arranjo de cooperação selecionado estão inseridas dentro de uma estrutura institucional. Em tal estrutura, os atores governamentais detêm um papel de liderança hierárquica, legitimidade e apoio a formas de autogoverno, mantendo o controlo das autoridades locais sobre políticas e decisões e, ao mesmo tempo, institucionalizando novas formas de governança sobre o território (Hulst e van Montfort, 2007).

Na Europa, o âmbito dos arranjos de cooperação intermunicipal é muito diversificado entre os países e dentro deles, e esta pluralidade torna difícil a pesquisa comparada. Tal explica o facto de haver poucos estudos sobre o tema e dos existentes se centrarem em análises grandemente descritivas e históricas da situação dentro de países e em comparações internacionais

relativamente gerais, bem como as dificuldades em desenvolver um quadro teórico-conceitual (Teles, 2016; Swianiewicz e Teles, 2019).

Um dos trabalhos pioneiros sobre cooperação intermunicipal na Europa foi apresentado por Hulst e van Montfort (2007). Com base em estudos de caso de oito países europeus¹, estes autores identificaram quatro tipos de cooperação intermunicipal recorrentes: 1) governos quasi-regionais (organizações permanentes com autoridade decisória envolvidas no planeamento e coordenação de políticas locais); 2) organizações permanentes envolvidas na prestação de serviços; 3) cooperação contratual para a prestação de serviços; e 4) fóruns de planeamento (redes informais envolvidas no planeamento e coordenação de políticas locais).

No quadro destas tipologias, os autores concluíram que as diferenças entre os países são sobretudo explicadas pelo contexto institucional nacional e pela influência que as diferenças nas tradições do Estado, através de fenómenos de *path dependency*, tiveram nos processos de reformas territoriais. Assim, enquanto nos países de tradição anglo-saxónica, germânica ou escandinava, a cultura política e as características mais consensuais e orgânicas destas tradições asseguraram uma maior abertura às reformas descentralizadoras por parte dos atores nacionais e locais; nos países de tradição napoleónica, o enfoque excessivamente legalista e burocrático fez com que estes permanecessem fortemente centralizados e resistissem à descentralização funcional para níveis subnacionais de governo. Desse modo, dependendo das tradições administrativas, as relações intergovernamentais verticais assumem padrões bastante distintos, influenciando o tipo e o sucesso dos arranjos adotados.

Mais recentemente, uma outra tipologia foi apresentada por Tavares e Feiock (2017), que procuraram explicar o processo de seleção dos instrumentos de cooperação intermunicipal para resolver dilemas de ACI na Europa. Estes autores utilizaram uma matriz bidimensional entre: (1) o grau de amplitude institucional (bilateral, multilateral ou complexa); e (2) o tipo de mecanismo de integração envolvido (Quadro 1). Segundo esta matriz, a abrangência institucional varia de acordo com o número de entidades envolvidas e com o número de atribuições associadas à relação intermunicipal, diferenciando entre associações de “fim específico” e de “fins múltiplos”.

Já os tipos de mecanismos de integração da tomada de decisão variam do mais informal ao mais formal, na seguinte ordem: 1) enraizamento social; 2) contratos; 3) autoridade delegada; e 4) autoridade imposta. Os três primeiros são tipos de governação descentralizada, envolvendo a associação voluntária de municípios para enfrentar dilemas de ACI; e o último é uma solução centralizada, imposta por um nível de governo superior para direcionar as ações das unidades locais e internalizar tais dilemas. Neste quadro, quanto maior for o grau de amplitude institucional, mais complexos e elevados são os custos da tomada de decisão; e quanto mais formal for o tipo

¹ Bélgica, Finlândia, França, Alemanha, Itália, Holanda, Espanha e Inglaterra.

de mecanismo de integração envolvido, mais elevado são os custos de autonomia, originando diferentes mecanismos/instrumentos.

Em linha com o estudo de Hulst e van Montfort (2007), Tavares e Feiock (2017) concluíram que a diversidade institucional resultante de fatores históricos, culturais e constitucionais-legais é grandemente explicativa da variação de instrumentos de cooperação intermunicipal entre países europeus e que a preferência por soluções formais e hierárquicas é dominante. Porém, a par do quadro constitucional-legal, os autores evidenciam que as instituições políticas locais, a homogeneidade de preferências dentro e entre comunidades, a interação entre instrumentos de governação e os riscos de colaboração associados a cada dilema de ACI, influenciam os custos de transação e, portanto, também explicam a seleção entre diferentes instrumentos.

Quadro 1 - Instrumentos de integração e custos de transação

--- Custos de Decisão +++	Abrangente Complexo Colectivo				Custos de Transacção Elevados
	Intermédio Multilateral				
	Estreito Fim único Bilateral	Custos de Transacção Reduzidos			
		Enraizamento Social	Contratos	Autoridade Delegada	Autoridade Imposta
		--- Custos de Autonomia +++			

Fonte: Feiock (2013, apud Tavares, 2015).

2.3 Fundamentos teóricos e fatores explicativos da cooperação intermunicipal

Um quadro teórico para a cooperação intermunicipal tem sido fundamentado nas ideias do neoinstitucionalismo histórico e sociológico, apresentando os seguintes pressupostos: a) o contexto institucional determina as oportunidades e restrições que os atores enfrentam e estabelece as regras do jogo em estes prosseguem os seus objetivos; b) enquanto as instituições existentes moldam as estratégias e a conduta dos atores, estas, por sua vez, podem cristalizar-se em novas instituições; e c) os fatores externos impulsionam novas estratégias e mudanças institucionais (Hulst e van Montfort, 2011).

Esta abordagem implica que a estrutura formal do estado e a legislação existente se relacionam com a cooperação intermunicipal para determinar a necessidade e

vantagens/benefícios possíveis da cooperação. Neste quadro, um modelo conceptual foi proposto por Hulst e van Montfort (2011) a partir de três dimensões: (1) “presença e a forma de cooperação intermunicipal”; (2) “caraterísticas do contexto institucional administrativo”; e (3) “fatores externos”. A estas, Hulst *et al.* (2009) acrescentam mais duas: (4) “preferências locais”; e (5) “fatores de desenvolvimento”, também consideradas por Tavares e Feiock (2017) que referem ainda: os (6) “riscos de colaboração”; (7) a “interação entre instrumentos de políticas públicas”; e (8) o “enraizamento em redes sociais”.

Na primeira dimensão, a (1.1) “presença de cooperação” refere-se ao tipo de tarefas/atribuições envolvidas, distinguindo entre (i) “prestação conjunta de serviços” e (ii) “coordenação e planeamento de políticas”; enquanto a (1.2) “forma” (ou *design*) institucional diz respeito ao grau de integração organizacional, podendo sustentar-se em: (i) redes informais (em que os participantes mantêm contactos regulares entre si); (ii) acordos formais (estabelecem procedimentos de tomada de decisão conjunta); e (iii) organizações permanentes (forma mais institucionalizada, implicando a integração de atividades numa nova organização).

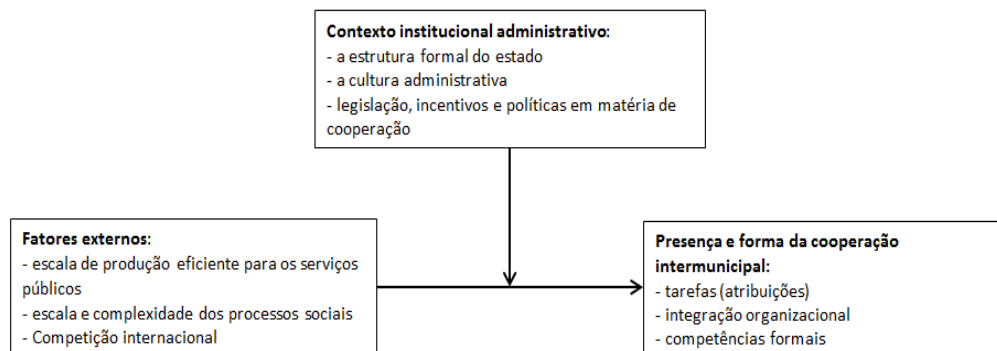
Os autores distinguem ainda entre dois tipos de organizações permanentes: (a) as que operam como uma agência dos municípios, atendendo a governos locais individualmente e a seu pedido; e (b) as que têm poderes formais de decisão transferidos pelos municípios. Ou seja, na forma de cooperação, é ainda de considerar se as organizações intermunicipais dispõem, ou não, de poderes formais de decisão relativamente aos assuntos locais. Esta primeira dimensão caracteriza, portanto, os arranjos de cooperação intermunicipal em função do âmbito da cooperação e do seu grau de institucionalização, *design* institucional e autonomia.

Já a dimensão (2) “caraterísticas do contexto institucional” implica três componentes: (2.1) “estrutura formal do estado” (número de níveis administrativos, distribuição de responsabilidades entre níveis, âmbito e autonomia do governo local e número e tamanho dos municípios); (2.2) “cultura administrativa”, que compreende o conjunto de valores, normas, regras informais e tradições relativas ao Estado, sua organização política e administração pública; e (2.3) “legislação, incentivos e políticas de governo central ou intermediário em matéria de cooperação intermunicipal”, que definem oportunidades e restrições para a cooperação e tornam alguns arranjos institucionais mais atraentes do que outros. Em suma, esta segunda dimensão pode ser usada para explicar os constrangimentos/limitações e incentivos que determinam a primeira, ainda que essa possa também levar à mudança do contexto institucional, sobretudo nas suas relações com (3) “fatores externos”.

Esta terceira dimensão refere-se ao conjunto de pressões que, em toda a Europa, os governos locais enfrentam para fornecer melhores serviços públicos e aumentar a qualidade, complexidade e/ou alcance das suas atividades e internalizar dilemas de ACI. Entre estas, Hulst e van Montfort (2011) destacam: (3.1) a crescente procura dos cidadãos que exige a produção de serviços em novas escalas; (3.2) a complexidade e a escala dos processos sociais que requerem a

formulação de políticas em escalas supralocais; e (3.3) o aumento da competição internacional e a necessidade de políticas territoriais que promovam economias locais e regionais.

Esquema 1- Modelo conceptual da cooperação intermunicipal



Fonte: Hulst e van Montfort (2011), tradução nossa.

Enquanto estas primeiras dimensões adotam uma perspetiva determinística, as seguintes assentam nos fundamentos do institucionalismo económico e num leque abrangente de outras teorias que sustentam um quadro de trabalho/*framework* denominado de Enquadramento da ACI (Feiock, 2013; Tavares, 2015). Este *framework* procura explicar como os custos de transação associados ao tipo de dilema de ACI, mas também às preferências, condições e atores locais, influenciam a perceção dos *trade-offs* entre custos/benefícios de cada dilema e, consequentemente, a opção por diferentes arranjos disponíveis, e o sucesso em resolver esses mesmos dilemas (Esquema 2).

Neste quadro, uma outra dimensão refere-se às (4) “preferências dos governos locais”, sendo que estas enfrentam (4.1) “pressões internas”, tais como oposição de grupos de interesse, resistência administrativa e diversidade na composição sociodemográfica que, por sua vez, comprometem a heterogeneidade de preferências e objetivos da cooperação entre municípios. Por oposição, a (4.5) “homogeneidade no seio de cada jurisdição” reduz os custos de transação envolvidos na cooperação com outros municípios. Os municípios detêm também um (4.2) “conhecimento do território” (recursos e necessidades), que lhes permite avaliar quais os atores e relações podem contribuir para, consigo, promover um consenso cooperativo em torno de um objetivo comum (Tavares e Feiock, 2017).

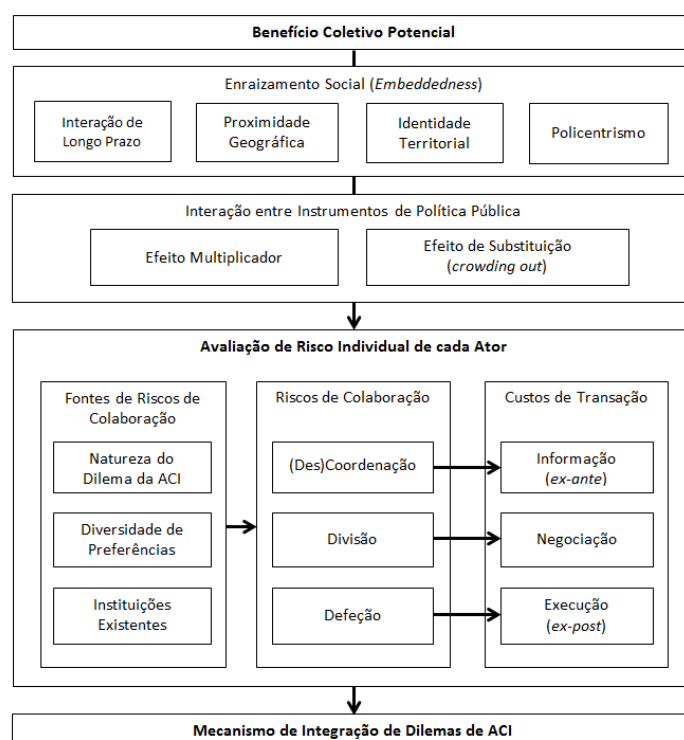
Porém, estas relações não eliminam outras que implicam o conflito e a competição entre municípios. A dimensão referente aos (5) “fatores de desenvolvimento” ilustra isso mesmo. Entre diferentes municípios, a (5.1) heterogeneidade de preferências associada a desigualdades socioeconómicas, tecnológicas, demográficas e mesmo políticas, diminui a probabilidade de sucesso da colaboração, já que os benefícios potenciais serão menos atraentes para os municípios

mais desenvolvidos/melhor posicionados. Em contraste, jurisdições similares tendem a estabelecer redes informais para o desenvolvimento (homofilia), criando um efeito de *cluster* (Tavares, 2015).

Uma outra dimensão é a (6) ‘interação entre instrumentos de cooperação intermunicipal’. A seleção entre alternativas entre os diferentes instrumentos de cooperação não é feita de forma isolada ou independente e, portanto, as (6.1) ‘experiências/práticas anteriores’ e os (6.2) ‘instrumentos de integração pré-existentes’ influenciam tanto a seleção quanto o sucesso de instrumentos subsequentes (efeito multiplicador). Uma outra condicionante na interação entre tais instrumentos pode decorrer de um efeito de substituição (*crowding out*) causado por soluções centralizadas (*top-down*), sobretudo quando o quadro constitucional-legal e/ou a tradição histórica e cultural são adversos aos esforços de governação regional (Tavares, 2015).

A escolha dos instrumentos de cooperação intermunicipal é também influenciada pelos (7) “riscos de colaboração” decorrentes do perfil do dilema de ACI em cada caso. Neste quadro, o (7.1) “grau de especificidade” do objetivo da cooperação e o (7.2) “grau de dificuldade de cálculo” dos custos-benefícios associado a esse objetivo (e, se for o caso, de monitorizar o desempenho dos agentes), gera (Tavares, 2015): (a) problemas de coordenação (quando há consenso sobre os objetivos, mas há assimetrias de informação); (b) problemas de divisão (há consenso sobre os objetivos, mas não com a afetação dos custos/benefícios da colaboração); e (c) problemas de defeção (comportamento oportunista potencial por parte de atores racionais que procuram contornar as disposições dos acordos).

Esquema 2 - O Enquadramento da ACI



Fonte: elaborado a partir de Tavares (2015).

De uma forma ou de outra, todas as dimensões anteriores são influenciadas pelo (8) “enraizamento social” (*embeddedness*), assumindo-se que a pré-existência de redes informais facilitam o desenvolvimento e a coordenação de instrumentos mais formais e a sua institucionalização (Tavares, 2015). Desse modo, fatores como: as (8.1) “interações de longo prazo” (laços históricos; existência de outras redes, etc.); (8.2) “proximidade geográfica”; (8.3) “identidade territorial” (cultura e traços políticos comuns, significados partilhados e identidade cívica); e (8.4) “poliocentrismo” (visão de cidade-região; um espaço cívico cognitivo e vivido), estabelecem relações de confiança, reciprocidade, capital social e reputação, que aumentam o comprometimento entre os atores locais e a probabilidade de cooperação bem-sucedida, ao mesmo tempo que reduzem o oportunismo. A existência destas relações diminui também os custos de transação, autonomia e os riscos de colaboração.

3. Cooperação intermunicipal e governança multinível: uma aproximação conceptual

3.1 Governança multinível: a influência da Europeização

A relação entre escala territorial vs. nível administrativo é uma problemática central da cooperação intermunicipal (Puntillo, 2017; Hulst e Van Montfort, 2007), mas também da literatura sobre governança multinível (Monteiro e Romão, 2018). O conceito foi cunhado por Gary Marks (1992; 1993) para explicar a influência das instituições supra e subnacionais no processo político da UE que se tornou característica principal da tomada de decisão na Política de Coesão após a reforma de 1988. De acordo com o autor, os estímulos, políticos e estratégicos, desta política foram impulsos centrais para a construção de um sistema de negociação contínua entre governos de vários níveis territoriais, que surge da necessidade de maior legitimação, informação e recursos locais.

Essa influência tem também sido tratada através do conceito de ‘Europeização’, utilizado para compreender as transformações na UE em resultado da dinâmica da política europeia e do surgimento, evolução e impactos de tal sistema de governança multinível nas instituições domésticas (Olsen, 2002). O argumento na base do conceito é que o impacto doméstico das políticas da UE varia com o nível de pressão de adaptação europeia em relação às instituições nacionais e com a extensão com que os contextos domésticos, incluindo estruturas institucionais de oportunidades e constelações de atores, facilita ou limita os ajustes aos requisitos europeus (Knill e Lehmkuhl, 1999; Saurugger e Radaelli, 2008).

Geralmente são referidos três tipos de mecanismos de Europeização (Knill e Lehmkuhl, 1999): (i) integração positiva (políticas que prescrevem modelos institucionais para ajuste

doméstico); (ii) integração negativa (políticas que modificam as estruturas de oportunidades domésticas); e (iii) integração de “enquadramento” (políticas que conduzem a mudança de crenças e valores dos atores domésticos). Neste quadro, a influência da UE tanto pode ser exercida através de mecanismos baseados na lei e/ou na hierarquia (exemplo das diretivas), como através de mecanismos de governança baseados na parceria/cooperação e na aprendizagem, sobretudo em áreas em que a competência da UE é escassa ou inexistente (como no planeamento do território), ou onde interesses divergentes dos Estados-membros tornam impossível o acordo sobre legislação (Radaelli, 2008).

Na literatura, este modo de governança baseado na parceria/cooperação e na aprendizagem é referido como Método Aberto de Coordenação (MAC), sendo apresentado em documentos oficiais como um componente essencial da governança da UE desde 2000. Enquanto mecanismo de Europeização, o MAC implica uma combinação entre (Radaelli, 2008): uma “aprendizagem por socialização” (que visa tornar os *policymakers* mais conscientes de sua interdependência e podem inspirar mais compromisso com os objetivos da UE); uma “aprendizagem por monitorização” (que permite à UE acompanhar o progresso e comparar o que foi alcançado pelos Estados-membros); e uma “aprendizagem por argumentação e persuasão” (contribuem para o refinamento de diretrizes, cronogramas e objetivos).

Empiricamente, a literatura evidencia que a Europeização através de um modo de governança baseado na parceria/cooperação e na aprendizagem existe, sendo, porém, mais comum ao nível da UE e impulsionada segundo uma lógica hierárquica e limitada do topo para a base (Radaelli, 2008). Os maus resultados em termos de aprendizagem *bottom-up* parecem refletir a falta de participação, um subestimar das particularidades da aprendizagem em um contexto político e os problemas de produção de conhecimento utilizável por meio de instrumentos apropriados.

Ao nível da Política de Coesão, foi também demonstrado que o legado do centralismo, a falta de tradições na formulação de políticas colaborativas e autoridades subnacionais fracamente institucionalizadas levantam questões sobre a Europeização baseada na parceria/cooperação e na aprendizagem. Uma análise feita à implementação dos Fundos Estruturais 2007-2013 no caso polaco revelou que a abordagem de parceria/cooperação tendeu inicialmente a ser adotada como resultado de restrições de cima para baixo ou em resposta às oportunidades que ela criou, correspondendo a um ajuste de escolha racional (Dabrowski, 2013). Quando a parceria era contrária aos interesses ou preferências dos atores, ela era cumprida com relutância, o que geralmente resultava em um ajuste meramente “formal” e “superficial”.

No entanto, nos casos em que a parceria estava alinhada com os interesses dos atores envolvidos e era percebida como benéfica e útil, essa adoção racional do trabalho em parceria não excluiu a sua internalização ao longo do tempo. Além disso, a aprendizagem institucional produzida em torno dos instrumentos desse ciclo, parece ter-se mantido e aprofundado no ciclo

2014-2020 (Borkowska-Waszak e Ferry, 2018). Estes resultados mostraram que os efeitos da Europeização pela parceria/cooperação podem ser multifacetados. Por um lado, em territórios sem uma cultura política cooperativa, a parceria só pode se desenvolver de forma incremental e baseada na experiência crescente dos atores envolvidos. Por outro, as respostas às normas políticas impostas pela UE podem mudar com o tempo. Como consequência, o impacto das parcerias e, mais amplamente, da Política de Coesão da UE e dos seus requisitos, permanece desigual e diferenciado entre os atores subnacionais afetados.

Em Portugal, destaca-se o estudo realizado por Castro (2015) que analisou a evolução do modelo de governança multinível português através da atuação e a inter-relação entre os diversos atores envolvidos no processo de implementação da Política de Coesão ao longo dos vários ciclos comunitários. A autora concluiu a existência de uma “governança multinível assimétrica” entre a influência da UE, restrita à fase inicial (definições estratégicas e programáticas dos ciclos comunitários), e o governo português, com uma influência ampla em todas as etapas, desde a definição dos projetos (seleção, aprovação e monitoramento) à seleção dos parceiros. Neste quadro, refere haver problemas políticos persistentes relacionados com o baixo nível *accountability* e a falta de transparência do processo negocial; uma representação social limitada; um processo de empoderamento regional pobre; a existência de lógicas internas instituídas como a “*fefização*”; assim como a reduzida capacidade de visão estratégica dos municípios, que constroem a influência da UE no modelo de governança multinível português.

3.2 Capacidade de governança: o multinível vs. o territorial

A secção anterior mostrou uma tensão entre Europeização e Regionalização, aos quais a adoção de arranjos de cooperação intermunicipal parece surgir como alternativa. Neste quadro, a literatura evidencia que os sistemas domésticos de governança multinível dos países da UE estão ainda muito centrados nas relações de coordenação vertical entre níveis de governo, em detrimento de uma dimensão horizontal (Banche e Flinders, 2004; Monteiro e Hora, 2018; Monteiro e Romão, 2018). Esse enfoque parece decorrer da dificuldade de se criarem estruturas subnacionais capacitadas em termos das suas responsabilidades, recursos e legitimidade, em que persistem diversas lacunas (Charbitt, 2011), sintetizadas no Quadro 2.

Quadro 2 - Lacunas da governança multinível

1. Information gap (Informação)	Assimetrias de informação (quantidade, qualidade, tipo) entre diferentes <i>stakeholders</i> => Necessidade de instrumentos para divulgar & compartilhar informações
2. Capacity gap (Capacidade de atuação)	Capacidade científica, técnica e infra-estrutural insuficiente dos atores locais, em especial para a conceção de estratégias adequadas => Necessidade de instrumentos para construir capacidade local/regional
3. Funding gap (Financiamento)	Receitas instáveis ou insuficientes que prejudicam a implementação efetiva de responsabilidades no nível subnacional ou para cruzar políticas, => Necessidade de mecanismos de financiamento compartilhados
4. Policy gap (Fragmentação setorial das políticas públicas)	Fragmentação setorial entre ministérios e agências. => Necessidade de mecanismos para criar abordagens multidimensionais/sistémicas no nível subnacional e para exercer liderança política e compromisso.
5. Administrative gap (Delimitação Administrativa)	“Incompatibilidade” entre áreas funcionais e limites administrativos => Necessidade de instrumentos para atingir “escala efetiva”
6. Objective gap (Objetivos)	Racionalidades diferentes criando obstáculos para a adoção de metas convergentes => Necessidade de instrumentos para alinhar objetivos
7. Accountability gap (Prestação de contas)	Dificuldade para garantir a transparência das práticas nos diferentes círculos eleitorais => Necessidade de medição de qualidade institucional => Necessidade de instrumentos para fortalecer a estrutura ao nível local => Necessidade de instrumentos para aumentar o envolvimento dos cidadãos

Fonte: Charbitt (2011: 16).

Um outro problema parece estar na inadequação da noção de “nível” para captar a natureza territorial das novas práticas de governança (Romão e Monteiro, 2017). A ideia é que os limites político-administrativos fragmentam e, portanto, negligenciam, as continuidades espaciais e relacionais do território. Neste quadro, os “territórios/regiões funcionais”, ou seja, as unidades espaciais sub-regionais que, não se sobrepondo aos limites/níveis administrativos, apresentam graus relevantes de interdependência interna, real ou potencial (Mourato, 2013), têm-se afirmado como uma base mais adequada para pensar o processo das políticas públicas.

Atualmente, a UE defende que a melhor forma de articular um território/região funcional com a implementação de políticas e prestação de serviços públicos e respetivos instrumentos de governança é através das chamadas *place-based policies* (Barca, 2009). Esta abordagem implica que a tradicional fase de implementação do ciclo das políticas públicas se desdobre num novo ciclo ao nível local/regional em que a tomada de decisão dos níveis europeus e nacionais é traduzida e ajustada às prioridades do território, através da elaboração de uma estratégia integrada de desenvolvimento, baseada num diagnóstico territorial participado.

Em português, a abordagem *place-based* foi traduzida por “territorialização de políticas públicas” (TPP), referindo-se à “conceção e implementação de programas e projetos com impacto territorial relevante, cujas prioridades de intervenção são definidas em função de quadros estratégicos formulados para o território-alvo, com participação, formal ou informal, na sua elaboração de instituições e atores identificados com tal território” (IFDR, 2010: 11). A questão do que é entendido por “território pertinente” é especialmente decisiva para a escala e a incidência desta abordagem, sendo de considerar o quadro institucional existente, mas também a presença de atores relevantes para dar sequência ao processo participativo (Figueiredo, 2009).

Desse modo, esta abordagem deixa em aberto duas possibilidades de seleção do “território pertinente”: uma que vai mais de encontro ao quadro político-administrativo; e outra que vai de encontro a uma abordagem funcional de território. Tais possibilidades são apresentadas por Hooghe e Marks (2003) em dois tipos-ideais de organização da governança multinível: o Tipo I, remetendo para as interações e partilha de competências entre o governo central e os governos subnacionais não sobrepostos; e o Tipo II para um quadro de interação mais complexo e dinâmico entre jurisdições diversas, adquirindo geometrias territoriais variadas (Quadro 3).

Segundo os autores, a governança de Tipo II surge da necessidade da implementação de políticas específicas definidas nos quadros legais das jurisdições do Tipo I, principalmente quando estas não podem ser concretizadas de forma eficiente pelas estruturas governativas tradicionais. Estes dois tipos são complementares, normalmente acontecendo em simultâneo. No entanto, o processo de territorialização descendente apresenta-se, geralmente, mais sólido e tecnicamente fundamentado, e nem sempre a territorialização ascendente resulta de um processo participado e abrangente (Figueiredo, 2009).

Quadro 3 - Ideais-tipo de governança multinível

Tipo I – fins múltiplos – administrativa	Tipo II – fins específicos – funcional
Jurisdições com propósitos gerais	Jurisdições com propósitos específicos
Membros não intercetados	Membros intercetam-se
As jurisdições são organizadas com um número limite de níveis	Não existe um número limite de níveis na jurisdição
Sistema com uma arquitetura pré-definida	O sistema tem um <i>design</i> flexível (<i>ad hoc</i>)
Jurisdições duradouras.	Jurisdições temporárias (apenas o tempo necessário)

Fonte: adaptado de Hooghe e Marks (2003).

Neste contexto, tornou-se comum diferir entre os conceitos de governança multinível e governança territorial para diferenciar o enfoque na interação entre níveis de governo da articulação horizontal entre atores, públicos e não públicos. A este respeito, Faludi (2012, p. 198) evidencia três problemas: 1) a redundância da expressão “territorial” (que não acrescenta nada ao multinível, pois este deve ser entendido como tendo uma componente territorial agregada; 2) a ambiguidade da governança multinível (existente, quando se considera que esta apenas se referente às relações verticais entre órgãos de governo e não ao processo mais compreensivo chamado governança); e 3) as conceções de espaço e de território que lhe estão subjacentes.

Sobre este último ponto, o autor alerta que a literatura sobre governança multinível necessita de ser complementada por uma preocupação acerca do entendimento dos arranjos territoriais que estão a moldar a forma como se conceptualiza a Europa e como esta a ser organizada no território. Ora, dado o atual padrão europeu, isto significa que é necessário perceber até que ponto as novas experiências de cooperação intermunicipal geram novos espaços

institucionais com capacidade de se constituírem como “centros de racionalidade estratégica”, isto é, como instituições capazes de territorializar políticas públicas (Figueiredo, 2009).

Assim, uma coisa são os sistema de governança multinível ou, melhor dizendo, de governação multinível (coordenação intergovernamental), outra coisa é a governança territorial, referindo-se à capacidade dos arranjos de cooperação intermunicipal em (Feio e Chorincas, 2009; Silva, Teles e Ferreira, 2017): i) construir um consenso organizacional, envolvendo diferentes atores de forma a definir objetivos e metas comuns; ii) coordenar a agregação de interesses divergentes, reunindo ferramentas políticas e organizacionais relevantes; iii) coordenar a tomada de decisão e uma visão comum para o futuro do território; iv) acordar a contribuição de cada ator para a realização dos objetivos previamente definidos; v) manter consenso ao longo do tempo; e vi) garantir o apoio, envolvimento e a participação dos cidadãos.

Ou seja, o que está em causa quando falamos de diferentes arranjos de cooperação intermunicipal num quadro multinível é a sua capacidade de governança numa nova escala territorial. No entanto, e como vimos, tal capacidade está, em primeiro lugar, dependente da persistência de uma série de lacunas relativas à coordenação intergovernamental entre níveis administrativos, sendo um forte constrangimento a ter em conta (Charbitt, 2011). Por outro lado, a institucionalização das experiências de cooperação intermunicipal tem levado à alteração destes sistemas, e também isso deve ser alvo de atenção (Monteiro e Romão, 2018). Estamos em crer que os diferentes mecanismos de Europeização podem aqui ajudar a explicar as opções domésticas entre diferentes instrumentos de cooperação intermunicipal e como estas se moldam ao longo do tempo como uma alternativa a um processo de regionalização.

3.3. Que síntese entre Europeização e Regionalização?

Se partimos da governança como parceria/cooperação e aprendizagem (MAC), esta metáfora diferencia-se à partida em função de quem a define e das regras que propõe (Radaelli, 2008): a) “aprendizagem do topo” ou “aprendizagem da UE”; b) “aprendizagem a partir do topo” ou “aprendizagem hierárquica” (nacional); e c) “aprendizagem a partir de baixo”, também chamado “aprendizagem social”. De forma breve, Radaelli refere que as evidências de aprendizagem diminuem à medida que passamos do topo para a base, atribuindo três causas principais: 1) a permanência de um modelo de participação mitigado; 2) os interesses dos políticos na manutenção do poder; e 3) o problema institucional da tradução que torna muito difícil aceitar a aprendizagem como comparação (*benchmarking*). Isto quer dizer a síntese da Europeização, entendida como da governação às redes, há de ser diferente da síntese entendida como Regionalização, ou das redes á governança.

Radaelli faz o que podemos chamar uma reflexividade subjetivista (dos problemas inerentes aos interesses dos atores) e uma reflexividade objetivista (dos problemas inerentes aos

métodos). Em relação aos atores, aprende-se mais no topo do que a partir de baixo porque a mudança não é um resultado direto da aprendizagem mas sim da ‘política’. Há, assim, pelo menos três problemas inerentes aos atores. O primeiro deles é que a “aprendizagem política” implica esse desvio (o da experiência política e da ponderação entre mudança e manutenção do poder). Em segundo, a aprendizagem política é um jogo em que a competição económica se relaciona continuamente com a cooperação pela aprendizagem. Ou seja, há empresas que retiram ilações da aprendizagem (porque há atores que circulam) que está a ser feita para se colocarem em vantagem e, portanto, colocam-se como um viés à aprendizagem. Um terceiro viés é o da relação entre monitorização e aprendizagem: aquela é burocrática, controladora e preditiva, enquanto a aprendizagem é disruptiva e não é monitorizável, criando-se uma tensão em desfavor da segunda.

Em relação à reflexividade objetivista, há vários dos métodos que visam a aprendizagem da governança: *peer reviewing*; *benchmarking*, boas práticas e participação. No entanto, todos os processos implicam viés que podemos caracterizar em três tipos: a) tradução (a análise significa diferentes coisas em diferentes países, segundo diferentes interesses); b) ritualização burocrática (a comparação das boas práticas é muitas vezes entendida como um mero ritual burocrático); e 3) participação mitigada (os padrões de participação no processo político não mudaram).

A conclusão óbvia é que não é uma variável irrelevante quem propõe, controla e monitoriza o próprio processo de aprendizagem e o seu objetivo (convergência com os objetivos da UE): ou seja, o facto da aprendizagem da governança ser uma ‘Europeização proposta de cima’ implica os desvios subjetivistas e objetivistas; políticos, competitivos e burocráticos desse enfoque. A aprendizagem da governança ‘a partir de baixo’, enquanto experiência de ‘redes’ e de ‘regionalização’ em ação, dará assim evidências de uma outra aprendizagem. Desde logo, é necessário perguntar se é possível essa aprendizagem sem uma metacognição sobre a aprendizagem de todos os atores (a partir de onde se aprende? como se aprende?), implicando para além da ‘Europeização como aprendizagem’, uma ‘Regionalização como aprendizagem’.

As evidências demonstram que a Europeização tem menos sucesso nos países com administrações mais centralizadas (sendo Portugal e Grécia dados como exemplos, assim como países do leste europeu) e mais sucesso em países com tradição de cooperação regional e baixa capacidade administrativa (capital social). Este insucesso talvez possa ser explicado pelas respostas domésticas à Europeização que se vão acumulando ao longo do tempo, podendo implicar ‘mecanismos racionalistas’ e ‘mecanismos sociológicos’ (Börzel e Risse, 2003). Os primeiros mudam a estrutura de oportunidades interna a cada país e os segundos criam processos de reflexividade e aprendizagem social.

Os Fundos Estruturais criam uma série de oportunidades, preferências e constrangimentos em que a cooperação, as parcerias, a subsidiariedade são critérios para aceder aos mesmos. Cria-se, assim, uma ‘Europeização por conformidade’ (*Europeization by compliance*). No entanto, a Europeização pela mera transferência de regras pode levar a um neo-institucionalismo, pela

criação de novas instituições sem ‘substância’, como é revelado por Dabrowski (2013) para os países de leste e por Ferreira e Seixas (2017) para Portugal. Assim, a mera transferência de regras, associada à falta de capacidade de aprendizagem dos atores políticos locais/regionais e a administrações centralizadas e pouco flexíveis leva a uma Europeização ‘fraca’ ou ‘superficial nas margens’ (Quadro 4).

Quadro 4 - Síntese entre Europeização e Regionalização

		- Variáveis de Regionalização +	
		Administrações centralizadas e pouco flexíveis e pouca capacidade de aprendizagem dos atores	Capacidade de Aprendizagem dos atores e administrações descentralizadas e flexíveis
Variáveis de Europeização	-	Europeização como ‘aculturação’ Neo-institucionalismo sem substância (‘conformidade formal e fraca’) Parcerias/redes de cooperação intermunicipal como mero ‘ajustamento estratégico’ para aceder aos Fundos Fraca Europeização/Fraca Regionalização	Europeização como ‘enculturação’ Europeização de ‘cliente ideal’ Parcerias/redes de cooperação intermunicipal fazem parte da cultura Fraca Europeização/Forte Regionalização
	+	Mudança gradualista da cultura administrativa e política Parcerias e redes de cooperação intermunicipal percebidas como forma de melhorar a prática política e administrativa Europeização como ativação da Regionalização	Fortalecimento da Europeização Europeização e Regionalização como simbiose

Fonte: elaboração dos autores.

O trabalho de Dabrowski (2013) sobre a Polónia é uma evidência deste quadro e, especificamente, na relação entre mecanismos sociológicos e estruturas centralizadas e pouco flexíveis, apresentando aspetos que parecem comparáveis com a experiência portuguesa. Dabrowski (2013) apresenta os seguintes fatores como ativadores de uma relação entre Regionalização e Europeização:

1. Relação entre as normas europeias e os interesses dos atores subnacionais;
2. A internalização de parcerias/redes requer tempo/aprendizagem própria;
3. Tal internalização é desigual por regiões, dependendo, assim, da capacidade administrativa e de recursos (pode estar aqui implícita uma desigualdade centro-periferia em que regiões mais perto da administração central internalizam mais rápido);
4. Influência da cultura política nos processos favorecendo: a) mais o controlo do que a distribuição e a transparência, por exemplo; ou b) falta continua de confiança entre

parceiros pelo nível de corrupção, por exemplo; ou ainda c) competição forte por fundos que torna difícil as parcerias pois significam menos dinheiro para cada um dos parceiros.

Em suma, a Europeização em função de mecanismos sociológicos, implica a ativação da Regionalização: “These findings chime hit earlier research suggesting that in places lacking cooperative political culture, partnership can only develop incrementally and build upon the growing experience of the policy actors involved” (Dabrowski, 2013: 1371). Os mecanismos de Europeização surgem-nos, assim, como fundamentais para compreender, quer os arranjos/instrumentos de cooperação intermunicipal existentes, quer a sua capacidade de governança no quadro do sistema de governança multinível que se vai instituindo em cada país.

4. Conclusões

Neste texto foi apresentado um conjunto abrangente de fatores/dimensões que ajudam a explicar a opção por diferentes instrumentos de cooperação intermunicipal nos países europeus e a analisar a capacidade de governança dos diferentes mecanismos num quadro multinível. Como vimos, o grau de descentralização funcional e territorial é moldado pela tradição constitucional-legal de um país e reproduzido por meio de práticas político-administrativas. Ao mesmo tempo, a escolha dos instrumentos de cooperação intermunicipal reflete também os custos de transação associados aos objetivos e aos dilemas de ACI da cooperação entre municípios. Geralmente, esses objetivos são a provisão conjunta de serviços públicos e o planeamento e coordenação intermunicipal/regional.

Porém, a literatura específica sobre cooperação intermunicipal tem estado muito centrada no primeiro aspeto e pouco no segundo, onde a influência da UE se tem feito sentir mais fortemente. Neste quadro, é curioso notar que, embora a generalidade das pesquisas nesta área reconheçam o papel central que a UE tem desempenhado na institucionalização dos arranjos de cooperação intermunicipal como arenas políticas de âmbito regional, constatando inclusive, que muitas das experiências de prestação de serviços à escala supramunicipal só foram possíveis porque essas entidades foram criadas para dar resposta aos requisitos regulamentares impostos para aceder a fundos comunitários (ver, por exemplo, Silva, Teles e Ferreira, 2018, sobre o caso português), este pareça ser um tema em segundo plano.

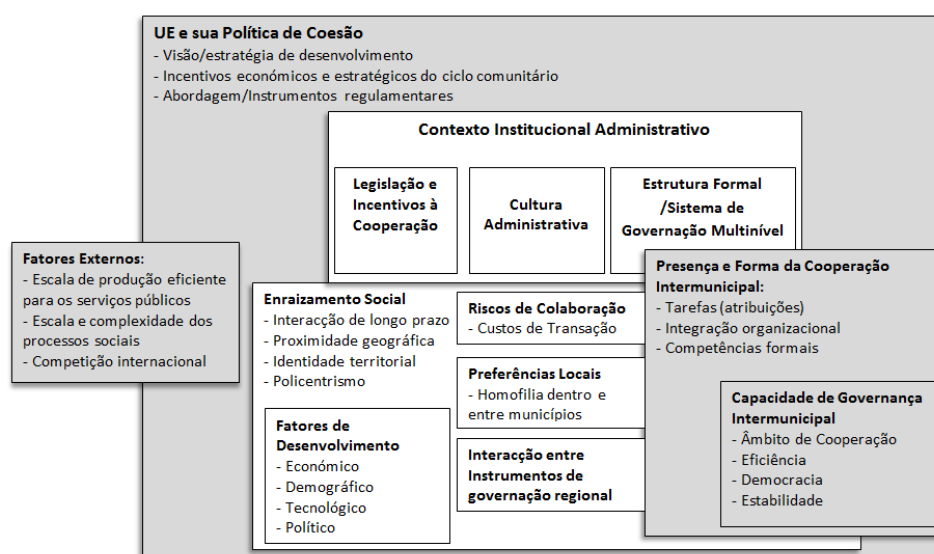
Ora, este texto conclui defendendo que, num quadro de governança multinível, não é possível falar de institucionalização dos instrumentos de cooperação intermunicipal sem ter em conta a Europeização, através dos (10) “incentivos, financeiros e estratégicos, da Política de Coesão da UE”, como um fator central e primário dessas soluções, sobretudo ao nível do planeamento e coordenação de políticas à escala intermunicipal/regional. A norma, de que Portugal é um caso emblemático, é para que os arranjos de governança para aceder a fundos

europeus tenham surgido fora da estrutura tradicional de governo, e, gradualmente, se tenham formalizado, com as aprendizagens introduzidas a cada ciclo comunitário, alterando essa mesma estrutura (Monteiro e Romão, 2018).

Mesmo ao nível das reformas territoriais, a recente consolidação das Comunidades Intermunicipais (Lei 75/2013, de 12 de setembro) foi realizada na sequência das orientações do Eurostat para a uniformização do sistema NUTS, para que fosse possível monitorizar os níveis de desenvolvimento regional e a distribuição dos fundos no âmbito da Política de Coesão. Só assim se pode explicar o elevado experimentalismo observado em termos de cooperação intermunicipal num país cuja estrutura administrativa se encontra fortemente polarizada entre as escalas nacional e municipal (Oliveira e Breda-Vázquez, 2016).

O que se está aqui argumentar é que, em muitos dos casos, foi mais a experiência no planeamento e coordenação regional promovida pela programação da UE que lançou as bases para que os Estados-membros adotassem soluções de cooperação intermunicipal do que a procura por ganhos de escala na prestação de serviços. Assim, o Esquema 3 apresenta uma síntese dos fatores identificados na revisão conceptual das relações entre cooperação intermunicipal e governança multinível, adicionando mais três como pano de fundo dos restantes, designadamente: as visões/estratégias europeias (agendas de desenvolvimento); os instrumentos para as concretizar em cada quadro comunitário; e as respostas institucionais para a implementação de tais instrumentos (essas sim, condicionadas pelas dimensões apresentadas). Estamos em crer que estes fatores podem ajudar a explicar melhor os arranjos de cooperação intermunicipal adotados, do que os contextos institucionais nacionais por si só (Ferreira e Seixas, 2017).

Esquema 3 - Sistema de influências entre dimensões da cooperação intermunicipal e capacidade de governança multinível



Fonte: elaboração própria.

O que foi dito anteriormente não invalida as evidências da tendente institucionalização destes arranjos na estrutura formal e do seu alargamento (efeito de transbordamento) a outras áreas. Pelo contrário, serve para relançar o debate sobre cooperação intermunicipal em linha com o debate sobre governança multinível/ territorial e o papel que estes novos arranjos desempenham nesse contexto. Ou seja, a forma como cada país ao longo de cada quadro comunitário foi respondendo aos requisitos regulamentares para o acesso fundos europeus, e a forma como essas experiências foram selecionadas, aprendidas e acumuladas, dando origem a mudanças em que se institucionalizaram os novos arranjos de cooperação intermunicipal (*path dependency*), são questões que nos parecem centrais e que a pesquisa compara sobre cooperação intermunicipal deverá dar mais atenção no futuro.

Bibliografia

- BANCHE, Ian; FLINDERS, Matthew (2004), “Multi-level Governance and the Study of the British State”, *Public Policy and Administration*, 19:1, pp. 31-51.
- BARCA, Fabrizio (2009), *An agenda for a reformed cohesion policy. A place-based approach to meeting European Union challenges and expectations*, Independent Report, Commissioner for Regional Policy.
- BORKOWSKA-WASZAK, Sylwia; FERRY, Martin (2018), *Political-Administrative Interactions in Inter-Municipal Cooperation: the Case of Integrated Territorial Investments in Poland*, 1st International Workshops on Public Policy, June 26th-28th, Pittsburgh, USA.
- BÖRZEL, Tanja A.; RISSE, Thomas (2003), “Conceptualizing the Domestic Impact of Europe”, in Keith Featherstone; Claudio Radaelli (eds.), *The Politics of Europeanisation*, Oxford, Oxford University Press.
- CASTRO, Aline Conti (2015), “O processo de implementação da política de coesão europeia em Portugal: o avanço do diálogo político-democrático e as nuances da governação multinível assimétrica”, *Debater a Europa*, 12, pp. 45-73.
- CHARBIT, Claire (2011), *Governance of Public Policies in Decentralized Contexts: The Multi-level Approach*, OECD Regional Development Working Papers. Paris, OECD Publishing.
- DĄBROWSKI, Marcin (2013), “Europeanizing Sub-national Governance: Partnership in the Implementation of European Union Structural Funds in Poland”, *Regional Studies*, 47:8, pp. 1363-1374.
- FALUDI, Andreas (2012), “Multi-Level (Territorial) Governance: Three Criticisms”, *Planning, Theory & Practice*, 13:2, pp. 197-211.
- FEIO, Paulo Areosa; CHORINCAS, Joana (2009), “Governança Territorial e Inovação de Políticas Públicas”, *Prospetiva e Planeamento*, 16, pp. 137-157.
- FEIOCK, Richard (2013), “The Institutional Collective Action Framework”, *The Policy Studies Journal*, 41:3, pp. 397-425.

- DIAS, Ricardo Cunha e SEIXAS, Paulo Castro (2021), “Cooperação intermunicipal e capacidade de governança: uma revisão conceptual”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLII, pp. 61-82
- FERREIRA, Filipe; SEIXAS, Paulo Castro (2017), “Portugal 2020 e o Novo Glossário do Desenvolvimento Territorial: Territorialização ou Neoinstitucionalização?”, *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 9:3, pp. 487-499.
- FIGUEIREDO, António Manuel (2009), *O QREN e a Territorialização das Políticas Públicas*, Lisboa, Observatório do QREN.
- HAJER, Maarten A.; WAGENAAR, Hendrik (2003), *Deliberative Policy Analysis. Understanding Governance in the Network Society*, Cambridge, UK, Cambridge University Press.
- HOOGHE, Liesbet; MARKS, Gary (2003), “Unraveling the Central State, but How? Types of Multi-level Governance”, *American Political Science Review*, 97:2, pp. 233-243.
- HULST, Rudie; VAN MONTFORT, André (2007), *Inter-municipal cooperation in Europe*, Netherlands, Springer.
- HULST, Rudie; VAN MONTFORT, André; HAVERIJENNI, Aarto; AIRAKSINEN, Jenny; KELLY, Josephine (2009), “Institutional shifts in inter-municipal service delivery: An analysis of developments in eight Western European countries”, *Public Organization Review*, 9:3, pp. 263-285.
- HULST, Rudie; VAN MONTFORT, André (2011), “Institutional features of inter-municipal cooperation: Cooperative arrangements and their national contexts”, *Public Policy and Administration*, 27:2, pp. 121-144.
- IFDR. (2010). *A Territorialização das Políticas Públicas em Portugal – Relatório de Base*, Lisboa, IFDR.
- KNILL, Christoph; LEHMKUHL, Dirk (1999), “How Europe matters: different mechanisms of Europeanization”, *European Integration online Papers (EIoP)*, 3:7, pp. 1-33.
- MARKS, Gary (1992), “Structural Policy in the European Community”, in Alberta Sbragia, (ed.), *Europolitics Institutions and policymaking in the new European Community*, Washington DC, Brookings Institute, pp. 191-224.
- MARKS, Gary (1993), “Structural Policy and Multilevel Governance in the EC”, in A. Alan Cafruny and Glenda Rosenthal (eds.), *The State of the European Community*, Boulder, Lynne Rienner, pp. 391-410.
- MONTEIRO, Susana; HORTA, Ana (2018), “Governança Multinível em Portugal: Fundamentos Teórico-Conceptuais”, *Coleção Políticas e Territórios*, Working Paper N° 03, pp. 1-34.
- MONTEIRO, Susana; ROMÃO, Nuno (2018), “Governança Multinível em Portugal: Descentralização Sub-regional e Local e o Papel dos Fundos Europeus”, *Coleção Políticas e Territórios*, Working Paper N° 04, pp. 1-35.
- MOURATO, João (2013), “The functional gap: a reflection on the limits to institutional capital”, in José Alberto Rio Fernandes; Lúcio Cunha; Pedro Chamusca, (org.), *Geografia & Política, Políticas e Planeamento*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 166-177.
- OLSEN, Johan P. (2002), “The Many Faces of Europeanization”, *JCMS*, 40:5, pp. 921-952.
- OLIVEIRA, Carlos; BREDÁ-VÁZQUEZ, Isabel (2016), “Políticas Territoriais e Coordenação Intermunicipal em Portugal: Os Dilemas da Ação Coletiva”, *Ipea, Boletim Regional, Urbano e Ambiental*, 14, pp. 83-92.
- PIERRE, Jon; PETERS, B. Guy (2000), *Governance, politics and the state*, New York, St. Martin’s Press.

DIAS, Ricardo Cunha e SEIXAS, Paulo Castro (2021), “Cooperação intermunicipal e capacidade de governança: uma revisão conceptual”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLII, pp. 61-82

PUNTILLO, Pina (2017), “Inter-municipal cooperation in service delivery and governance: insights from Italy”, *Int. J. Business Governance and Ethics*, 12:3, pp. 1-21.

RADAELLI, Claudio M. (2008), “Europeanization, Policy Learning, and New Modes of Governance”, *Journal of Comparative Policy Analysis*, 10:3, pp. 239-254.

SAURUGGER, Sabine; RADAELLI, Claudio M. (2008), “The Europeanization of Public Policies: Introduction”, *Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice*, 10:3, pp. 213-219.

SILVA, Patrícia; TELES, Filipe; FERREIRA, Joanna (2018), “Intermunicipal cooperation: The quest for governance capacity?”, *International Review of Administrative Sciences*, 84:4, pp. 619-638.

SWIANIEWICZ, Pawel; TELES, Filipe (2019), “The Institutionalization of Inter-municipal Arrangements in Europe: Findings from the Unusual Suspects”, *Transylvanian Review of Administrative Sciences*, 57 E, pp. 119-136.

TAVARES, António (2015). *Cooperação Intermunicipal na Europa: Uma Aplicação do Enquadramento da Ação Coletiva Institucional*, Sumário pormenorizado da lição de síntese no âmbito da unidade curricular de Governo e Administração Local, EEG/Universidade do Minho.

TAVARES, António; FEIOCK, Richard (2017), “Applying an Institutional Collective Action Framework to Investigate Intermunicipal Cooperation in Europe”, *Perspectives on Public Management and Governance*, 1:4, pp. 299-316.

TELES, Filipe (2016), *Local Governance and Intermunicipal Cooperation*, Basingstoke, UK, Palgrave.

Ricardo Cunha Dias (autor de correspondência). Centro de Administração e Políticas Públicas (Lisboa, Portugal). Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa. Endereço de correspondência: Rua Almerindo Lessa, 1300-633 Lisboa, Portugal. Email: rdias@iscsp.ulisboa.pt

Paulo Castro Seixas. Centro de Administração e Políticas Públicas. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa. Endereço de correspondência: Rua Almerindo Lessa, 1300-633 Lisboa, Portugal. Email: pseixas@iscsp.ulisboa.pt

Artigo recebido em 20 de junho de 2021. Aprovado para publicação em 20 de outubro de 2021.

***Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Marcas e transformações de um agente de produção científica sociológica (1991-2020)**

Maria João Oliveira

Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

Resumo

O artigo analisa as principais marcas e transformações da *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, ao longo dos seus trinta anos e cinquenta números publicados. Os dados que se apresentam são de natureza descritiva e dizem respeito às características estruturais da revista, dos seus autores e textos publicados. Através deste caso, pretende-se contribuir, no campo da sociologia da ciência, para a compreensão do percurso da produção do conhecimento sociológico em Portugal.

Palavras-chave: *Sociologia*; produção científica; revistas.

Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Marks and transformations of an agent of sociological scientific production (1991-2020)

Abstract

This article analyses the main marks and transformations of *Sociologia* - journal of the Faculty of Arts and Humanities of the University of Porto, over its thirty years and fifty published issues. The data presented is of a descriptive nature and concerns the structural characteristics of the journal, its authors, and published texts. Through this case, it is intended to contribute, in the field of the sociology of science, to the understanding of the path of the production of sociological knowledge in Portugal.

Keywords: Sociology; scientific production; journals.

Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Marcas y transformaciones de un agente de producción científica sociológica (1991-2020)

Resumen

Este artículo analiza las principales marcas y transformaciones de *Sociologia* - revista de la Facultad de Letras de la Universidad de Porto, a lo largo de sus treinta años y cincuenta números publicados. Los datos presentados son de carácter descriptivo y se refieren a las características estructurales de la revista, sus autores y los textos publicados. A través de este caso, se pretende contribuir, en el campo de la sociología de la ciencia, a la comprensión del camino de la producción del conocimiento sociológico en Portugal.

Palabras clave: Sociología; producción científica; revistas.

Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Repères et transformations d'un agent de production scientifique sociologique (1991-2020)

Résumé

Cet article fait l'analyse des principaux repères et transformations de *Sociologia* - revue de la Faculté des Lettres de l'Université de Porto, au cours de ses trente ans et cinquante numéros publiés. Les données présentées sont de nature descriptive et concernent les caractéristiques structurelles de la revue, de ses auteurs et des textes publiés. A travers ce cas, il vise à contribuer, dans le domaine de la sociologie des sciences, à la compréhension du parcours effectué de la production de connaissances sociologiques au Portugal.

Mot-clé: Sociologie; production scientifique; revues.

Introdução

A *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, adiante designada como *Sociologia*, iniciou a sua edição em 1991 e é da responsabilidade do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP)¹, tendo sido criada por iniciativa direta do Professor António Teixeira Fernandes, seu primeiro diretor, seguindo-se no cargo João Teixeira Lopes e, posteriormente, Carlos Manuel Gonçalves.

Como o próprio nome indica, a *Sociologia* “tem como objetivo principal a divulgação de trabalhos de natureza sociológica”, com abertura a outras áreas disciplinares das ciências sociais, que primem “pela qualidade e pela relevância, em termos teóricos e empíricos”. Corresponde, aliás, no período da sua constituição, como Machado (2020) observa, a um projeto de afirmação disciplinar da sociologia no país que, a par de outras duas publicações (*Sociologia, Problemas e Práticas* e *Fórum Sociológico*), assim se demarca, em parte, das quatro revistas de ciências

¹ Para uma compreensão mais detalhada do processo de institucionalização da revista e das suas ligações ao IS-UP ver Lopes (2006).

sociais pluridisciplinares existentes no país à época (*Análise Social, Revista Crítica de Ciências Sociais, Portuguese Journal of Social Science e Configurações*). Para além desta característica, a *Sociologia* diferencia-se por ter, desde sempre, permanecido profundamente ligada à atividade científica dos docentes de sociologia da FLUP e dos investigadores do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (IS-UP), o que frequentemente se reflete na produção de conhecimento sobre processos sociais com forte significado regional e local².

Como indicador de rigor e qualidade científica, a revista garante um processo de avaliação por especialistas, em regime de duplo anonimato, dos textos submetidos. A partir de 2011 inicia, também, o seu percurso na indexação bibliográfica, com a *Latindex* e, desde então, tem alargado constantemente a sua presença em bases de referência³.

Após trinta anos de edição, quarenta volumes e dez números temáticos publicados, faz-se neste artigo um mapeamento das características estruturais da *Sociologia*, dos seus autores e textos publicados, procurando salientar as suas principais transformações e perceber como estas se relacionam, simultaneamente, com as dinâmicas do campo de produção científica mais latas e o desenvolvimento do campo académico da sociologia no Porto⁴, campo este que é produto, por um lado, da criação da licenciatura em Sociologia na FLUP, em 1985, por iniciativa direta do Professor Teixeira Fernandes e, em 1989, do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (IS-UP) e, por outro, dos trabalhos do Professor José Madureira Pinto, docente no grupo de ciências sociais da Faculdade de Economia da Universidade do Porto entre outro investigadores.

Pretende-se, assim, contribuir, no campo da sociologia da ciência, para a compreensão do percurso da produção do conhecimento sociológico em Portugal, cuja construção, transformação e crescimento tem vindo a ser objeto de múltiplas publicações, das quais destacamos Pinto (2004), Carmo e Pereira (2013) e Machado (2009, 2020), em jeito de balanço, numa altura em que a investigação sociológica em Portugal se considera ter atingido o estado de “institucionalização avançada”, assim definida, particularmente a partir de finais do século XX, entre muitos outros fatores, pela diversificação e alargamento das revistas sociológicas – ou de perfil pluridisciplinar, mas com destaque para a sociologia (Machado, 2009, 2020) –, como é o caso da *Sociologia*, aqui em análise.

² Recomenda-se a leitura de Pereira e Monteiro (2020) no sentido de obter um conhecimento das relações entre a investigação sociológica, a FLUP e a cidade do Porto, recomenda-se a leitura de Pereira e Monteiro (2020).

³ A revista é atualmente indexada em SciELO; DOAJ; European Index for the Humanities and the Social Sciences (ERIH PLUS); Fonte Académica (EBSCO Publishing); Redalyc.org; Google Scholar; CAPES Periódicos; Open Science Directory (EBSCO Publishing); Latindex; Sherpa/Romeo; Sociology Source Ultimate; EZB; Erih Plus; Ulrichsweb; Worldcat OCLC; Journals for Free; Academic Journals Database.

⁴ Artigos com objetivos semelhantes foram publicados, por exemplo, relativamente à revista *Análise Social* (Nunes, 1988) e *Sociologia – Problemas e Práticas* (Casanova, 1996), cuja estrutura este último nos inspira.

I. Estrutura de um percurso

A *Sociologia* editou 40 volumes e 10 números temáticos. Até 2010 (inclusive) a revista manteve-se anual, passando depois a semestral. Os números temáticos surgem em 2012 (nesse mesmo ano, com a edição de dois números), assumindo a uma periodicidade anual a partir do ano seguinte. Ao longo do tempo verifica-se a reconfiguração da sua organização interna, com vista a incrementar a flexibilidade e um manuseamento mais funcional pelos leitores. Registamos 422 textos cujo cunho científico é expressivamente dominante e, ainda, outros textos de natureza diversa (18), especialmente recensões.

Até ao volume XX (ano 2010), a revista era também o lugar onde, como Lopes (2006) faz nota, se dava visibilidade a versões desenvolvidas de comunicações apresentadas em encontros organizados pela própria revista (Dossiers) e, também, de outros artigos de “partilha de resultados de pesquisas ainda embrionárias, ou mesmo a digressões intelectuais que aparentemente – e só aparentemente – se afastam do núcleo-duro da sociologia” (Fóruns) (Lopes, 2006: 16).

Desde então, a *Sociologia* continua a aceitar trabalhos de natureza diversa – artigos, recensões, notas de investigação e ensaios bibliográficos –, mas as suas publicações têm-se restringido predominantemente ao formato artigo e recensão. Uma tendência que estará relacionada, também, com a consolidação de outras formas de publicação, como os *Working Papers IS-UP* ou a *Plataforma Barómetro Social*, ambos do IS-UP, onde textos de natureza menos estruturada ou de conteúdo mais exploratório ganham lugar.

A *Sociologia* aceita trabalhos em quatro línguas (português, francês, inglês e espanhol), visando assim alcançar um amplo campo de difusão e de internacionalização. Ainda que com expressão modesta, os textos em língua estrangeira representam 8,0% do total de textos publicados, (especificamente, 3,9% em inglês, 2,5% em espanhol e 1,6% em francês) (Quadro 1)⁵. De notar, porém, o gradual desaparecimento dos trabalhos em espanhol e dos textos em francês (Gráfico 1, em Anexo). Ganham terreno neste domínio as publicações em língua inglesa, cuja valorização, como observa José Madureira Pinto⁶ em entrevista, cresce na medida do “privilegio que é concedido nas avaliações internacionais a textos escritos em língua inglesa” (Carmo e Pereira, 2013: 718), com consequências na difusão do conhecimento para as referências fora do mundo do anglo-saxónico.

⁵ Os dados analisados no ponto I e II deste artigo referem-se ao total de textos publicados na *Sociologia* (440).

⁶ De notar que José Madureira Pinto, autor de referência da sociologia portuguesa, integra a equipa de investigadores do IS-UP desde a sua constituição.

No que diz respeito às recensões, dos 15 textos publicados, 8 são relativos a obras de autores nacionais e 6 a obras de autores estrangeiros. As primeiras recensões aparecem no volume XIII da revista (ano 2003) e, desde então, este tipo de trabalho vai sendo publicado espaçadamente. As recensões de obras de autores estrangeiros aparecem a partir do volume XX (ano 2010), a coincidir com o período de crescente internacionalização da *Sociologia*, nomeadamente no que diz respeito à indexação em bases bibliográficas internacionais.

Quadro 1 – Textos de acordo com a língua usada e as autorias (%)

LÍNGUA	
Português	92,0
Francês	1,6
Espanhol	2,5
Inglês	3,9
Total	100,0
AUTORIA	
Individual	76,3
Coautoria	23,7
Total	100,0

É ainda de assinalar que 76,3% são trabalhos de autoria individual e 23,7% em coautoria (Quadro 1). O predomínio das publicações individuais observa-se nos textos de cunho científico dominante (75,3%), mas é nas recensões/outros textos de natureza diversa (100%) que este peso mais se acentua. Cronologicamente, não só a presença de textos coletivos ganha expressão absoluta ao longo dos anos, como se observa que, não obstante as variações, o peso relativo dos textos coletivos em relação aos individuais cresce (Gráfico 2, em Anexo). O número temático 2 (ano 2012) marca, aliás, pela primeira vez, um rácio igual a 1 nos textos de coautoria em relação à autoria individual. Desde então, 10 volumes apresentam mesmo rácios superiores a 1, com destaque para o volume XXXIII (rácio 2.5) e os números temáticos 3, 4 e 10 (com rácios de 5.0, 9.0 e 3.0, respetivamente). Se esta alteração não deixa de estar relacionada com um fator externo, que remete para o crescente peso que os projetos de investigação coletiva têm vindo a assumir, nomeadamente como resultado do aumento das oportunidades de financiamento; também não é menos importante o facto de os primeiros volumes da *Sociologia* darem particularmente resposta à publicação de trabalhos relacionados com teses mestrado e doutoramento dos docentes e investigadores “da casa”, onde a autoria individual assume especial relevância⁷.

⁷ A título de exemplo, a primeira década acompanha os trabalhos de doutoramento de docentes do Departamento de Sociologia da FLUP, a saber, Azevedo (1992) e Gonçalves (1998), bem como as pesquisas de mestrado de Vilaça

II. Sociografia dos autores

Uma segunda dimensão da nossa análise diz respeito à sociografia dos autores dos trabalhos publicados na *Sociologia*. A análise que se segue merece, porém, um esclarecimento inicial. Por força de se ter observado falta de uniformidade nas informações relativas aos autores, especialmente nos primeiros anos de edição, os dados que aqui se apresentam foram recolhidos, com muita frequência, em páginas individuais ou institucionais dos autores na *web*. Feita esta nota prévia, houve ainda casos em que não conseguimos confirmar os dados, redundando na categoria “não identificado”, aqui assumida como *missing* dada a sua reduzida expressão numérica.

A primeira variável foi, não obstante, de fácil identificação. Em números absolutos, publicaram na *Sociologia* 597 autores, dos quais cerca de metade são mulheres (49,9%). Não obstante, no total de textos publicados, 54,9% são assinados, em primeiro lugar, por homens (Quadro 2), superioridade que se observa nos textos de cunho predominantemente científico (54,9%) e nos demais (55,6%).

Quadro 2 – Textos de acordo com o sexo e o grau académico do/a primeiro/a autor/a (%)

SEXO	
Homem	54,9
Mulher	45,1
Total	100,0
GRAU ACADÉMICO	
Licenciatura	9,5
Mestrado	23,7
Doutoramento	66,8
Total	100,0

Das 50 edições da revista, 18 tiveram mais mulheres como primeiras autoras do que homens, o que é mais expressivo nas publicações dos últimos dez anos (Gráfico 3, em Anexo). Até 2010, apenas os volumes VI e XIV apresentam um rácio autoras/autores superior a 1 (1.6 e 1.5, respetivamente), mas a presença das mulheres não só ganha expressão absoluta a partir de 2011, como se expande, acompanhando a tendência geral de feminização do ensino superior. Em 16 dos 30 volumes publicados entre 2011 e 2020, as mulheres têm uma assinalável participação, nomeadamente, nos números temáticos organizados. Curioso é também notar que, em textos de coautoria, a maioria é assinada, em primeiro lugar, por mulheres (52,9%), tendo-se contabilizado

(1994), Dias (1994), Lopes (1995), Parente (1996), Veloso (1996), Rodrigues (1997), Azevedo (1997), Pereira (1997), Lopes (2000), Guerra (2002) e Cruz (2002).

nestes textos a participação total de 155 mulheres e 107 homens (inclui primeiros e restantes autores).

No que diz respeito ao grau académico do primeiro autor à data da publicação, 66,8% eram doutorados, 23,7% mestres e 9,5% licenciados (Quadro 2). Entre as mulheres, a maioria (56,6%) possuía doutoramento, seguido de mestrado (33,3%) e licenciatura (10,1%). Entre os homens, a percentagem que possui doutoramento é maior (75,1%), seguido de mestrado (15,9%) e licenciatura (9,0%).

A leitura cronológica (Gráfico 4, em Anexo) permite ainda observar o predomínio de trabalhos escritos por doutorados em quase todos os números e a presença mais acentuada de licenciados em dois períodos particulares, entre 1991-1996 e 2007-2013. No primeiro caso, relacionado com o facto, já anteriormente referido, da *Sociologia* ter publicado muitos trabalhos do corpo docente de sociólogos da FLUP. No segundo caso, um período coincidente com um forte crescimento do número de diplomados e estudantes de mestrado em sociologia no país e na própria FLUP.

Predominantemente sociológica, a *Sociologia* é, como se disse acima, “igualmente, um espaço que inclui os contributos provenientes de outras áreas disciplinares das ciências sociais”. Por essa razão, interessou-nos perceber as origens disciplinares dos autores (primeiro/a autor/a), mas sublinhamos que a leitura destes dados não pode ser linear em relação à origem disciplinar do trabalho publicado, dado que a identificação disciplinar aqui apresentada diz respeito à área do último nível de formação dos autores. Acontece, porém, o caso de alguns estudantes de mestrado e doutoramento terem origens disciplinares noutras ciências, mas que à data da publicação estão a desenvolver investigação em sociologia. Proveniência, aliás, que se considera enriquecedora para o próprio desenvolvimento do trabalho sociológico.

Feita esta ressalva, 70,1% dos autores que publicaram na *Sociologia* têm como última área de formação a sociologia, correspondendo ao grande foco disciplinar da revista. Segue-se a história (3,9%), as ciências da educação (2,5%), a antropologia (2,3%), a psicologia/psicologia social (2,1%), a ciência política (1,6%) e outras trinta e cinco áreas de expressão residual (Quadro 3). Genericamente, observa-se o forte predomínio dos sociólogos na esmagadora maioria dos números publicados (Gráfico 5, em Anexo), com uma abertura crescente a outras áreas disciplinares a partir da viragem do século, mas particularmente visível entre os anos 2012 e 2015 (nomeadamente, volumes XXIV, XXV, XXVIII e números temáticos 2, 4 e 5), onde o rácio outras áreas/sociologia é igual ou superior a 1.

Quadro 3 – Textos de acordo com a área disciplinar do/a primeiro/a autor/a (%)

ÁREA DISCIPLINAR	
Antropologia	2,3
Ciências da educação	2,5
Ciência política	1,6
História	3,9
Psicologia/Psicologia social	2,1
Sociologia	70,1
Outras	17,5
Total	100,0
SITUAÇÃO OCUPACIONAL	
Docente/investigador	81,4
Outras profissões	3,7
Sem inserção profissional	1,4
Exclusivamente estudantes de Mestrado/Doutoramento	13,5
Total	100,0

No que diz respeito à situação ocupacional, 85,1% dos autores (primeiro/a autor/a) são profissionais ativos, dos quais 81,4% são docentes e/ou investigadores e 3,7% exercem outras profissões, reafirmando o forte carácter académico da publicação (Quadro 3). Ainda, 1,4% não têm inserção profissional (desempregados ou inativos) e 13,5% dos autores são exclusivamente estudantes de mestrado ou doutoramento, sendo notório o crescimento da participação destes últimos a partir de 2010 (Gráfico 6, em Anexo). A contribuir para esta tendência está, certamente, a generalização dos programas de mestrado proporcionados pela implementação do plano de Bolonha, mas, também, a abertura de muitos programas de doutoramento no país e, em particular, a abertura do programa de Doutoramento em Sociologia da FLUP, no ano 2007.

De notar, ainda, que se identificou mais de uma centena de pertenças institucionais diferentes entre os autores (primeiro/a autor/a), mas com maior expressão surgem os autores “da casa” (Quadro 4), assim considerados pela sua ligação à FLUP e/ou ao IS-UP (40,4%). Segue-se a pertença a outras instituições portuguesas de ensino/investigação, entre as quais lidera a Universidade de Lisboa (18,6%), a Universidade de Coimbra (6,4%) e outras instituições académicas da própria Universidade do Porto (5,4%). Por fim, destaca-se o facto de 13,5% dos autores terem ligação a instituições de ensino/investigação estrangeiras, entre as quais predominam as ligações ao Brasil (3,8%), Espanha (3,3%) e França (2,1%).

Quadro 4 – Pertença institucional do/a primeiro/a autor/a do texto

	%
Faculdade de Letras da Universidade do Porto/ Instituto de Sociologia da Universidade do Porto	40,4
Outras Faculdades da Universidade do Porto	5,4
Universidade de Lisboa	18,6
Universidade de Coimbra	6,4
Universidade do Minho	2,3
Ensino Politécnico público	3,6
Outras instituições académicas públicas de Portugal	1,9
Instituições académicas privadas de Portugal	4,1
Instituições académicas de Espanha	3,3
Instituições académicas de França	2,1
Instituições académicas do Reino Unido	0,6
Instituições académicas do Brasil	3,8
Instituições académicas dos E.U.A.	0,9
Outras instituições académicas estrangeiras	5,4
Instituições Não Académicas	1,2
Total	100,0

Para uma análise no tempo da presença de autores com ligação a países estrangeiros (Gráfico 7, em Anexo) – indicador que reflete, também, o grau de internacionalização da *Sociologia* –, observa-se a participação crescente de autores que trabalham no estrangeiro (portugueses ou estrangeiros). Assim, se até ao volume XII (ano 2002) ali publicam sobretudo autores que trabalham em Portugal, o período entre 2003 e 2011 corresponde a uma fase em que a revista suscita particular interesse junto de autores com origem profissional na Europa e, desde 2011, cresce a presença de autores ligados a países da América do Sul, particularmente do Brasil (Quadro 5). O desenvolvimento da internacionalização relacionada com os países lusófonos e, em particular com o Brasil, foi também referida por Machado (2020) a propósito do período de “institucionalização avançada” que a sociologia portuguesa iniciou a partir do ano 2000 e do qual a *Sociologia* é mais um exemplo. Uma tendência que o mesmo autor relaciona com o aumento do número de estudantes brasileiros, bem como de países africanos de língua portuguesa, que frequentam programas de doutoramento em Portugal; mas, também, com o crescente interesse dos sociólogos portugueses em publicar no estrangeiro, que assim deixam em aberto mais espaço para outros investigadores em território nacional. Em termos de rácio (trabalhar no estrangeiro/ trabalhar em Portugal), o valor é superior a 1 apenas no volume XXVI da revista (1.2) (ano 2013), mas nos últimos cinco anos de edição, os valores do rácio são claramente mais elevados do que em períodos anteriores (atingindo, nomeadamente, 0.75 nos volumes XXXI e XXXVI e no número temático 9).

OLIVEIRA, Maria João (2021), “*Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Marcas e transformações de um agente de produção científica sociológica (1991-2020)”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLII, pp. 83-105.

Quadro 5 – Origem geográfica de trabalho do/a primeiro/a autor/a do texto

	%
Portugal	84,5
Outro país europeu	8,3
E.U.A.	0,9
América do Sul	5,6
África	0,7
Total	100,0

III. Trabalho científico

Importa agora centrar-nos no trabalho científico publicado, exercício para o qual selecionamos apenas os trabalhos publicados nas seções “artigos” e “dossier” (382, que correspondem a 86,8% dos textos da revista), que passaremos a designar unicamente por artigos por comodidade de leitura, uma vez que ambos assumem, na sua maioria, o formato de artigo desenvolvido, ainda que, como se referiu acima, frequentemente com origem em comunicações apresentadas em encontros organizados pela própria revista (Lopes, 2006). Assim, deixamos de fora outros textos, cujas características mais específicas não permitem a análise mais fina que se segue.

Como indicador da atualidade dos artigos publicados, analisou-se a distância temporal, em anos, entre a referência bibliográfica citada mais recente e a data da publicação do texto e entre o ano da referência bibliográfica mais antiga e o ano da publicação (Quadro 6). Os dados indicam que a esmagadora maioria apresenta uma grande atualidade no domínio das referências citadas, pelo que 75,8% dos artigos cita, pelo menos, uma obra cuja data de publicação dista, no máximo, dois anos; e 19,1% citam, pelo menos, uma obra publicada até cinco anos. Por outro lado, observa-se também o uso generalizado de publicações com mais de vinte anos (89,3%), o que sugere um referencial bibliográfico abrangente.

Quadro 6 – Atualidade dos artigos publicados

Distância temporal (anos), entre a referência bibliográfica mais recente e a data da publicação do texto	%
Até 2 anos	75,8
3 a 5 anos	19,1
6 a 8 anos	3,2
9 ou mais anos	1,9
Total	100,0
Distância temporal (anos), entre a referência bibliográfica mais antiga e a data da publicação do texto	%
Menos de 10 anos	1,6
10 a 19 anos	9,1
20 a 29 anos	21,2
30 a 39 anos	23,1
40 a 49 anos	15,6
50 ou mais anos	29,3
Total	100,0

Posto isto, procurou-se caracterizar os artigos relativamente à natureza do texto que apresentam. Um exercício para o qual se reconhecem limitações, sobretudo relacionadas com diversidade de textos publicados. Uma leitura mais fina destas categorias poderia ter sido, por isso, mais profícua e interessante, mas a observação de muitas sobreposições, conduziu-nos a optar pela construção de categorias mais abrangentes. Assim, optou-se pela seguinte distinção: textos de difusão de pesquisas empíricas originais, isto é, trabalhos que apresentam uma estratégia metodológica clara e/ou são empiricamente sustentados com dados originais⁸; textos de natureza crítica e/ou reflexiva, teórico ou empiricamente ilustrados e, frequentemente, relacionados com um fenómeno social específico; e, ainda, textos de natureza ensaística, assim identificados pela diferente estruturação que apresentam, não obstante tratarem frequentemente temas inovadores e de grande complexidade, para os quais o modo ensaístico de produção de texto científico potencia a “possibilidade criadora” do autor (Alves, 2000). A categoria “outros” corresponde a textos menos desenvolvidos, relacionados com comunicações em eventos científicos, análises literárias e memórias.

Como resultado, observa-se que mais de metade da produção científica da *Sociologia* diz respeito a textos de difusão de trabalhos de pesquisa originais (53,4%), aos quais se seguem os textos de natureza crítica e/ou reflexiva (36,6%). Menos expressivos são os textos de natureza ensaística (6,5%).

⁸ De ressaltar, a este propósito, que os trabalhos relacionados com projetos de pesquisa empírica, mas que na publicação em causa não apresentam dados originais, não foram considerados para esta categoria.

Quadro 7 – Natureza dos artigos publicados

	%
Texto de difusão de pesquisa empírica original	53,4
Texto de natureza crítica/reflexiva	36,6
Texto de natureza ensaística	6,5
Outros	3,4
Total	100,0

Comparativamente, no tempo (Gráfico 8, em Anexo), é possível observar o desaparecimento dos textos de natureza mais ensaística, que muito se relacionavam com a produção científica do Professor António Teixeira Fernandes – fundador e diretor da revista – numa altura em que a *Sociologia* iniciava o seu percurso de afirmação em Portugal. Com os desenvolvimentos do campo científico português, a generalidade das revistas modernizou também as suas práticas editoriais, a fazer corresponder, nomeadamente, às exigências da adesão à indexação em bases bibliográficas internacionais, pelo que se uniformizam também as regras de submissão dos textos às revistas. É assim que se observa, por exemplo, o desaparecimento dos textos com maior volume de páginas, particularmente associados aos trabalhos de natureza mais ensaística e exclusivamente teóricos. Com esta mesma base, sobretudo a partir de 2010, os textos passam a assumir essencialmente a forma de artigos, onde se apresentam os resultados de pesquisas empíricas originais ou, por outro lado, trabalhos de revisão e/ou sistematização, teóricos ou empiricamente ilustrados, em que frequentemente o autor expõe a sua visão crítica e posicionamento face ao mesmo.

Os artigos de pesquisa empírica original têm ainda a característica de apresentarem investigações com uma abordagem metodológica predominantemente qualitativa (55,7%) às quais se seguem a quantitativa (25,2%) e a mista (19,0%). Ainda que seja difícil encontrar uma tendência ou padrão no tempo (Gráfico 9, em Anexo), a característica mais persistente é, de facto, a publicação de trabalhos baseados numa abordagem qualitativa, nomeadamente com recurso às técnicas de entrevistas, grupos focais, observação, fotografia e análise documental.

Dado o vínculo institucional da *Sociologia* à FLUP e à produção científica dos investigadores do IS-UP, procurou-se perceber também o peso relativo de trabalhos com foco em fenómenos sociais com expressão e significado regional e local, tendo sido identificado que 16,8% dos textos em artigo e dossier se debruçam sobre fenómenos e processos sociais na região norte do país, entre os quais predominam os trabalhos de pesquisa empírica original (89,1%). A análise temporal permite observar que o peso dos textos com foco na região norte é mais expressivo nos primeiros 14 volumes da revista, nomeadamente com rácio (região norte/outros)

igual ou superior a 1 nos volumes IV, V, VII, IX e XI. A partir do volume XV (ano 2005) este peso perde expressão, sendo que, para além do número temático 8, com um rácio de 1.5, apenas os volumes XXVII e XXXVIII registam um rácio de 0.5 – o mais elevado desde então.

Por fim, terminamos esta análise com uma referência às principais áreas temáticas que perpassam a história da *Sociologia* e relativamente à qual destacamos, desse logo, a organização dos dez números temáticos (Quadro 8) sobre áreas e problemáticas tão diversas e relevantes como as migrações e etnicidades, família e envelhecimento, desenvolvimento, consumo, cultura, trabalho e profissões, infância e outros processos e questões sociológicas em torna da realidade portuguesa contemporânea. A este respeito, sublinha-se o contributo dos diferentes números temáticos na consolidação do papel da *Sociologia* para o debate e reflexão em torno das políticas públicas, cumprindo, frequentemente também, o propósito de responder a desafios nacionais e internacionais muito atuais à data da sua publicação, de que são exemplos evidentes o número temático 1, no contexto do *Ano Europeu do Envelhecimento Activo e da Solidariedade entre Gerações*, mas também o número 2, publicado num momento histórico de crescente diversidade étnica e cultural em Portugal, ou o número 8, numa altura em que o turismo no país registava sucessivos picos de crescimento.

Quadro 8 – Números temáticos da *Sociologia*

Número temático	Ano	Título
1	2012	Envelhecimento demográfico: percursos e contextos de investigação na Sociologia Portuguesa
2	2012	Imigração, diversidade e convivência Cultural
3	2013	Lógicas de desenvolvimento social inclusivo e sustentável
4	2014	Ciganos na península ibérica e brasil: estudos e políticas sociais
5	2015	Práticas de consumo: valores e orientações
6	2016	Famílias e Curso de Vida: Potencialidades, limites e desafios metodológicos
7	2017	Processos sociais e questões sociológicas
8	2018	Cidade, cultura e turismo: novos cruzamentos
9	2019	A construção civil numa perspetiva sociológica: enquadramento e análise
10	2020	Direitos das crianças: abordagens críticas a partir das ciências sociais

Para além destes, procuramos identificar as principais áreas temáticas em que se inscrevem os artigos publicados nos números semestrais (isto não inclui os temáticos acima apontados). Como noutras tentativas de classificação deste género, assumem-se as limitações deste exercício, desde logo relacionadas com o facto de algumas problemáticas – de que são exemplo mais comum as questões de classe e estratificação social ou as questões de género –

serem transversais a muitas áreas de especialização da sociologia. Não obstante, parece-nos que ganhamos mais com este exercício do que perdemos ao ensaiá-lo, pelo que arriscamos a seguinte categorização.

Entre as áreas temáticas destacam-se, então, os trabalhos na área clássica do trabalho, organizações e profissões (15,8%), com presença em 25 volumes e persistência duradoura. Seguem-se, com frequência consistente, a área de educação e formação (10,8%), presente em 18 volumes da *Sociologia*, e a área da cultura (9,2%), presente em 21 volumes. Com menor peso e uma expressão mais espaçada no tempo, surgem textos sobre movimentos sociais, associativismo, cidadania (5,4%), política, poder e estado (5,1%), território (4,7%), teoria, métodos e metodologia sociológica (4,4%), religião (4,1%) e família (3,8%). Sucede a temática do envelhecimento (3,5%) – com expressão particular no volume XV, das políticas públicas e políticas sociais (2,8%), das identidades e representações sociais (2,5%) – mais presente nos primeiros 13 volumes – e, a partir de 2012, a área do ambiente e sustentabilidade (2,2%). Regista-se, ainda, a área das classes e estratificação/exclusão social (2,2%), claramente sub-representada pelas razões que referi acima; da saúde e bem-estar (1,9%), migrações e etnicidades (1,5%), terceiro setor (1,5%) e análise ao campo científico em termos globais (1,5%). Por fim, residualmente, surgem ainda os textos nas áreas do desporto, juventude, turismo, género, media, consumos, desenvolvimento, valores, crescimento e inovação, afetos e linguística.

Em trinta anos de difusão de conhecimento, pode dizer-se que não apenas os números temáticos da *Sociologia*, mas também os seus 40 volumes, espelham a crescente diversificação temática do campo científico, visível também, por exemplo, nos congressos da Associação Portuguesa de Sociologia (Machado, 2020; Pinto, 2004; Vilaça, 2002) ou na Bibliografia Temática e Cronológica da Investigação Sociológica em Portugal (Machado, 2020). Não obstante, com grande coerência, permanece simultaneamente ligada às áreas que são, identicamente, as linhas temáticas do IS-UP: Trabalho, Família e Políticas sociais e Recomposições sociais, Cultura e Território.

Notas finais

A forma como a *Sociologia* evoluiu não escapa às dinâmicas da realidade portuguesa, por exemplo, ao nível dos problemas sociais emergentes e da própria agenda política; e às condições de produção do próprio conhecimento científico – nomeadamente, ao nível do financiamento às unidades e projetos de investigação, da abertura da sociologia e dos sociólogos à internacionalização, ou da crescente diversificação e generalização de programas de mestrado e doutoramento em sociologia (Machado, 2020, 2009; Pinto, 2004). Mas, como se tentou explicar

também, a *Sociologia* apresenta igualmente um percurso próprio, que muito se relaciona com o desenvolvimento do campo académico no Porto e as suas lógicas de institucionalização e afirmação. Com grande coerência, deve afirmar-se, a revista mantém características que salientam a sua marca, com são o foco predominante na sociologia, o carácter predominantemente académico, a difusão de trabalhos com significado regional e a forte ligação a áreas temáticas consolidadas.

Não obstante, estas e outras características não assumiram sempre a mesma expressão. Se diminuirmos o foco da nossa lente, é possível distinguir algumas marcas que diferenciam dois períodos de desenvolvimento da revista. Um primeiro momento, aproximadamente entre 1991 e 2010, marcado pelo predomínio de trabalhos de autoria individual, a presença mais expressiva de autores do sexo masculino, bem como de autores disciplinarmente ligados à sociologia e a instituições portuguesas, e a presença de textos de natureza ensaística. A segunda fase inicia-se, aproximadamente, a partir de 2011, e demarca-se pelo retorno a um número de seções mais reduzido, passando a publicar, sobretudo, artigos e resenhas; pela abertura a autores com formação em outras disciplinas; e pela expansão da presença de mulheres autoras, bem como de estudantes de mestrado e doutoramento. Por outro lado, a abertura que em 2002 se tinha observado relativamente à presença de autores com ligações a instituições estrangeiras, intensifica-se a partir de 2011, nomeadamente em relação a autores com ligações a países da América do Sul.

Pode concluir-se, neste percurso de trinta anos, que a *Sociologia* acompanha as lógicas da internacionalização, da especialização do produto científico ao nível das suas práticas editoriais e características estruturais, da indexação a bases bibliográficas internacionais e da própria diversificação disciplinar e temática do campo científico. Mas estas características, que se figuram importantes para a definição do lugar que as revistas ocupam nos dias de hoje, são especialmente desafiantes para trilhar o futuro da *Sociologia*. A sua expressão modesta em alguns domínios, num contexto cada vez mais preenchido e concorrencial, nomeadamente a nível internacional, para as revistas, mas também para os investigadores, poderá ter um papel decisivo na (re)definição dos objetivos e características que tradicionalmente definem a *Sociologia*, sugerindo que assim se deixe em aberto as muitas possibilidades dos seus próximos volumes.

OLIVEIRA, Maria João (2021), “Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Marcas e transformações de um agente de produção científica sociológica (1991-2020)”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLII, pp. 83-105.

Bibliografia

- ALVES, Isidoro M. (2000), “A ensaística e o trabalho científico”, *Logos – Comunicação e Universidade*, vol. 7 (2), pp. 14-17. [Consult. a 4.04.2021]. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/14792/11230>>.
- CARMO, Renato Miguel; PEREIRA, Virgílio Borges (2013), “Entrevista a José Madureira Pinto: Da sociologia como profissão à sociologia crítica”, *Análise Social*, XLVIII (3), pp. 684-720. [Consult. a 28.04.2021]. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_208_f01.pdf>.
- CASANOVA, José Luís (1996), “Campo sociológico e publicação – a Revista Sociologia - Problemas e Práticas (1986-1996)”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º. 20, pp. 131-168.
- LOPES, João Teixeira (2006), “A investigação sociológica no Porto: origens e encruzilhadas para o futuro”, *Sociologia – Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. VI, pp. 15-24, [Consult. a 9.04.2021]. Disponível em: <<http://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2364>>.
- MACHADO, Fernando Luís (2020), *Sociologia em Portugal: Da pré-história à institucionalização avançada*, Porto, Edições Afrontamento.
- MACHADO, Fernando Luís (2009), “Meio século de investigação sociológica em Portugal – uma interpretação empiricamente ilustrada”, *Sociologia – Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. XIX, pp. 283-343, [Consult. a 9.04.2021]. Disponível em: <<http://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2339>>.
- NUNES, Adérito Sedas (1988), “Histórias, uma história e a História – sobre as origens das modernas Ciências Sociais em Portugal”, *Análise Social*, vol. XXIV (100), pp. 11-55. [Consult. a 27.04.2021]. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223029252W8aVW7tu1Gu31FF0.pdf>>.
- PEREIRA, Virgílio Borges; MONTEIRO, Bruno (2020), “A Faculdade de Letras da Universidade do Porto, os intelectuais e a cidade: programa de investigação, ilustrações significativas e desafios analíticos”, in F. Ribeiro, C. Gonçalves, C. Natário, J. Guimarães, R.C. Homem (eds.), *Colóquio Internacional - As Letras entre a Tradição e a Inovação, Comemorações do Centenário da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 199-215. [Consult. a 30.04.2021]. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/131777>>.
- PINTO, José Madureira (2004), “Formação, tendências recentes e perspectivas de desenvolvimento da Sociologia em Portugal”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 46, pp. 11-31. [Consult. a 28.04.2021]. Disponível em: <<https://sociologiapp.iscte-iul.pt/pdfs/46/496.pdf>>.
- VILAÇA, Helena (2002), “Continuidades e mudanças nas áreas temáticas dos congressos da APS”, in *Atas do IV Congresso Português de Sociologia*, Lisboa, APS, pp. 8-9.

Site

Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Disponível em: <<https://infografiaflup.wixsite.com/flupdigitheke/product-page/sociologia>>

OLIVEIRA, Maria João (2021), “*Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Marcas e transformações de um agente de produção científica sociológica (1991-2020)”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLII, pp. 83-105.

Maria João Oliveira. Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (Porto. Portugal).
Endereço de correspondência: Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. Via Panorâmica,
s/n. 4150-564 Porto. Portugal. Email: mjoliveira@letras.up.pt

Artigo recebido em 22 de junho de 2021. Aprovado para publicação em 3 de novembro de 2021.

OLIVEIRA, Maria João (2021), “*Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Marcas e transformações de um agente de produção científica sociológica (1991-2020)”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLII, pp. 83-105.

ANEXOS

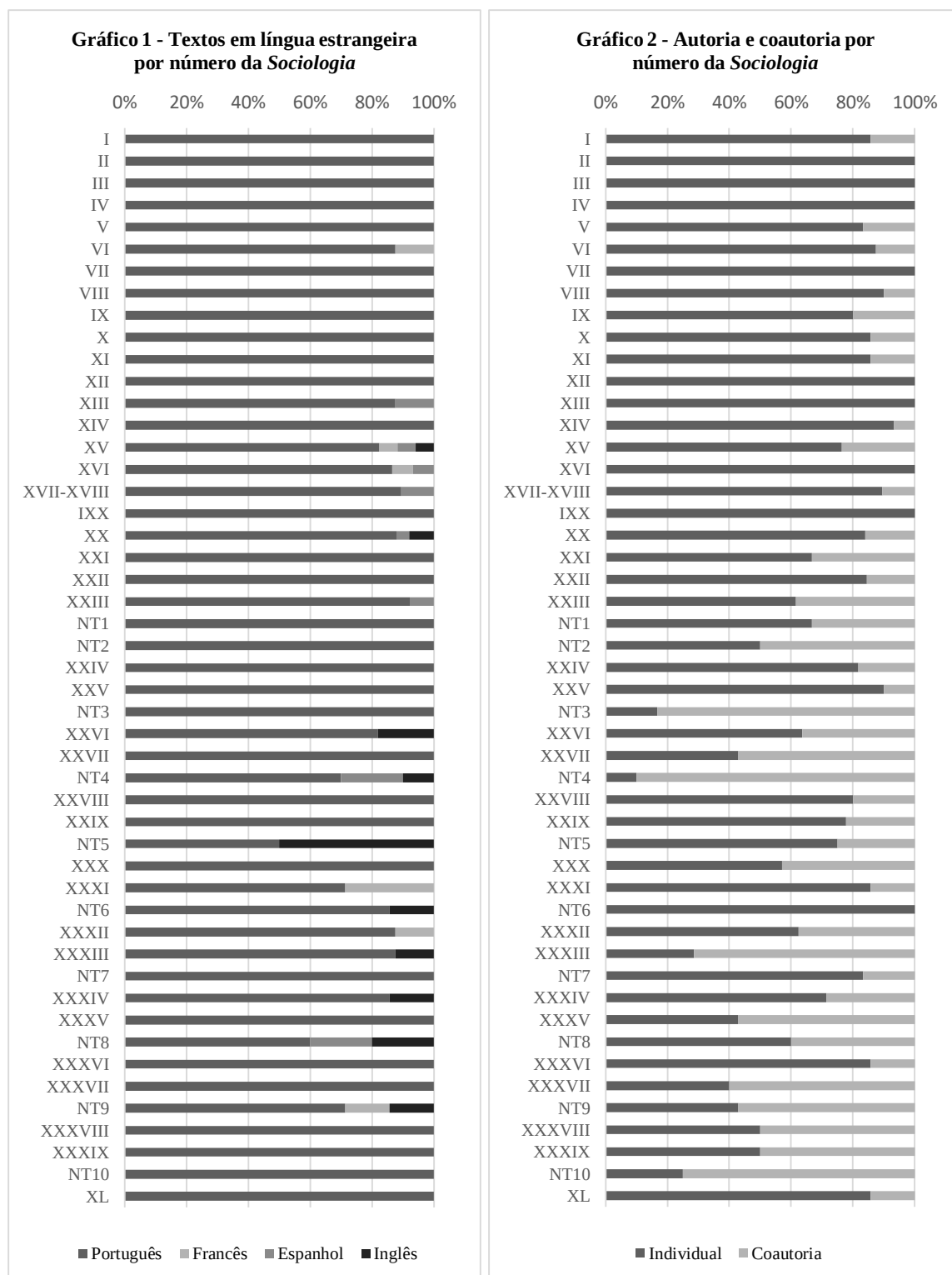


Gráfico 3 - Sexo do/a primeiro/a autor/a por número da *Sociologia*

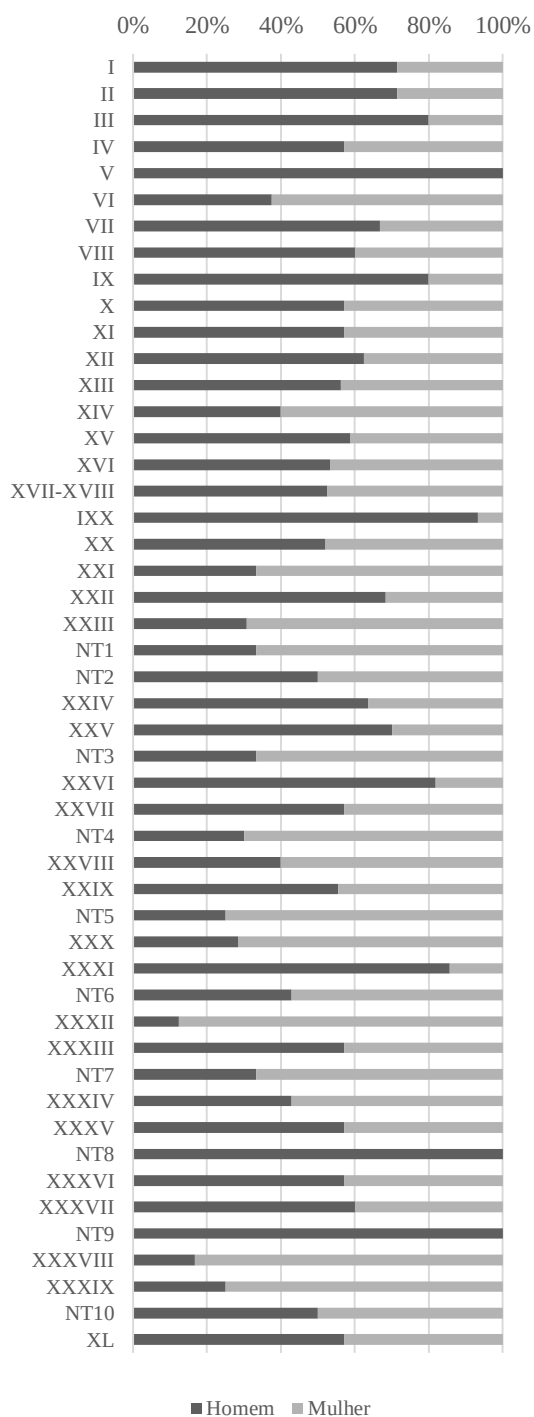
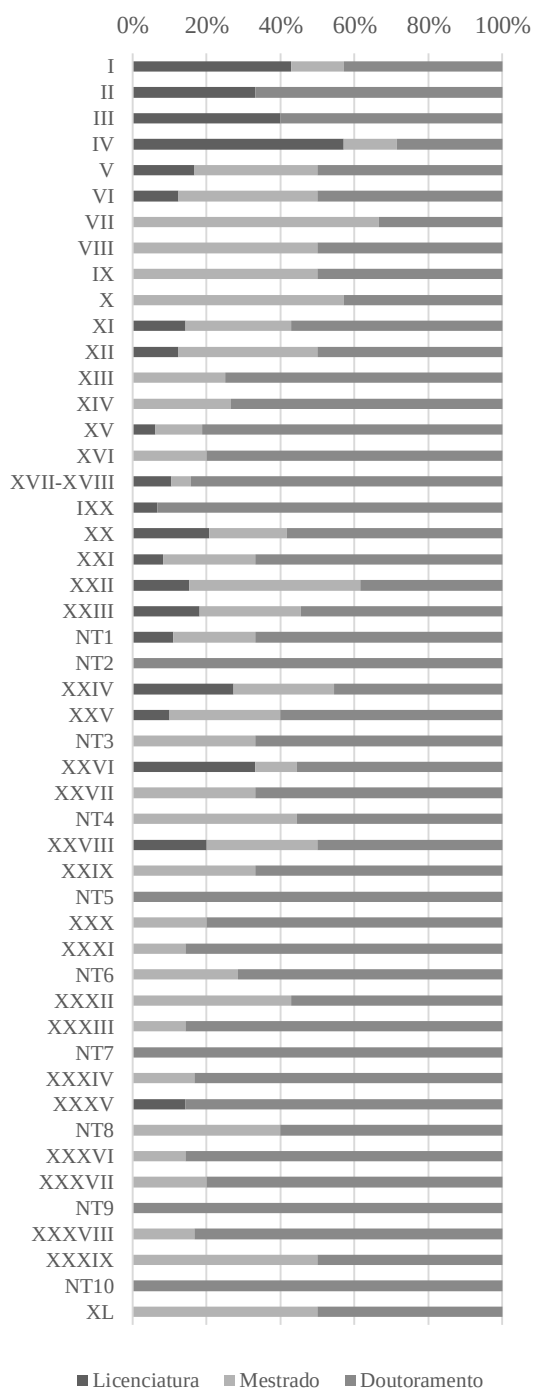


Gráfico 4 - Grau académico do/a primeiro/a autor/a por número da *Sociologia*



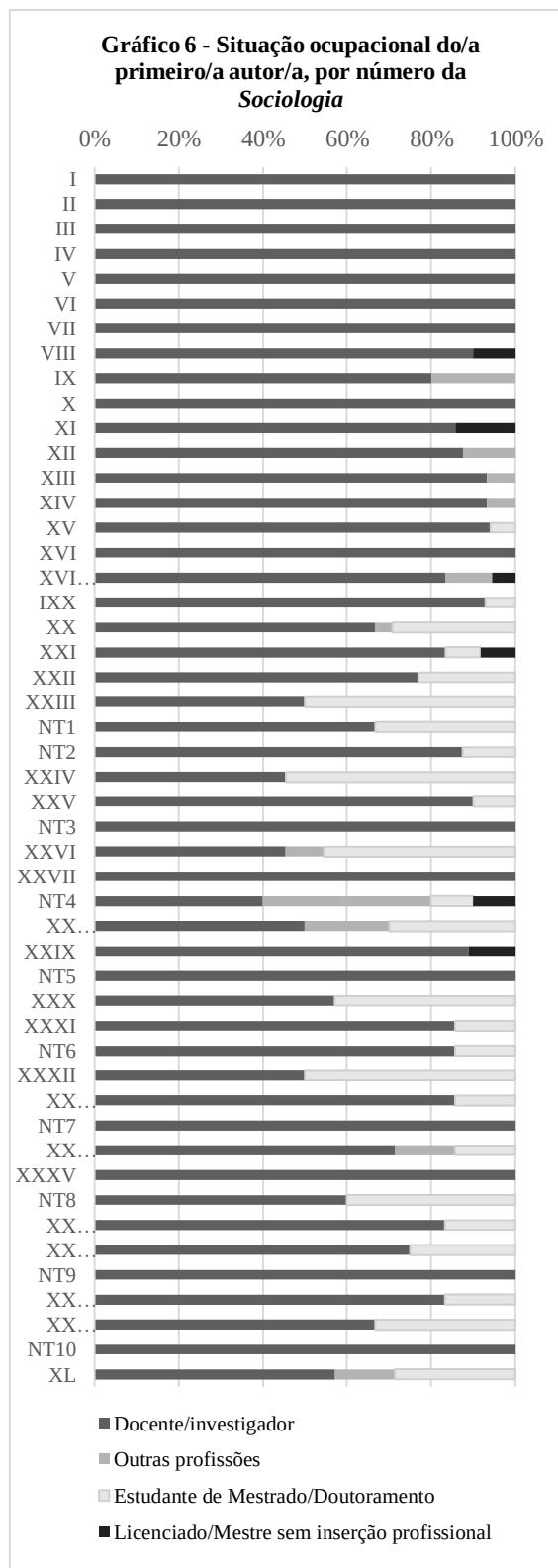
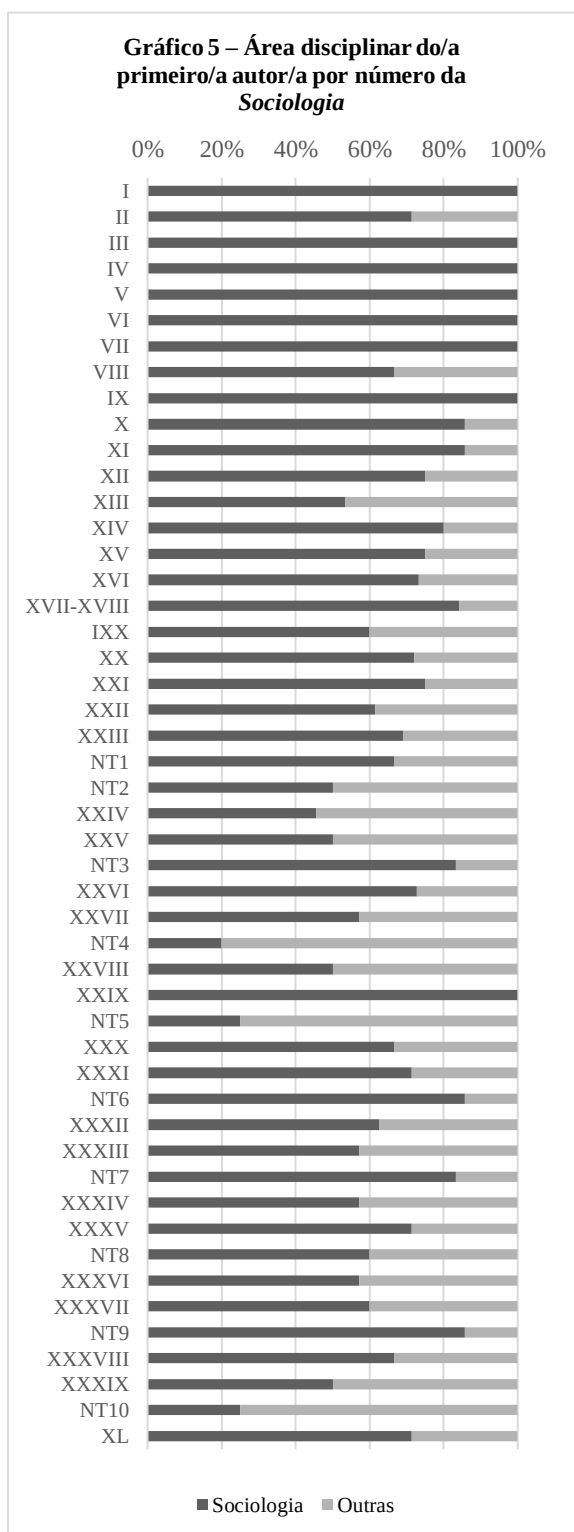


Gráfico 7 - Origem geográfica de trabalho do/a primeiro/a autor/a por número da *Sociologia*

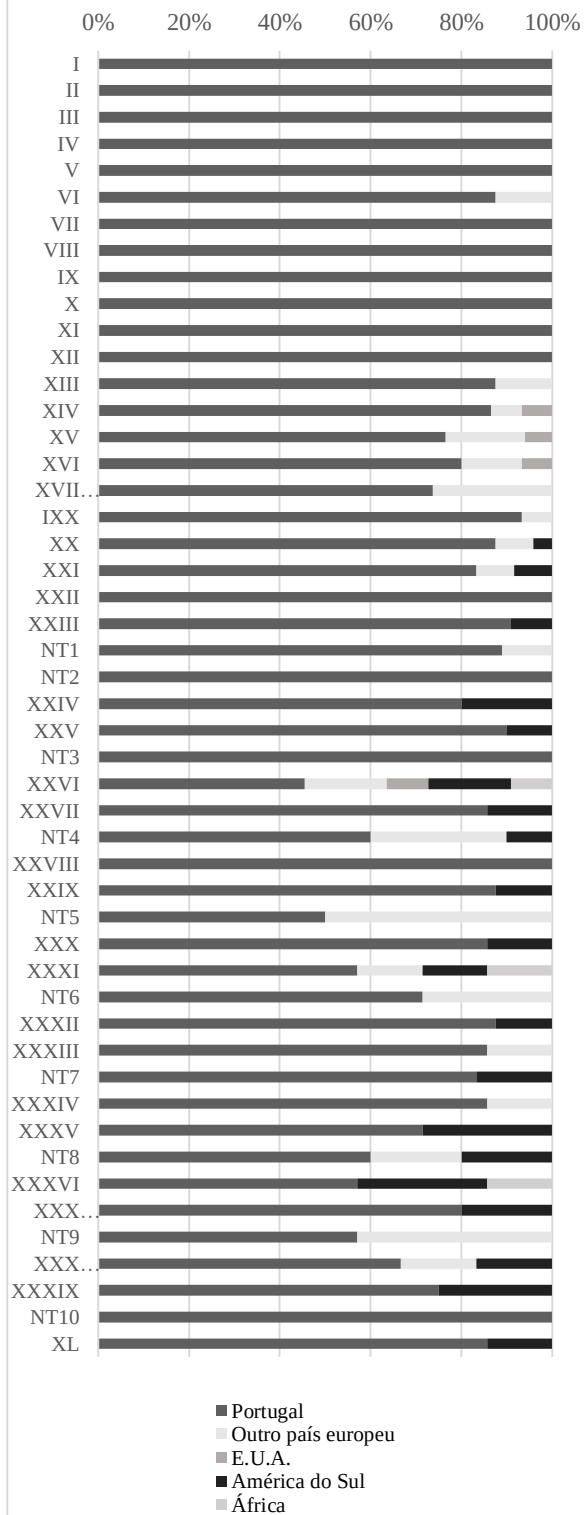
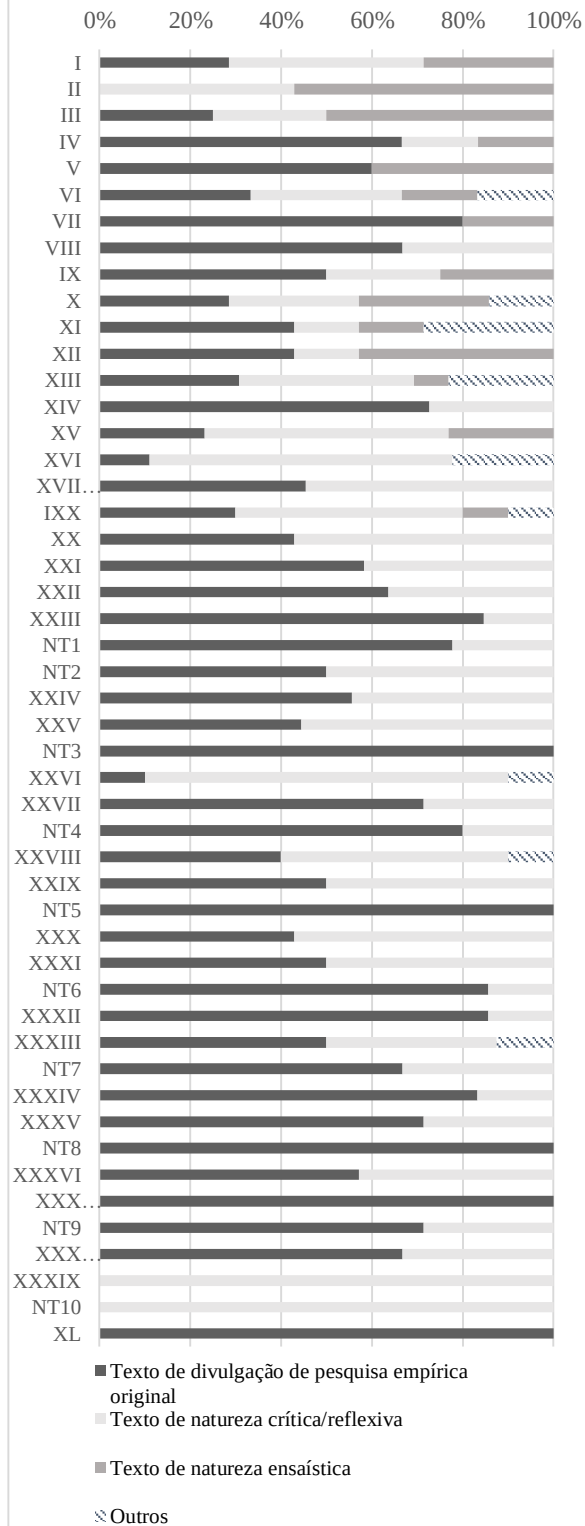
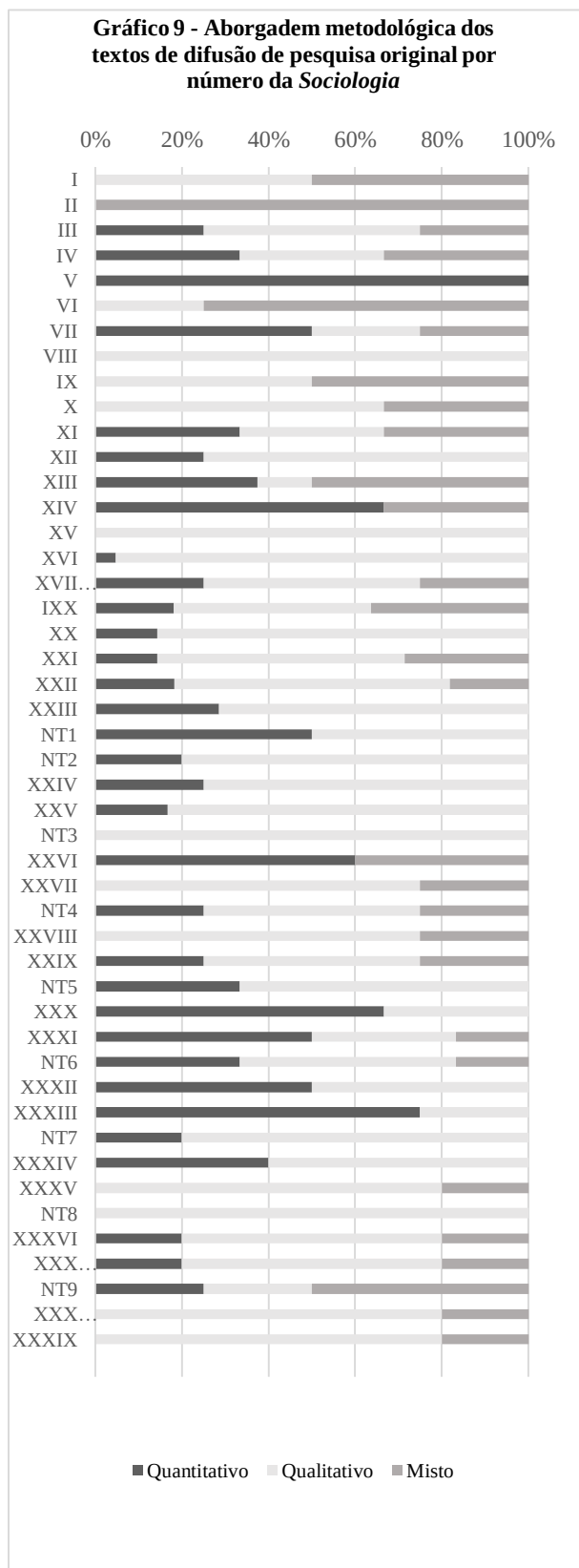


Gráfico 8 - Natureza do texto publicado em por número da *Sociologia*





Recensão

BARBALHO, Alexandre (2019), *Sistema Nacional de Cultura: campo, saber e poder*, Fortaleza, EdUECE

Ana Cíntia Moreira Sales

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

O período que vai de 2003 a 2010 corresponde, no Brasil, ao governo Lula; enquanto os anos de 2011 a 2014 são demarcados pelo governo de Dilma Rousseff. Os dois governos foram fundamentais para a estruturação das políticas públicas de cultura no país, através de diversas articulações entre áreas e órgãos federais, estaduais e municipais. Dentre os objetivos, havia o pensamento (não executado por governos anteriores) em alinhar os financiamentos e patrocínios na área da cultura por empresas estatais em linhas políticas propostas pelo Ministério da Cultura. Houve, também, o esforço em reaproximar a educação e a cultura como forma de ordenar certas ações do campo da educação com projetos de políticas públicas que estavam a ser desenvolvidos. Entre esses projetos, o Sistema Nacional de Cultura (SNC) surge com um papel estruturante e inovador. Ao SNC se estabeleceu uma função de instituir um sistema de políticas públicas culturais em conjunto com a sociedade, a integrar as políticas federais, estaduais e municipais. O diferencial desse projeto estava na exigência da criação de mecanismos que pudessem viabilizar seu funcionamento nos estados e municípios (através de órgão gestor, conselho, plano e fundo de cultura) e possibilitar algum grau de efetividade das políticas culturais, independentemente do governo vigente. Porém, o Sistema Nacional de Cultura não vingou.

Alexandre Barbalho¹ (2019) procura em seu livro *Sistema Nacional de Cultura: campo, saber e poder*, descobrir o que o esforço de elaboração e implantação do Sistema Nacional de

¹ Licenciado em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), bacharel em Ciências Sociais e mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Realizou estágio pós-doutoral em Comunicação na Universidade Nova de Lisboa. É professor adjunto do curso de História e professor permanente dos Programas de Pós-graduação em Sociologia e em Políticas Públicas da UECE e em Comunicação da UFC, e colaborador do Programa de Pós-graduação em Cultura e Territorialidades da Universidade Federal Fluminense.

Cultura revela sobre seu movimento através das instituições, discursos e poderes envolvidos. Sua pesquisa partiu do pressuposto de que o SNC não foi aceito consensualmente no interior do Ministério da Cultura, uma vez que os agentes político-culturais disputavam o estabelecimento do papel do governo na cultura e por meio de quais programas e ações ele seria efetivado. Sua primeira hipótese se baseia na ideia de que para alcançar o reconhecimento dentro do Ministério da Cultura e do próprio governo, se julgou necessário construir um saber sobre o que seria o “sistema de cultura”; e esse saber implicou em um poder disposto aos seus defensores para a implantação do SNC. Outra hipótese que orientou a pesquisa foi a de que a compreensão e a necessidade do Sistema Nacional de Cultura tiveram que ser conquistadas também no âmbito estadual e municipal, junto a agentes e instituições do campo cultural, para estabelecer um processo de hegemonização em torno da proposta.

O pesquisador delineou como suporte teórico-metodológico três conceitos básicos: campo, saber e poder. A discussão referente ao campo é fundamentada pelos estudos de Pierre Bourdieu, em que Barbalho utiliza as reflexões acerca da estrutura do espaço onde se desenvolveram as políticas, as suas particularidades, propriedades e interseções entre os campos. Para entender a correlação entre o saber e o poder, o autor recorreu à perspectiva arqueológica de Michel Foucault, o que demandou a construção de um *corpus* documental a partir dos discursos referentes ao SNC, desde seu interior – esteve a identificar e agrupar um arranjo de elementos, como também a constituir relações e os reunir de acordo com níveis de relevância. A Teoria do Discurso, desenvolvida segundo Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, ofereceu suporte metodológico para a segunda hipótese, para trabalhar a ideia de um projeto político que se tornasse efetivo devido ao estabelecimento de um conjunto de distintos discursos com o objetivo de dominar ou organizar um campo de significados.

Destaca-se na investigação realizada por Alexandre Barbalho, em seus três capítulos, a atenção aos indícios que levaram às primeiras discussões sobre a importância, necessidade e a possibilidade de criação de políticas públicas para a cultura no Brasil. Para seu desenvolvimento, se nota como imprescindível a utilização de depoimentos prestados a outras teses e dissertações através de uma leitura sistemática e estruturada de materiais existentes, o que permitiu focar em demandas ainda não investigadas. Barbalho também utilizou outros operadores conceituais e construiu a investigação por meio de um *corpus* empírico diversificado – entre documentos, entrevistas, artigos, fontes hemerográficas e outros.

O pesquisador analisa as gestões dos ministros da cultura ao longo dos doze anos delimitados – Gilberto Gil, Juca Ferreira, Ana de Hollanda e Marta Suplicy -, com a finalidade de observar as estratégias práticas e discursivas realizadas pelos agentes ligados ao processo de institucionalização da cultura no governo federal, e consequentemente, nos estados e municípios.

O pressuposto estabelecido na base da investigação se mostrou consistente. Ocorreram disputas no interior do metacampo estatal, no campo político e cultural sobre a compreensão do que seria o Sistema Nacional de Cultura, visto através da análise das tomadas de posição, valores e capitais legitimados pelos agentes arranjados no espaço. Porém, os antagonismos em relação à implantação do SNC colocaram em questão sua efetivação. Observa-se ainda a validade parcial da primeira hipótese apresentada. Assim, realmente foi construído um saber sobre o SNC com o objetivo de legitimá-lo pelos agentes dentro do Ministério da Cultura e implementá-lo, mas em um movimento de avanços e recuos que revela a fragilidade de tal saber. Por outro lado, a segunda hipótese de Barbalho apontou uma maior viabilidade, uma vez que alcançou um consenso razoável ao redor do Sistema Nacional de Cultura entre os gestores públicos das áreas estaduais e municipais, além dos agentes do campo cultural.

Barbalho mostra também que existiu um processo de hegemonização, isto é, de construção de uma ampla identidade social com a política cultural, sendo o Ministério da Cultura o agente principal na articulação de distintas posições. Tal valor hegemônico continuou até ao final do governo Dilma, em que ocorreu a adesão aos valores que o SNC reúne: a democracia, a institucionalização e o financiamento da cultura. O programa articulou ainda várias demandas históricas do campo cultural, mas em contraponto, encontrou o autoritarismo, a fragilidade institucional e a falta de recurso das políticas culturais. É interessante, no entanto, que a nível estadual e municipal ainda exista o esforço em continuar com o programa – mesmo com a crise instaurada e agravada nos governos seguintes –, como no caso do Rio de Janeiro. Por fim, o pesquisador reflete que o Sistema precisará empregar bastante esforço político e institucional para se tornar uma política relativamente estável e, conseqüentemente, ser implantado.

Alexandre Barbalho apresenta em seu livro uma pesquisa muito bem articulada, em que mostra a importância de discutir sobre a conjuntura política brasileira e as ações frente às políticas públicas culturais. As tomadas de posições, os discursos e as práticas dos agentes despendidos nos campos político e cultural evidenciam a dificuldade em dar a devida relevância à cultura no país e, principalmente, desenvolver um plano bem estruturado que consiga enfrentar os desafios que se encontram ao longo do caminho. Como o autor bem pontua, os agentes culturais externos são imprescindíveis para a reformulação e continuidade do projeto – além do modo em que a sociedade irá se apropriar ou não dele. Fica a preocupação com a conjuntura político-partidária que se estabeleceu desde o governo Temer e tornou ainda mais escassos os financiamentos para a área. Por outro lado, fica também a necessidade de se investigar mais e responder as diversas questões existentes acerca das políticas públicas culturais no Brasil.

Recensão: BARBALHO, Alexandre (2019), *Sistema Nacional de Cultura: campo, saber e poder*, Fortaleza, EdUECE por SALES, Ana Cíntia Moreira (2021), *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLII, pp. 106-109.

Ana Cíntia Moreira Sales. Investigadora integrada ao Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (Porto. Portugal). Doutoranda em Sociologia na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Endereço de correspondência: Instituto de Sociologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica, s/n, 4150-564 Porto (Portugal). E-mail: up202000687@edu.letras.up.pt

Recebido em 21 de setembro de 2021. Aprovado para publicação em 10 de novembro de 2021.

Recensão

DAVIS, Angela (2018),. *Estarão as prisões obsoletas?*, Rio de Janeiro, Brasil: Difel.

Paula Calainho Teixeira

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

O livro de Angela Davis¹ (2018) foi originalmente publicado nos Estados Unidos da América com o título “*Are prisons obsolete?*” e traduzido para o português no ano de 2018 por Marina Vargas. A obra traz uma análise histórica sobre o processo de encarceramento em massa norte-americano, numa perspectiva crítica sobre um sistema industrial-prisional firmado no lucro e estruturalmente baseado em ideologias punitivas opressoras e discriminatórias de classe, gênero, etnia e raça.

Fundamentada em dados estatísticos, fatos e processos históricos, a obra está dividida em seis capítulos, nos temas: 1. Reforma e abolição do sistema prisional; 2. Escravidão, direitos civis e abolicionistas; 3. Aprisionamento e reforma; 4. Gênero e estrutura prisional; 5. Complexo industrial-prisional e 6. Alternativas abolicionistas.

O primeiro capítulo fomenta a reflexão sobre as certezas da necessidade e eficácia de um sistema punitivo e prisional e a possibilidade de um mundo sem o cárcere. Estimula-se a desvinculação dos conceitos de crime e castigo e a idealização de uma nova ordem social sem a busca pela falsa tríade: punição, arrependimento e ressocialização. Diferente dos reformistas, Davis defende a abolição do encarceramento por considerar o sistema penal e prisional formas de controle social que, além de não questionarem as origens sociais dos fatos ditos “indesejáveis”, atuam com violência e forte discriminação de classe, raça e gênero. Para Ruth Gilmore as prisões são “uma solução geográfica para problemas socioeconômicos” (Gilmore, 1998: 174 *as cited in* Davis, 2018: 12).

¹ Angela Yvonne Davis nasceu nos EUA, é filósofa marxista, pesquisadora e docente na Universidade da Califórnia. Militante desde a sua juventude, integrou o Movimento dos Panteras Negras e esteve dezesseis meses na prisão aguardando julgamento, sendo posteriormente absolvida. Atuou em diferentes organizações de proteção aos direitos humanos, especialmente com lutas ligadas ao racismo, gênero e o aprisionamento. Autora de vários livros, entre eles: “Mulheres, raça e classe”; “Mulheres, cultura e política” e “A liberdade é uma luta constante”.

Apesar de reconhecer a necessidade de reformas em questões urgentes como o abuso sexual, a violência e a negligência médica, a autora defende que discussões reformistas impedem a compreensão de outros tipos de justiça que não a punitiva, assim como alternativas ao encarceramento. “O desafio mais difícil e urgente hoje é explorar de maneira criativa novos terrenos para a justiça nos quais a prisão não seja mais nossa principal âncora” (Davis, 2018: 18).

Segundo Davis, a mídia e o senso comum naturalizam as prisões. A partir de um discurso de segurança da sociedade pelo aprisionamento dos “indesejáveis”, a prisão ganha *status* de garantia de direitos e torna-se algo incontestável, mesmo quando baseada em práticas de segregação e banimento com fortes tendências racistas. Desta forma, impede-se a consideração de uma ordem social não fundamentada na imposição do medo do aprisionamento em local desumano, extirpado da presença da família e da comunidade. Desde a escola, principalmente as presentes em comunidades pobres e negras, a filosofia do castigo e do cárcere vai sendo incutida paulatinamente em conceitos de disciplina e segurança.

A autora descreve que o pensamento abolicionista é frequentemente visto como “impensável e implausível” e seus defensores, “idealistas e utópicos” (Davis, 2018: 7). Mesmo aqueles considerados “ativistas antiprisionais” acabam por defender e se contentar com profundas reformas no sistema e melhorias nas condições prisionais. Segundo Davis, a realidade prisional e as alternativas ao encarceramento são raramente discutidas, afinal, a proporção de aprisionados é fortemente desigual, sendo maioritariamente comunidades pobres negras, latinas e asiático-americanas. Para estas a prisão faz parte da vida, sendo praticamente inevitável. Questiona, porém: “Estamos dispostos a relegar um número cada vez maior de pessoas de comunidades racialmente oprimidas a uma existência isolada, marcada por regimes autoritários, violência, doenças e tecnologias de reclusão que produzem severa instabilidade mental?” (Davis, 2018: 8).

O quarto capítulo traz uma análise fundamentada nas questões de gênero do sistema prisional, agravadas nos mesmos grupos oprimidos masculinos. Destacam-se temas como: a estrutura originalmente pensada para os homens; as práticas ressocializadoras baseadas nos estereótipos femininos, como culinária e atividades domésticas; a vivência das mulheres negras, além da grave realidade de abuso sexual das prisões femininas. Para a autora a escassa discussão política e o raro combate pelos agentes públicos das más condições e das práticas racistas e misóginas do cárcere feminino só potencializam a violência.

Em uma realidade em que mais de 2 milhões de pessoas vivem encarceradas nos EUA, vê-se a ineficácia do discurso da Era Reagan em 1980 sobre a relação direta entre o aumento do encarceramento e a redução da criminalidade para a paz social. Os aumentos da violência e da

reincidência induzem a conclusão sobre a ineficácia do sistema carcerário e seu propósito ressocializador.

A obra expõe uma política norte-americana de prestação mínima de direitos fundamentais e de poder punitivo estatal máximo, criando um “complexo industrial-prisional”. Proliferam-se prisões e uma estrutura privada altamente lucrativa, seja na sua administração, construção, fornecimento de bens e serviços ou na utilização de mão de obra encarcerada. Davis defende que o lucro gerado pelo encarceramento em massa é movido pelos interesses capitalistas e cria um círculo vicioso que traz destruição social e estimula a reprodução das condições que geraram a punição.

A autora compara o sistema de arrendamento de condenados com a escravidão, sendo aquele ainda mais terrível. Enquanto a morte de um escravo significava uma perda de investimento, os condenados eram forçados a trabalhar até a morte, sendo fácil e rapidamente repostos. O sistema passa a negar as penas mínimas, já que as longas representam maior lucro. Apesar de inexistir atualmente o sistema de arrendamento de condenados, o trabalho no cárcere persiste, perfazendo-se mais uma forma lucrativa de exploração.

A historiadora Mary Ellen Curtin aponta que “Depois da emancipação, os tribunais se tornaram o lugar ideal para exercer a retaliação racial” (Curtin, 2000: 44, *as cited in* Davis, 2018: 31). Para Davis a política de repressão e encarceramento em massa reflete o racismo pós-abolicionismo. Apresenta-se uma visão perspectivada da prisão considerando o processo histórico de escravidão, linchamento e segregação de comunidades negras, atualmente reproduzidas nas classes pobres, latinas e asiáticas. Uma política punitiva e de segregação que espelha a incapacidade da comunidade branca hegemônica de aceitar a existência de grupos minoritários em situação de igualdade. Sem maiores dificuldades em admitir a prática ideológica, o crime é imputado à cor, sendo reconhecido que nos EUA a “raça sempre desempenhou um papel central na construção de presunções de criminalidade” (Davis, 2018: 26). Os Códigos Negros, o uso da 13ª Emenda Constitucional como brecha para políticas racistas e os procedimentos formais de certos Departamentos de Polícia - que mesmo sem causa prevêem o aumento da detenção de negros e latinos - comprovam.

Ao final o texto apresenta perspectivas abolicionistas e - contrariamente a uma solução única para as políticas de punição, repressão e encarceramento com base na classe, raça, etnia e género – defende a implantação de inúmeras mudanças radicais em diferentes aspectos da sociedade. A obra de Davis defende a politização das discussões sobre o sistema punitivo e prisional a fim de encontrar alternativas ao cárcere, assim como garantir a todos, sem discriminação, o acesso aos direitos fundamentais. Consagra-se como uma relevante obra reflexiva sobre questões complexas e urgentes de direitos humanos.

Recensão: DAVIS, Angela (2018), *Estarão as prisões obsoletas?*, Rio de Janeiro, Brasil: Difel por TEIXEIRA, Paula Calainho (2021), *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLII, pp. 110-113.

Bibliografia

CURTIN, Ellen Curtin, 2000. *Black prisoners and their world: Alabama, 1865-1900*. Charlottesville, University Press of Virginia.

DAVIS, Angela (2018), *Estarão as prisões obsoletas?*. Rio de Janeiro: Difel.

GILMORE, Rute Wilson (1998), “Globalisation and U.S. prison growth: from military Keynesianism to Post-Keynesian militarism”. *Race and Class*, 40 (2/3).

Paula Calainho Teixeira. Advogada. Mediadora de Conflitos. Doutoranda em Sociologia na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Porto. Portugal). Endereço de correspondência: Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, Via Panorâmica, s/n, 4150-564 Porto (Portugal). E-mail: calainho.paula@gmail.com

Recebido em 21 de agosto de 2021. Aprovado para publicação em 10 de novembro de 2021.

SUMÁRIOS DOS NÚMEROS ANTERIORES

N.º XXV, JANEIRO-JUNHO 2013

EDITORIAL

ARTIGOS

A mudança em Portugal, nos romances de Lídia Jorge: esboço de interpretação sociológica de uma interpretação literária

Augusto Santos Silva

Trabalho, Qualificação, Poder e Precariedade: uma abordagem dinâmica à estruturação dos modelos produtivos, a partir de um estudo de caso da profissão científica

Alfredo Campos

Desigualdades sociais e ação coletiva nas sociedades contemporâneas: a fecundidade teórica de Pierre Bourdieu e de Nicos Mouzelis

Nuno Nunes

Uma proposta multidisciplinar para o entendimento da centralidade urbana como facto social total

Adriano Zilhão

Propagandas e blogues como narrativas de políticas urbanas na cidade de Almada

Roselane Gomes Bezerra

A celebridade pós-moderna da solidão plural e da banalidade pública

Paulo Barroso

A política de *classe* na economia do Estado Novo: a burguesia como classe beneficiária

João Valente Aguiar

A inovação social como utopia renovada: o caso da Associação Humanitária Habitat

Vera Diogo e Paula Guerra

Para uma gramática museológica do (re)conhecimento: ideias e conceitos em torno do inventário participado

Lorena Sancho Querol

Incerteza e redefinições do trabalho médico: um estudo de caso sobre o aconselhamento genético no cancro hereditário

Hélder Raposo

RECENSÃO

Recensão crítica do livro *Des bons voisins. Enquête dans un quartier de la bourgeoisie progressiste*

Tiago Castro Lemos

N.º XXVI, JULHO-DEZEMBRO 2013

EDITORIAL

ARTIGOS

Toward a Sociology of Wealth: definitions and historical comparisons

Richard Lachmann

Principais estádios evolutivos da sociologia em Portugal

Hernâni Veloso Neto

Condomínios habitacionais fechados: (im)precisões conceptuais. Apontamentos para um debate sobre urbanidade e autonomia, segregação e qualidade de vida

Marta Martins

Análise comparativa dos divórcios em casais nacionais e binacionais em Portugal (2001-2010)

Sofia Gaspar, Madalena Ramos e Ana Cristina Ferreira

Carreira, arte feminista e mecenato: uma abordagem à dimensão económica do circuito artístico principal sob uma perspectiva de género

Rui Pedro Fonseca

Os movimentos sociais e a crítica epistemológica ao local de produção do conhecimento científico

Caetano De' Carli e Elizardo Scarpato Costa

As Paneleiras de Goiabeiras e a dinâmica da Cultura do Barro

Marcelo de Souza Marques e Vinicius de Aguiar Caloti

FÓRUM

The Vale do Amanhecer. Healing and spiritualism in a globalized brazilian new religious movement

Massimo Introvigne

Panoramas umbrais da modernidade: autoidentidade e o *dissensu* matrimonial em Anthony Giddens

Antônio Augusto Oliveira Gonçalves e Daniella Santos Alves

Implantação geográfica dos portugueses em França: evolução observada entre 1990 e 2009

Jorge Portugal Branco

RECENSÃO

Recensão crítica do livro *Portugal nas Transições – O Calendário Português desde 1950*

Miguel Quaresma Brandão

N.º XXVII, JANEIRO-JUNHO 2014

EDITORIAL

ARTIGOS

A nova morfologia do trabalho e as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil dos anos 1990

Ricardo Antunes

Trabalho e processos de marginalização social no século XXI: aproximações teóricas e dados estatísticos

Agostinho Rodrigues Silvestre e Luís Fernandes

Diplomados do ensino superior e posicionamentos avaliativos

Luísa Pinheiro

Participação associativa dos investigadores científicos em Portugal

Luís Junqueira, Ana Delicado, Raquel Rego e Cristina Palma Conceição

A economia social como setor empregador nos distritos de Viseu e da Guarda

Maria Teresa de Sousa e Ilona Kovács

Autonomia, autoridade e confiança em tempo de novas TIC: atitudes e práticas diferenciadas entre os alunos do secundário

Nuno Ferreira

Deambulações exploratórias no Centro Histórico de Guimarães – pontos de chegada sociológicos num estudo multidisciplinar

Natália Azevedo e Raquel Cadilhe Pereira

N.º XXVIII, JULHO-DEZEMBRO 2014

EDITORIAL

ARTIGOS

Política e Administração: em que medida a atividade política conta para o exercício de um cargo administrativo

João Bilhim

Para uma história operária do capital: classe, valor e conflito social

Ricardo Noronha

Da Geração à Rasca ao *Que se Lixe a Troika*. Portugal no novo ciclo internacional de protesto

José Soeiro

Rituais Familiares: Práticas e Representações Sociais na Construção da Família Contemporânea

Rosalina Costa

Padrões de mudança de casa e eventos de vida: uma análise das carreiras habitacionais

Magda Nico

A fotografia como retrato da sociedade

Ana Rita Bastos

Narrativas das relações entre o Estado e as organizações do terceiro setor: algumas pistas de análise

Paula Guerra e Mónica Santos

A Socialização Antecipatória para a Profissão Docente: estudo com Estudantes de Educação Física

Patrícia Gomes, Paula Queirós e Paula Batista

Fundos de conhecimento e egoredes: traduzindo uma abordagem teórico-metodológica

Filipa Ribeiro

TEXTOS

Contributos para a definição de uma visão estratégica na construção de um percurso profissional de sucesso

Rui Santos

N.º XIX, JANEIRO-JUNHO 2015

EDITORIAL

ARTIGOS

Uma etnografia das práticas e dos processos de produção de conhecimento em empresas e laboratórios

Luísa Veloso, Joana Lucas e Paula Rocha

Reverberações da medicalização: paisagens e trajetórias informacionais em consumos de performance

Telmo Costa Clamote

Pressupostos para a construção de uma sociologia das redes sociais

Joaquim Fialho

Redes sociais no recrutamento de imigrantes: fundamentos teóricos de uma proposta de explicação

Filipa Pinho

Das tensões entre desmistificar e reconhecer os discursos ao repensar o “social”: manifesto por uma sociologia eclética

Pedro dos Santos Boia

Espaços públicos: interações, apropriações e conflitos

Luciana Teixeira de Andrade e Luís Vicente Baptista

RSI, tolerância zero: o embrutecimento do estado

Ricardo Sá Ferreira

Os menores estrangeiros isolados ou não acompanhados em França e Portugal: a “batata quente”

Vítor Rosa

RECENSÃO

Recensão crítica da obra *De l'artification. Enquêtes sur le passage à l'art*

Natália Azevedo

N.º XXX, JULHO-DEZEMBRO 2015

EDITORIAL

ARTIGOS

Texturas, ou sobre os efeitos sociais das artes

Sara Melo

Palcos de inovação social: atores em movimento(s)

Ana Alves da Silva e Joana Almeida

O ensino público no olhar das elites escolares: representações sociais dos agentes educativos de dois colégios privados

Maria Luísa Quaresma

Da saúde e bem-estar/mal-estar ao termalismo

Maria Engrácia Leandro e Ana Sofia da Silva Leandro

Governança, participação e desenvolvimento local

Isabel Ferreira

Acidentes com tratores agrícolas e florestais: aprender para prevenir

Carlos Montemor, Luísa Veloso e João Areosa

A insustentável sustentabilidade das previsões económicas: reflexividade, etnoeconomia e neoliberalismo

Fernando Ampudia de Haro

N.º XXXI, JANEIRO - JUNHO 2016

EDITORIAL

ARTIGOS

Précarités: les effets de la rupture du lien social

Augusto Santos Silva

Políticas de reabilitação urbana e recomposição do tecido social no centro histórico do Porto: representações e discursos de moradores sobre a respetiva evolução recente

João Queirós

Conceitos e métodos para a avaliação de programas sociais e políticas públicas

Mauro Serapioni

Diferenças nas perceções dos valores organizacionais dos candidatos a cargos de direção superior na Administração Central do Estado

João Abreu de Faria Bilhim, Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia

O Catolicismo nos Contextos e Circunstâncias da Modernidade em Cabo Verde

Adilson Filomeno Carvalho Semedo

Comment les psychiatres se représentent-ils aujourd'hui "la" maladie mentale?

Caroline Guibet Lafaye

ENSAIO BIBLIOGRÁFICO

Notas sobre a dominação social em António Gramsci e Pierre Bourdieu

Marcello Felisberto Moraes de Assunção

N.º XXXII, JULHO - DEZEMBRO DE 2016

Carreiras e circuitos de músicos brasileiros: uma exploração etnográfica no Bairro Alto, Lisboa

Ricardo Bento, Graça Índias Cordeiro, Lúcia Ferro

Consumo sustentável e ambiente: o papel do Estado e das políticas públicas na inculcação de disposições ambientalistas

Isabel Silva Cruz

A gestão de recursos humanos nas Organizações Não Governamentais de Cooperação para o Desenvolvimento portuguesas: uma análise interpretativa exploratória

Vanessa Marcos

Modèles de représentation sur la parentalité sociale du point de vue des jeunes portugais

Cristina Cunha Mocetão

Inserção profissional dos licenciados em Direito: da formação académica ao acesso às profissões reguladas

Mónica Santos

Narrativas acerca da formação de professores de Educação Física em contexto de prática supervisionada

Inês Cardoso, Paula Batista, Amândio Graça

A Ciência Biomédica e o Processo Civilizador

Bruna de Farias, Mari Cleise Sandalowski

RECENSÃO

Recensão da obra de FREIRE, André (Org.), (2015), *O Futuro da Representação Política Democrática*, Lisboa, Nova Vega.

Carolina Pimentel Corrêa

N.º XXXIII, JANEIRO – JUNHO DE 2017

Dulce Magalhães: marcas de um percurso

Os primórdios da economia social em Portugal. Contributos de Ramón de la Sagra
(I Parte)

Jordi Estivill

A typology of professional situations in the analysis of graduate transition from higher education to the labor market

Madalena Ramos, Cristina Parente, Mónica Santos, Miguel Chaves

Atitudes sociais face ao trabalho por conta própria em tempos de crise: da valorização do trabalho por conta própria a um retraimento da iniciativa empresarial

Ana Isabel Couto

Proposta de modelo explicativo das perceções sobre gestão e políticas públicas em matéria de cibersegurança e cibercrime

*Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia, Susana Isabel da Silva Santos,
João Abreu de Faria Bilhim*

A Vigilância Lateral e Participativa na Web 2.0

Rita Espanha, Tiago Estêvão

O Projeto *Orquestra Geração*. A duplicidade de um evento musical/social

Jorge Alexandre Costa, Graça Mota, Ana Isabel Cruz

Ciências sociais, arquivos e memórias: considerações a propósito das culturas musicais urbanas contemporâneas

Pedro Quintela, Paula Guerra

N.º XXXIV, JULHO – DEZEMBRO DE 2017

EDITORIAL

ARTIGOS

Os primórdios da economia social em Portugal. Contributos de Ramón de la Sagra (II Parte)

Jordi Estivill

Proletários ou profissionais? A condição do jornalista durante o Estado Novo (1934-1958)

José Nuno Matos

Comunicação interna e comprometimento organizacional: o caso da Autoridade para as Condições do Trabalho

Cátia Filipa Neto, Sofia Alexandra Cruz

As camadas internas da secularização: proposta de sistematização de um conceito essencialmente contestado

Jorge Botelho Moniz

O bem-estar das crianças e dos jovens em Portugal: contributos de uma pesquisa qualitativa

Magda Nico, Nuno de Almeida Alves

The Sámi Library, North of the North: colonialism, resistance and reading in a public library

Paula Sequeiros

RECENSÃO

MOTA, Graça e TEIXEIRA LOPES, João (Orgs.), (2017) *Crescer e tocar na Orquestra Geração*, Vila do Conde, Verso da História.

Irene Serafino

N.º XXXV, JANEIRO – JUNHO DE 2018

EDITORIAL

ARTIGOS

Perfis sociodemográficos da população sénior de Vila Nova de Gaia: de privilegiados, a remediados e excluídos

Hélder Alves; Idalina Machado; Sidalina Almeida; Joana Guedes; Adriano Zilhão; Óscar Ribeiro

Famílias em tempos de crise: a regulação judicial do exercício das responsabilidades parentais

Paula Casaleiro; Andreia Santos

As implicações dos indicadores de desempenho contratualizados na prática clínica da Medicina Geral e Familiar: um modelo profissional em mutação?

Hélder Raposo

A Composição Sociopolítica do Legislativo Brasileiro: uma análise da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (2004-2015)

Carolina Pimentel Corrêa

O impacto dos determinantes da inovação na geração de ideias no Ensino Superior: a perceção dos estudantes como evidência

Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia; Ireneu de Oliveira Mendes

Nas teias da construção identitária socioprofissional: práticas profissionais de trabalhadores sociais pós-graduados inseridos em organizações da economia social

Vera Diogo

Mundo do trabalho e pluralidade epistemológica: uma contribuição para o estudo da precariedade

Elizardo Scarpatti Costa; Pablo Almada

N.º XXXV, JULHO-DEZEMBRO - 2018

EDITORIAL

ARTIGOS

Desvendando a praxe: desafios de uma incursão etnográfica

Inês Maia

Trabalho e educação de adultos em Portugal: uma perspetiva histórica de 1945 à Revolução dos Cravos

Rui Canário

A Igreja Universal do Reino de Deus no espaço público religioso global

Ari Pedro Oro e Marcelo Tadvald

Papel da Sociedade Civil em prol da Boa Governação – o caso de Moçambique

Pedrito Carlos Chiposse Cambrão

Ciência à medida: conflitos de interesse e interferência na investigação científica financiada

Rita Faria

Conhecer doença: os doentes em primeiro lugar

Paula Silva

Alianças e conflitos nos segmentos artísticos relativamente especializados: o caso do rock independente de Teresina no início do século XXI

Thiago Meneses Alves

Nº XXXVII, JANEIRO-JUNHO 2019

EDITORIAL

ARTIGOS

Quando nem a palavra é de prata, nem o silêncio é de ouro. Análise de conflitos sobre mineração em Portugal

Ana Raquel Matos e Lúcia Fernandes

A percepção de justiça na avaliação do desempenho na Administração Pública e a produtividade

Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia, Ireneu de Oliveira Mendes e Sara Raquel dos Santos Rodrigues Manaia da Silva

Ser (um) expatriado, numa empresa: uma obrigação, uma distinção, um parêntese

João Vasco Coelho

A Bandeira Vermelha em números: uma análise sobre o semanário da Federação Maximalista Portuguesa (1919-1920)

André Costa Pina

A intolerância religiosa à brasileira: estudo de caso na cidade de Londrina / Paraná

Cláudia Neves da Silva e Fábio Lanza

EDITORIAL

ARTIGOS

Descodificar as paredes da cidade: da crítica à gentrificação ao direito da habitação no Porto

Inês Barbosa e João Teixeira Lopes

The concept of us and them: communitarianism and the rise of populist politics

Ihsan Cetin

Processos de criação artística comunitária: questões metodológicas

Irene Serafino

Madonna, “sex” e o fetichismo pós-moderno

Roney Gusmão

Trabalho de equipa em saúde como processo de relação formal potenciador da satisfação e motivação laboral

Ana Teresa Nogueira Jeremias e Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia

Motivações e repercussões da formação em agricultura biológica em contexto urbano: uma abordagem sociológica

Cristina Parente, Rui Santos e Madalena Ramos

NÚMERO TEMÁTICO | 2016 - Famílias e Curso de Vida. Potencialidades, limites e desafios metodológicos

EDITORIAL

NOTA DE APRESENTAÇÃO

ARTIGOS

Conceptual foundations of qualitative life course research

Walter R. Heinz

A pluralização limitada de trajetórias familiares em Portugal

Vasco Ramos

O mundo aos nossos olhos: socialização familiar e reflexividade

Ana Caetano

A seu tempo: um estudo sobre transições familiares precoces em Portugal no contexto Europeu

Diana Carvalho

A família conta: ilustrações a partir do fado

Ana Gonçalves

Quantas vidas cabem numa vida? Da autobiografia de 52 trabalhadores ao caso de um funcionário administrativo

Pedro Abrantes

Redes pessoais em Portugal numa perspetiva do percurso de vida

Rita Gouveia

NÚMERO TEMÁTICO | 2017 - Processos sociais e questões sociológicas

EDITORIAL

NOTA DE APRESENTAÇÃO

Bruno Monteiro, Ester Silva e Idalina Machado

ARTIGOS

A religião na cidade: territórios, materialidades e comunicação

Helena Vilaça

Artes e inclusão social: projetos e ações enquanto experiências metodológicas

Natália Azevedo

Diplomados universitários e sobre-educação

Carlos Manuel Gonçalves

Ensino politécnico, empreendedorismo e transição para o trabalho

Luís Nuno Sousa

“Terceiro setor”, “economia social” e “economia solidária”: laboratório
por excelência de inovação social

Naldeir dos Santos Vieira, Cristina Parente, Allan Claudius Queiroz Barbosa

Perfis de profissionalização: um contributo sociológico para
a compreensão das ONGD portuguesas

Vanessa Marcos

NÚMERO TEMÁTICO | 2018 - Cidade, cultura e turismo: novos cruzamentos

EDITORIAL

NOTA DE APRESENTAÇÃO. A ambivalência do turismo na transformação das cidades

João Teixeira Lopes; Helena Vilaça; Natália Azevedo

ARTIGOS

Mobilidade, Cidade e Turismo: pistas para analisar as transformações em curso
no centro histórico de Lisboa

Luís Vicente Baptista; Jordi Nofre; Maria do Rosário Jorge

A cidade imaginável: elementos para uma viagem visual e sensorial na cidade do Porto

Diogo Guedes Vidal

La ciudad y el turismo. Experiencias desde la gestión del *street art*

Ricardo Klein

The touristic Porto – gazing over the city

Tiago Miranda

Entre o fazer etnográfico e o fazer psicanalítico: reflexões sobre a “escuta” da população
sem-abrigo na rua de Cimo de Vila da Cidade do Porto

Julio Cesar Nicodemos; Lúcia Ferro

**NÚMERO TEMÁTICO | 2019 - A construção civil numa perspetiva sociológica:
enquadramento e análise**

EDITORIAL

**NOTA DE APRESENTAÇÃO. A construção civil numa perspetiva sociológica:
enquadramento e análise**

Virgílio Borges Pereira

ARTIGOS

**Estrutura económico-productiva, sistema de emprego e qualificações na Construção:
uma breve leitura sobre tendências e mudanças recentes**

*José Madureira Pinto, Vanessa Rodrigues e
Maria Inês Coelho*

**O campo das grandes empresas da construção civil. Perspetiva teórica e análise
relacional sobre o caso português (em 2012)**

Virgílio Borges Pereira

**A crise da construção civil sob múltiplos pontos de vista: (des)regulação da atividade
económica e recomposição do trabalho na perspetiva dos atores institucionais do setor da
construção civil no período posterior a 2008**

João Queirós, Laura Galhano e Virgílio Borges Pereira

**Azares, riscos e culpas: representações sobre os acidentes de trabalho da construção
civil na imprensa portuguesa (1996-2017)**

Bruno Monteiro e Carla Aurélia de Almeida

O Estado à beira-mar. Estratégias burocráticas na formação do mercado imobiliário em *Matosinhos Sul* - o exemplo da *Comissão* de 1 de março de 1996

Tiago Lemos

Social policy and labour mobility in Europe - the gap between law and enforcement

Jan Cremers

Comment étudier les classes populaires contemporaines? De l'analyse statistique d'un espace social à une enquête par monographies de ménages

Thomas Amossé, Lise Bernard, Marie Cartier, Marie-Hélène Lechien,

Olivier Masclet, Olivier Schwartz, Yasmine Siblot

NÚMERO TEMÁTICO | 2020 - Direitos das crianças: abordagens críticas a partir das ciências sociais

NOTA DE APRESENTAÇÃO. Direitos das crianças: abordagens críticas a partir das ciências sociais

Inês Barbosa, João Teixeira Lopes, Lúcia Ferro, Eunice Castro Seixas

ARTIGOS

A infância é um direito?

Manuel Jacinto Sarmento e Catarina Tomás

O Direito das Crianças à Cidade apropriada como lugar de Liberdade e de (inter)Ação

Frederico Lopes, Rosa Madeira e Carlos Neto

Para uma definição de tempo livre tendo as crianças por medida e referente. *O que diz a língua dos pássaros?*

Maria José Araújo e Hugo Monteiro

Direitos cívicos e políticos na infância e adolescência: da retórica da participação ao protagonismo infantil

Inês Barbosa

ESTATUTO EDITORIAL

A *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, da responsabilidade do Departamento de Sociologia, iniciou a sua edição em 1991, na sequência da criação da Licenciatura em Sociologia, em 1985, e do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, três anos depois.

Na qualidade de revista científica, tem como objetivo principal a divulgação de trabalhos de natureza sociológica que primam pela qualidade e pela relevância, em termos teóricos e empíricos. É, igualmente, um espaço que inclui os contributos provenientes de outras áreas disciplinares das ciências sociais. Prossegue uma linha editorial alicerçada na diversidade teórica e metodológica, no confronto vivo e enriquecedor de perspetivas, no sentido de contribuir para o avanço e para a sedimentação em particular do conhecimento sociológico.

A Revista aceita trabalhos de diversa natureza – artigos, resenhas, notas de investigação e ensaios bibliográficos – e em várias línguas como o português, francês, inglês e espanhol, o que visa alcançar um amplo campo de difusão e de internacionalização. Os trabalhos são avaliados por especialistas em regime de duplo anonimato. Publica-se semestralmente e com um número temático todos os anos.

A *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* está empenhada em assegurar a qualidade dos textos que publica e o cumprimento pelos intervenientes de uma postura que siga os princípios éticos exigidos para a edição de textos científicos. Serão respeitadas as normas do Committee on Publication Ethics (COPE) e da Associação Portuguesa de Sociologia (APS).

Responsabilidade dos autores:

- deverão garantir que os textos que submetem são originais, assumindo que não foram publicados – qualquer que tenha sido a sua forma de apresentação – e que não foram submetidos simultaneamente noutra publicação;
- deverão assegurar que o texto apresentado não é o resultado de uma prática de plágio ou de uma apropriação de criações intelectuais de outros autores sem o seu

consentimento legal, sendo que ambos se constituem como práticas eticamente inaceitáveis;

- deverão assegurar previamente a permissão para a utilização de conteúdos provenientes de outras fontes;
- sempre que os artigos surjam como resultado de investigações, a metodologia deverá ser descrita de forma clara e inequívoca, para que as conclusões obtidas possam ser objeto de avaliação. Igualmente deverão indicar as referências usadas e os suportes de financiamento;
- nenhum dos dados ou resultados apresentados deverá ser alvo de falsificação ou distorção intencional, de forma a ir ao encontro de uma determinada linha orientadora do trabalho ou às hipóteses de investigação previamente delineadas;
- deverão indicar possíveis conflitos de interesses que poderão ocorrer no processo de avaliação;
- deverão participar ativamente no processo de revisão em colaboração com o editor;
- todas as informações curriculares prestadas deverão ser verdadeiras. Na autoria deverão ser incluídas todas as pessoas que deram o seu contributo tanto na conceção e planificação do trabalho, como na interpretação dos resultados e na elaboração do texto;
- no caso dos artigos escritos em coautoria, o autor de correspondência deverá garantir um consenso pleno na aprovação da versão final do texto e na sua submissão para publicação.

Responsabilidade dos avaliadores:

- assumir o compromisso de empreender uma avaliação crítica, construtiva, justa e imparcial, contribuindo para a qualidade científica do texto;
- não aceitar elaborar um parecer sobre um texto cujo tema ultrapassa as suas competências ou se verificar a existência de um conflito de interesses que impeça de realizar a avaliação;
- nos casos em que o avaliador considere que o texto deverá ser modificado, todas as alterações a implementar deverão ser devidamente apresentadas e justificadas;
- sempre que o avaliador detetar a existência de um texto que já tenha sido publicado, na íntegra ou em parte, ou que tenha sido submetido em simultâneo

noutra publicação, ou então que não esteja de acordo com as normas éticas de publicação deverá comunicá-lo à Direção da revista.

Responsabilidade do editor:

- garantir uma posição de isenção e objetiva na avaliação dos textos, atendendo unicamente ao seu mérito científico. Respeitar a liberdade científica dos autores;
- garantir que todos os textos serão tratados de forma confidencial e que serão selecionados avaliadores o mais idóneos possível, que empreendam uma avaliação crítica e especializada dos textos submetidos para publicação;
- assegurar que o processo de avaliação decorrerá em regime de duplo anonimato e que os nomes e endereços apresentados na revista serão exclusivamente utilizados para os serviços por esta prestados, não sendo utilizados para outras finalidades ou fornecidos a terceiros;
- as alegações de plágio ou de uso indevido de textos publicados serão devidamente investigadas. Todos os textos submetidos para publicação serão sujeitos a uma verificação minuciosa para deteção de plágio. Nos casos em que o mesmo seja detetado ou em que se verifique a utilização de textos de outros autores sem autorização prévia dos mesmos, reserva-se o direito de tomar as medidas em conformidade.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO E PUBLICAÇÃO

– INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES –

1. Os autores devem indicar a natureza do seu texto: artigos, resenhas, notas de investigação e ensaios bibliográficos.
2. Os textos devem incluir as respectivas autorias, indicando os seguintes aspetos: nome do autor; filiação institucional (departamento, faculdade e universidade/instituto a que pertence, bem como a cidade e o país onde se localiza a instituição); correio eletrónico; contacto telefónico; endereço de correspondência (preferencialmente endereço institucional; no caso dos artigos em coautoria, deve existir apenas um autor de correspondência).
3. Os textos devem ser redigidos em páginas A4 com margem normal, a espaço e meio, tipo de letra *Times New Roman* e corpo de letra 12, em formato *Word for Windows* ou compatível. As notas de rodapé devem ser redigidas com corpo de letra 10 e espaçamento de 1,15. O mesmo espaçamento deve ser utilizado nos quadros, os quais devem ser redigidos com corpo de letra 11.
4. O limite máximo de dimensão dos artigos é de 50.000 caracteres, incluindo resumos, palavras-chave, espaços, notas de rodapé, referências bibliográficas, quadros, gráficos, figuras e fotografias. As resenhas não devem ultrapassar os 8.000 caracteres, incluindo espaços; as notas de investigação e ensaios bibliográficos, os 20.000 caracteres, incluindo espaços.
5. O título completo do texto deve ser apresentado em português, francês, espanhol e inglês. O artigo deve ser acompanhado por um resumo de 600 caracteres (máximo), redigido em cada uma destas línguas, bem como por 3 palavras-chave.
6. Os quadros, gráficos, figuras e fotografias devem ser em número reduzido, identificados com numeração contínua e acompanhados dos respetivos títulos e fontes e apresentados a preto e branco ou em tons de cinzento. Estes elementos não podem ter uma largura superior à do corpo do texto. O Conselho de Redação reserva-se o direito de não aceitar elementos não textuais cuja realização implique excessivas dificuldades gráficas ou um aumento dos custos financeiros.

7. Os textos terão de indicar claramente as fontes e referências, de natureza diversa, respeitante aos elementos não originais. Se existirem direitos de propriedade intelectual, os autores terão de solicitar as correspondentes autorizações. A *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* não se responsabiliza pelo incumprimento dos direitos de propriedade intelectual.
8. As referências bibliográficas e citações serão incluídas no corpo do texto, de acordo com a seguinte apresentação: Lima, 2005; Lima (2005); Lima (2005: 35); Lima *et al.* (2004).
9. Nas notas de rodapé devem utilizar-se apenas números. A numeração das notas deve ser contínua do princípio ao fim do texto.
10. Nos artigos, sugere-se a utilização de, no máximo, dois níveis de titulação, com numeração árabe.
11. As citações devem ser apresentadas em português, nos casos em que o texto original esteja nesta língua, e entre aspas. Os vocábulos noutras línguas, que não a portuguesa, devem ser formatados em itálico.
12. Apenas as referências citadas ou mencionadas ao longo do texto deverão ser incluídas na bibliografia final. As referências bibliográficas devem obedecer às seguintes orientações:
 - a) Livro com um autor: LUHMANN, Niklas (1990), *Essays on self-reference*, New York, Columbia University Press.
 - b) Livro com mais de um autor: BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas (2004), *A construção social da realidade: um livro sobre sociologia do conhecimento*, Lisboa, Dinalivro.
 - c) Livro com mais de quatro autores: ALMEIDA, João Ferreira *et al.* (1992), *Exclusão social: Factores e tipos de pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
 - d) Capítulo em livro: GOFFMAN, Erving (1999), “A ordem da interação”, in Yves Winkin (org.), *Os momentos e seus homens*, Lisboa, Relógio d’Água, pp. 99-107.
 - e) Artigo em publicação periódica: FERNANDES, António Teixeira (1991), “Formas e mecanismos de exclusão social”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. I, pp. 9-66.
 - f) Artigo em publicação periódica online: FERNANDES, António Teixeira (1991), “Formas e mecanismos de exclusão social”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. I, pp. 9-66, [Consult. a 15.07.2014]. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo3031.pdf>>.

g) Publicações *online*: PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS (2011), *Programa do XIX Governo Constitucional português*, [Consult. a 15.07.2014]. Disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/media/130538/programa_gc19.pdf>.

h) Comunicações em eventos científicos: QUINTÃO, Carlota (2004), “Terceiro Sector – elementos para referência teórica e conceptual”, in *V Congresso Português de Sociologia. Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*, Braga, Universidade do Minho, 12-15 Maio 2004.

i) Teses: CARVALHO, Paula (2006), *Percursos da construção em Lisboa. Do Cine-Teatro Monumental ao Edifício Monumental: Estudo de caso*, Tese de Licenciatura em Sociologia, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

j) Legislação: Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo*.

13. As referências bibliográficas devem ser colocadas no fim do texto e ordenadas alfabeticamente pelo apelido do autor. Caso exista mais do que uma referência com a mesma autoria, estas devem ser ordenadas da mais antiga para a mais recente.

14. Os textos devem obedecer ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em vigor desde o dia 1 de janeiro de 2009. Não obstante, as citações de textos anteriores ao acordo devem respeitar a ortografia original.

15. Os originais devem ser enviados por correio eletrónico para:
revistasociologia@letras.up.pt